UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRPE/SEDE

(VERSÃO ATUALIZADA)

RECIFE/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE/Sede

Reitora
Professora Maria José de Sena

Vice-Reitor
Professor Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitor de Administração - PROAD
Professor Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitora de Atividades de Extensão - PRAE
Professora Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitor de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI
Professor Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PREG
Professora Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG
Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN
Carolina Guimarães Raposo

Recife/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EQUIPE TÉCNICA

Apoio Técnico Pedagógico

Ana Carolina Moura Sobral

Coordenadora de Apoio Pedagógico - CAP/PREG

Coordenadora de Planejamento de Ensino - CPE/PREG

Camila da Conceição Papa Pessoa da Silva

Coordenadora Geral de Estágios - CGE/PREG

Rosaline Conceição Paixão

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COORDENAÇÃO

Profª Chiara Natércia França Araújo

Profª Keynis Cândido de Souto (Substituta Eventual)

Núcleo Docente Estruturante – NDE 2018/2020

Profª Chiara Natércia França Araújo

Profª Keynis Cândido de Souto

Profº Luis Eduardo Barbosa Carazza

Profº Diego Firmino Costa da Silva

Profª Gisléia Benini Duarte

Profº Leonardo Ferraz Xavier

Profº Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 1 - Dados de Identificação

SÍNTESE DO CURSO	
Modalidade	Presencial
Denominação do Curso	Ciências Econômicas
Habilitação	Bacharelado
Local de oferta	Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos. CEP: 52.171-900. Recife/PE.
Turno(s) de funcionamento	Noturno
Número de vagas	80 vagas anuais
Periodicidade de oferta	Semestral
Carga horária Total	3.000 horas
Período de Integralização	4 anos e meio (9 semestres)
Período Máximo de Integralização	7 anos (14 semestres)
Ato Regulatório do curso	Portaria MEC Nº 273, de 03 de abril de 2017.
Mantida	Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos Recife - PE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Corpo Dirigente do Departamento	**Nome:** Profª Poema Isis Andrade de Souza **Cargo:** Diretora do DECON **Telefone do Departamento:** (81)3320-6450 **E-mail:** diretoria.decon@ufrpe.br

LISTA DE TABELAS

Tabela 2: Distribuição das Disciplinas por Áreas de Abrangência. 35
Tabela 3: Áreas de Abrangência, Número de Disciplinas e Carga Horária. 36
Tabela 4 - Síntese da matriz curricular 46

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados de Identificação 4
Quadro 2 – Base Legal Geral do Curso 6
Quadro 3 - Base Legal da UFRPE que Fundamenta o Curso 7
Quadro 4 – Matriz Curricular 38
Quadro 5 – Relação das Disciplinas Optativas 43
Quadro 6 - Matriz Curricular do Bacharelado em Ciências Econômicas. 47
Quadro 7 - Equivalência dos Componentes Curriculares para as Disciplinas Obrigatórias. ... 48
Quadro 8 - Equivalência dos Componentes Curriculares para as Disciplinas Optativas. 48
Quadro 9: Descrição dos prédios e usos do DECON. 163
Quadro 10: Síntese do Programa de Autoavaliação BCE 216

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 4
2. ENQUADRAMENTO DO CURSO À LEGISLAÇÃO VIGENTE/ BASE LEGAL DO CURSO 6
3 HISTÓRICO DA UFRPE 11
3.1 Histórico do Curso 15
3.2 Justificativa para Oferta do Curso 19
4 OBJETIVOS DO CURSO 22
4.1 Objetivo Geral 22
4.2 Objetivos Específicos 22
5 PERFIL DO PROFISSIONAL 23
6 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES 25
7 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL 27
8 REQUISITOS DE INGRESSO: 28
8.1 Ingresso Através do SiSU 28
8.2 Ingresso Extra 28
9 ESTRUTURA CURRICULAR 32
9.1 Regime de Matrícula 37
9.2 Matriz Curricular 38
9.3 Representação Gráfica da Matriz Curricular 46
9.4 Equivalência dos Componentes Curriculares 48
9.5 Ementas das Disciplinas por Componente Curricular 49
9.5.1 Ementas das Disciplinas Obrigatórias 49
9.5.2 Ementas das Disciplinas Optativas 90
9.6 Funcionamento do Curso 130
9.7 Estágio Não Obrigatório 132
9.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 133
9.9 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) 135
10 METODOLOGIA e AVALIAÇÃO 136
10.1 Metodologia de Ensino-Aprendizagem 136
10.2 Avaliação do Ensino-Aprendizagem 138
10.3 Mecanismos de Avaliação do Curso 140
11 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 144
12 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD) 145
13 ATUAÇÃO DO COORDENADOR 147
14 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 148
15 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO 149
16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSIONISTA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO 150
17 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC’s) 153
18 APOIO AO DISCENTE 155
19 ACESSIBILIDADE 159
20 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS 162
21 INFRAESTRUTURA DO CURSO 163

21.1 Laboratórios 164
22 REFERÊNCIAS 165
APÊNDICE A: REGULAMENTO DE TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO 166
APÊNDICE B: ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA 180
APÊNDICE C: ROTEIRO PARA TCC 194
APÊNDICE D: QUADRO DE SUGESTÃO PARA AVALIAÇÃO DO TCC E DE SUA APRESENTAÇÃO 206
APÊNDICE E: PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRPE/SEDE 208
APÊNDICE F: MODELO DE QUESIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DISCENTE-DOCENTE 218

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas é o documento norteador da concepção e da organização do mesmo, fundamentado na gestão pedagógica, acadêmica e administrativa, que atende às normas gerais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e, especialmente, à Resolução CNE/CES nº 04/2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Bacharelados em Ciências Econômicas.

Como instrumento de gestão, o PPC tem por objetivo definir as diretrizes a serem percorridas com vistas a formar cidadãos dentro de suas habilidades e competências, mas, em especial, formar cidadãos prontos para transformar o modelo de sociedade que está posto. Por isso, procurou-se atentar para a nova realidade do mercado de trabalho, buscando uma nova integração com as demandas da sociedade sem, no entanto, deixar de lado os princípios que definem o papel do economista tal como fundamentado nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Para isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais indicam claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e as habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do Curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional, e o Trabalho de Conclusão de Curso, como componente obrigatório, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o Projeto Pedagógico.

Em função do exposto, esta revisão do PPC busca, dentre outras questões, atualizar o ementário do Curso, no que se refere à superposição de conteúdos, à defasagem programática e à desatualização de referências bibliográficas; adequar as disciplinas de Cálculo NI e NII, para que atendam às especificidades do Curso, assim como atualizar a ementa da disciplina de Introdução à Microinformática.

Este PPC está estruturado em seções ordenadas em consonância com a lógica de organização e planejamento do Curso, desde a sua concepção até a avaliação e o planejamento do mesmo. Inicialmente é apresentado o histórico da UFRPE, assim como a história do Curso de Ciências Econômicas nesta instituição. Nesse ponto foi feito relato histórico em que são apresentados os perfis curriculares do Curso desde o início, até o momento atual, e como seu

perfil foi modificado, passando de um curso com Ênfase em Economia Rural, para atender os cursos de Ciências Agrárias da UFRPE e para se diferenciar do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); para um curso mais generalista. Também são apresentados os objetivos do Curso, o perfil do profissional economista e seus campos de atuação profissional.

Em seguida, o documento traz a estrutura curricular do Curso, seu modo de funcionamento, o tempo mínimo e o máximo para integralização do mesmo, as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas, bem como as normas para o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Acadêmicas Complementares.

Posteriormente, são apresentadas as metodologias que facilitam as relações de ensino-aprendizagem e os mecanismos de avaliação adotados pela instituição, descrevendo como o Curso se propõe uma autoavaliação e como os indicadores de avaliação institucional interna e externa podem contribuir para a melhoria contínua do Curso.

Finalmente, o documento apresenta orientações para o funcionamento administrativo do Curso (NDE e CCD), assim como a apresentação das políticas institucionais que apoiam o funcionamento do mesmo, como políticas de apoio aos discentes, políticas de acessibilidade, fomento à produção científica e disponibilidade de estrutura física mínima para o pleno andamento do Curso.

Pretende-se, a partir deste documento, a produção de informações e dados que retroalimentem o PPC, no sentido de buscar a excelência a partir do planejamento de ações específicas que promovam a melhoria contínua do Curso.

2. ENQUADRAMENTO DO CURSO À LEGISLAÇÃO VIGENTE/ BASE LEGAL DO CURSO

Considerando os dispositivos legais que regulamentam o funcionamento do curso, o PPC precisa ser construído, coletivamente, sob a égide das leis, Decretos, Resoluções e Pareceres, os quais serão ser detalhados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Base Legal Geral do Curso

BASE LEGAL GERAL DO CURSO	
Lei, Decreto, Resolução, Parecer e Referencial.	***Escopo***
Lei nº 9.394/1996	*Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.*
Lei nº 13.005/2014	*Aprovar o Plano Nacional de Educação-PNE.*
Lei nº 11.645/2008	*Alterar a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".*
Lei nº 12.764/2012	*Instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.*
Lei nº 13.146/2015	*Instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*
Lei nº 9.795/1999	*Dispor sobre a educação ambiental, instituir*

	a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	*Estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*
Decreto n°5.626/2005	*Dispor sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.*
Resolução CNE/CES nº 2/2007	*Dispor sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.*
Resolução CNE/MEC nº 1/2012	*Estabelecer Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.*
Resolução CNE/MEC nº 2/2012	*Estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.*
Resolução CNE/MEC nº 1/2004	*Instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.*
Referenciais Curriculares para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura/2010	*Dispõe sobre os nomes dos cursos de graduação, carga horária, perfil do egresso e campo de atuação.*
Portaria MEC nº 1.134/2016	*Dispões acerca da oferta das disciplinas na modalidade da educação a distância e revoga a Portaria MEC nº 4.059/2004*
Resolução CNE/CES nº 04/2007	*Instituir as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Ciências Econômicas.*

Além da legislação nacional, os cursos de graduação também deverão atender a Legislação Institucional da UFRPE, descritas a seguir no Quadro 2:

Quadro 3 - Base Legal da UFRPE que Fundamenta o Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BASE LEGAL DA UFRPE	
Resoluções	**Escopo**
Resolução CEPE/UFRPE 220/2016	Revogar a Resolução nº 313/2003 deste Conselho, que regulamentava as diretrizes para elaborar e reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências.
Resolução CEPE/UFRPE 597/2009	Revogar a resolução 430/2007 e aprova novo Plano de Ensino, dos procedimentos e orientações para elaboração, execução e acompanhamento.
Resolução CEPE/UFRPE 217/2012	Estabelecer a inclusão do componente curricular "Educação das Relações Étnico-Raciais", nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 030/2010	Estabelecer a inclusão do componente curricular "LIBRAS" nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE 425/2010	Regulamentar a previsão nos Projetos Pedagógicos de curso da equiparação das atividades de Extensão, monitorias e iniciação cientifica como estágios curriculares.
Resolução CEPE/UFRPE 065/2011	Aprovar a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante - NDE dos Cursos de Graduação da UFRPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Resolução CEPE/UFRPE 003/2017*	Aprova alteração das Resoluções nº 260/2008 e nº 220/2013, ambas do CONSU da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Resolução CEPE/UFRPE 494/2010	Dispor sobre a verificação da aprendizagem no que concerne aos Cursos de Graduação.
Resolução CEPE/UFRPE 362/2011	Estabelece critérios para a quantificação e o registro das Atividades Complementares nos cursos de graduação desta Universidade.
Resolução CEPE/UFRPE nº 622/2010	Regulamenta normas de inserção de notas de avaliação de aprendizagem no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica – SIG@ da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE nº 678/2008	Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos cursos de graduação da UFRPE e dá outras providências.
Resolução CEPE/UFRPE nº 677/2008	Estabelece normas para organização e regulamentação do Estágio Curricular Não Obrigatório como atividade opcional para os estudantes dos Cursos de Graduação e Técnico Profissionalizante da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE nº 486/2006	Dispor sobre obrigatoriedade de alunos ingressos na UFRPE de cursarem os dois primeiros semestres letivos dos cursos para os quais se habilitaram.
Resolução CEPE/UFRPE nº 154/2001	Estabelece critérios para desligamento de alunos da UFRPE por insuficiência de rendimentos e discurso de prazo.
Resolução CEPE/UFRPE nº 281/2017	Aprova depósito legal de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato *Sensu* da UFRPE.
Resolução CEPE/UFRPE	Dispõe sobre a exclusão da obrigatoriedade nos cursos

nº 276/1998	noturnos das disciplinas Educação Física A e B e propõe modificações para os cursos diurnos.

3 HISTÓRICO DA UFRPE

Segundo publicação comemorativa do centenário da instituição (UFRPE, 2013), a Universidade Federal Rural de Pernambuco tem sua origem datada no dia 03 de novembro de 1912, na cidade de Olinda-PE, a partir do lançamento da pedra fundamental das Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária São Bento. Em 1913, foi ministrado o Curso Preparatório para candidatos aos Cursos de Agronomia e de Medicina Veterinária e, em 1º de fevereiro de 1914, o Abade Dom Pedro Roeser inaugurou a Escola Agrícola e Veterinária de São Bento, as quais funcionaram em instalações anexas ao Mosteiro de São Bento, em Olinda.

Em 07 de janeiro de 1917, o Curso de Agronomia, como Escola Superior de Agricultura São Bento, foi transferido para o Engenho São Bento, uma propriedade da Ordem Beneditina localizada no Município de São Lourenço da Mata-PE, permanecendo o Curso de Medicina Veterinária em Olinda, compondo a Escola Superior de Veterinária São Bento.

Em 09 de dezembro de 1936, a Escola Superior de Agricultura São Bento foi desapropriada pela Lei nº 243 do Congresso Estadual e Ato nº 1.802 do Poder Executivo Estadual, passando a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP), a qual foi transferida para o bairro de Dois Irmãos, no Recife, pelo Decreto nº 82, de 12 de março de 1938. No mesmo ano, foram anexados à ESAP o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Granja de Dois Irmãos e o Jardim Botânico.

No ano de 1947, através do Decreto-Lei nº 1.741, de 24 de julho, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP) passou a ser denominada Universidade Rural de Pernambuco (URP). Através da Lei nº 1.837, de 17 de março de 1954, a URP passa a incorporar a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, o Curso de Economia Doméstica Rural e a Escola Agrotécnica de São Lourenço.

No ano seguinte, a Universidade Rural de Pernambuco (URP) foi federalizada e passou a integrar o Sistema Agrícola Superior do Ministério da Agricultura, através da Lei nº 2.524, de 04 de julho de 1955, combinada com a Lei Nº 2.290, de 13 de outubro de 1956. Com a promulgação do Decreto Federal Nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No início dos anos 1970, a Universidade passou por reformas estruturais, que caracterizou momento de grandes transformações, como a mudança do sistema acadêmico para o regime flexível de créditos e a criação de novos cursos de Graduação: Zootecnia, Engenharia de Pesca, Ciências Domésticas, Bacharelado em Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências Agrícolas. Em 1976, dando continuidade a esse processo de desenvolvimento, foram implantados os cursos de Engenharia Florestal e Licenciatura em Ciências, com habilitações em Física, Química, Matemática e Biologia.

Ainda na década de 1970, a UFRPE iniciou suas atividades de oferta de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com a criação do Mestrado em Botânica (1973). A década seguinte se destacou pela reformulação do Curso de Licenciatura em Ciências, com suas habilitações. No ano de 1988, esse curso foi desmembrado em quatro novos cursos: Licenciatura Plena em Física, em Química, em Matemática e em Ciências Biológicas, com início de funcionamento no primeiro semestre letivo de 1989.

Em 1990, foram criados os cursos de Licenciatura em História, Bacharelado em Ciências Sociais e Bacharelado em Ciências Econômicas, os dois últimos com ênfase em Sociologia Rural e Economia Rural, respectivamente. Com a criação desses novos cursos, extinguiu-se gradualmente o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em Moral e Cívica. Ainda em 1990, novos currículos foram adotados em todos os cursos de graduação, assim como foi implantado o sistema seriado semestral naqueles de turno diurno.

O desenvolvimento da UFRPE continuou nos anos 2000, com a criação dos cursos de Licenciatura em Computação e Engenharia Agrícola, em 2001. Contudo, o principal marco dessa década se traduz na criação das Unidades Acadêmicas, em 2005, através do Programa de Expansão do Sistema Federal do Ensino Superior. Nesse sentido, a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) foi a primeira expansão universitária a ser instalada no país, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2005, com os cursos de Agronomia, Licenciatura Normal Superior, atualmente Licenciatura em Pedagogia, Zootecnia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Letras Português/Inglês. Em 17 de outubro de 2005, com a aprovação da Resolução CONSU nº 147, a UFRPE implantou a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), com os cursos de graduação Administração, Ciências

Biológicas, Ciências Econômicas, Sistemas de Informação, além de Engenharia de Pesca, Agronomia, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Química e Zootecnia.

Ainda no processo de expansão e inclusão social, em 2005, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE iniciou as atividades de ensino de graduação na modalidade à distância. Em 2006, o MEC implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo como prioridade a formação de profissionais para a Educação Básica. Para atingir esse objetivo central, a UAB realizou ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros. Nesse mesmo ano, a UFRPE se engajou no programa UAB.

Desde então, a UFRPE destaca-se no cenário pernambucano e no âmbito Norte-Nordeste como uma das instituições pioneiras na oferta de cursos na modalidade à distância. Essa experiência resultou do engajamento dos seus profissionais, comprometidos com o processo de ampliação das atividades educacionais da UFRPE, visando à difusão de cursos de nível superior para atender a uma demanda de formação profissional há muito tempo reprimida em vários municípios.

A formação profissional dos docentes revela-se como desafio, devido às lacunas existentes nas qualificações dos professores que atuam, principalmente, em municípios localizados nas zonas rurais do Brasil. Quando se trata de formação docente na área de ciências exatas, esse quadro se torna ainda mais preocupante. Diante disso, as propostas inicialmente apresentadas pela UFRPE compreenderam a Licenciatura em Física e a Licenciatura em Computação.

Também em função da crescente demanda por profissionais da área tecnológica, principalmente considerando o incremento do setor tecnológico no Estado de Pernambuco, por meio das atividades no Porto Digital e no Porto de Suape, o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação foi implantado no ano de 2007.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Este programa pretendeu congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública,

buscando elevar a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década, conforme estipulado pelo Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

A partir de 2008, devido à realização do Projeto de Reestruturação, Expansão e Verticalização do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujos objetivos e metas tiveram como referência as diretrizes do REUNI, a UFRPE implantou onze novos cursos no *Campus* Dois Irmãos e nas Unidades Acadêmicas de Garanhuns e Serra Talhada, além de aumentar o quantitativo de vagas em muitos de seus cursos ofertados na sede.

Através do processo de expansão, a UFRPE levou cursos das Ciências Agrárias, mas também de outras áreas de conhecimento, para o interior. Em Garanhuns, foram criados os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Licenciaturas em Letras e em Pedagogia, Ciência da Computação e Engenharia de Alimentos. Em Serra Talhada, além dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia de Pesca, funcionam os cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciaturas em Química e Letras, além de Bacharelados em Sistemas de Informação, Administração e Ciências Econômicas. Em Recife, os novos cursos contemplaram Bacharelados em Administração e Ciência da Computação, bem como Licenciaturas em Letras e em Educação Física.

Em 2010, foi criada a Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia – UAEADTec, presente em 19 polos nos estados de Pernambuco e Bahia. Sua sede administrativa está localizada no *campus* Dois Irmãos, no Recife. A UAEADTec oferta oito cursos de graduação: Bacharelado em Administração Pública, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Artes Visuais Digitais, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia.

Atualmente, ao tempo em que vem consolidando essa interiorização, com o fortalecimento da pesquisa e da extensão, a Universidade também inova com a criação da Unidade Acadêmica no Cabo de Santo Agostinho (UACSA), no segundo semestre de 2014. A unidade oferece cinco Cursos de Engenharia (Civil, Elétrica, Eletrônica, Mecânica e de Materiais), com o objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento dos polos

empresariais/industriais da região e do país, por meio da formação de recursos humanos qualificados, da realização de pesquisas de ponta e projetos de inovação tecnológica com a formação de parcerias institucionais.

Com formato inovador, a Unidade se insere nos objetivos de geração *in loco* de profissionais com formação técnica especializada para dar suporte às áreas em expansão industrial do Estado.

Em 2017, o Conselho Universitário da UFRPE, através da Resolução CONSU/UFRPE nº 098/2017, aprovou a criação da Unidade Acadêmica de Belo Jardim – UABJ visando atender as demandas de qualificação profissional nas áreas de Engenharia da região. De forma semelhante ao projeto da UACSA, a UABJ ofertará cursos Superiores em Tecnologia e de Bacharelado em Engenharia.

3.1 Histórico do Curso

Segundo DANTAS (1998 apud NERY, 2006), o ensino da Economia no Brasil inicia-se em 1808 com a vinda da família real para o Brasil. Em 14 de maio de 1856, o Decreto-Lei nº 1.763 instituiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual passam a ser ministradas aulas de Economia que substituem as Aulas de Comércio da Corte. Ainda segundo o autor, o ensino da Economia evoluiu através das aulas de comércio, em faculdades de direito e academias militares.

No entanto, a manifestação efetiva do Curso de Economia ocorre na década de 1820, com a Lei Imperial de 11 de agosto de 1827 que criou os cursos jurídicos nas duas faculdades instaladas, em São Paulo e Olinda, cuja disciplina Economia Política integrava a matriz curricular. Posteriormente, são incorporadas Ciências das Finanças, Direito Administrativo e Ciências da Administração.

DANTAS (1998 apud NERY, 2006, p. 28-29), destaca que:

> No ano de 1931, o Decreto 20.158 instituiu o Curso de Administração e Finanças. Pelo Decreto-Lei número 7.988, de 22 de setembro de 1945, o ensino de Economia foi introduzido nas faculdades que mantinham os cursos de Ciências Econômicas e Atuariais. Com a Lei

> 1.401, de 31 de julho de 1951, deu-se a separação do Curso de Contabilidade e Atuariais do de Economia.

Ainda segundo DANTAS (1998 apud NERY, 2006), como o cenário nacional exigia profissional com conhecimentos teóricos e práticos, a matriz curricular permitia a formação multidisciplinar[1]. Na década de 1940, a preocupação com o subdesenvolvimento provocou a inserção no currículo de disciplinas que permitissem ao aluno atuar na realidade que o cercava. No entanto, a escassez de profissionais leva a uma nova reestruturação curricular em 1963, momento em que o currículo de economia é dividido entre ciclos básico e profissional. Na década de 1980, com o ambiente de maior liberdade advindo da retomada da democracia, o Parecer CFE nº 375/1984 e a Resolução CFE nº 11/1984 enquadrou a Economia no âmbito das Ciências Humanas.

Na década de 1990, na vigência dessa orientação curricular, o Curso de Ciências Econômicas foi implementado na UFRPE utilizando a logística e o corpo docente do Curso de Licenciatura em Moral e Cívica. A matriz curricular proposta pelo corpo docente era constituída de 45 disciplinas flexíveis e estágio supervisionado. O Curso funcionava no período noturno, com carga horária total de 2.595 horas.

Em 1996 inicia-se internamente a preparação da documentação para reconhecimento do Curso, sendo o processo de reconhecimento protocolado no dia 22 de abril de 1998, sob o número 23.000.003532/1998-36, junto ao Ministério de Educação e dos Desportos. Em 12 de julho de 1999, o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas – Ênfase em Economia Rural, ministrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Sede, é reconhecido pelo Ministério da Educação, através da Portaria MEC nº 1.061/1999.

Em 2004, o Parecer CNE/CES nº 54/2004 estabeleceu novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas. A nova orientação

---

[1] Relação de disciplinas: Complementos de Matemática, Economia Política, Valor e Formação de Preços I, Contabilidade Geral, Instituições de Direito Público, Estrutura das Organizações Econômicas, Valor e Formação de Preços II, Moeda e Crédito, Geografia Econômica, Estruturas e Análise de Balanços, Instituições de Direito Privado, Repartição da Renda Social, Comércio Internacional e Câmbios, Estatística Metodológica, História Econômica, Ciência das Finanças, Ciência da Administração, Evolução da Conjuntura Econômica, Política Financeira, História das Doutrinas Econômicas, Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos, Estatística Econômica e Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

enfatizava que as Diretrizes Curriculares Nacionais não fossem consideradas como corpo normativo, rígido e engessado, mas que as mesmas deveriam servir como:

- Referência para as instituições na organização de seus programas de formação;
- Permitir flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos;
- Induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área de conhecimento;
- Privilegiar, no perfil dos formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

Em 2007, atendendo as novas Diretrizes Curriculares, foi implementada uma matriz curricular que formava um profissional mais generalista, na qual houve redução significativa na quantidade de disciplinas da área rural no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede. Nesse momento, as dez disciplinas obrigatórias com foco na área rural[2] foram reduzidas para duas disciplinas obrigatórias com foco na área agrícola[3].

Em 2010, em consonância com o perfil curricular de 2007 e atendendo às indicações dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura[4], é retirado do nome do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE a ênfase em Economia Rural. Dessa maneira, o Curso passou a ser denominado Bacharelado em Ciências Econômicas, de acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 404/2010, regulamentada pela Portaria UFRPE/GR nº 981/2017. Dessa forma, o código do curso no SIG@ passa a ser denominado de CE-1 (Ciências Econômicas), excluindo-se o código anterior ER-1 (Economia Rural).

---

[2] Sociologia do Meio Rural, Direito Agrário, Economia Rural I, Administração Rural, Comercialização Agrícola, Desenvolvimento Rural Integrado, Extensão Rural, Comunicação Rural, Cooperativismo e Crédito Agrícola e Economia Agroindustrial.

[3] Economia Agrícola e Agronegócios.

[4] Segundo o documento (MEC, 2010), a grande variação nas denominações dos cursos superiores, as quais sempre correspondem a uma formação específica, impactam negativamente na oferta de vagas porque restringem a mobilidade do corpo discente entre as Instituições de Ensino. Para resolver essa deficiência, os referenciais agregam cursos similares em nomenclaturas historicamente consolidadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Até 2014, o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas funcionava dentro do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH). A partir desse ano, o Departamento de Economia (DECON) foi criado através da Resolução UFRPE/CONSU nº 45/2014 e, posteriormente, substituída pela Resolução UFRPE/CONSU nº 132, de 14 de novembro de 2014, que se refere ao compartilhamento das instalações físicas para as atividades administrativas entre o DECON e o DLCH, ficando *a posteriori* a decisão de divisão das instalações físicas, de forma consensual entre os cursos que compunham o DLCH anteriormente. Oficialmente, a instalação do DECON se deu pela Portaria UFRPE/GR nº 861, de 13 de julho de 2015. Atualmente, o Departamento conta com 21 docentes e cinco técnicos administrativos. Os docentes atendem principalmente ao Curso de Ciências Econômicas, atualmente é composto por cerca de 300 discentes.

Em 2017, com objetivo de atender às reivindicações internas do Departamento de Economia, bem como de outros departamentos da UFRPE, é iniciado processo de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso. Como exemplos das reivindicações, têm-se:

- O Departamento de Matemática propôs a padronização do ementário das disciplinas de matemática, de forma que a adesão à proposta ampliaria a oferta de referidas disciplinas ao discente de Economia, visto que o aluno poderia cursar as disciplinas de cálculo em outros cursos da UFRPE;
- O Departamento de Informática propôs a alteração do ementário e do perfil de suas disciplinas ofertadas no Curso de Ciências Econômicas;
- A inquietação da Coordenação do Curso e do corpo docente e discente com problemas como a superposição de conteúdos em algumas disciplinas, defasagem do conteúdo programático, bem como das referências bibliográficas contidas em seu ementário.

Para atender aos itens elencados, o Núcleo Docente Estruturante, em conjunto com o corpo docente do curso, dedicou-se na revisão do Projeto Pedagógico do Curso. Esta nova versão mantém a mesma matriz curricular, mas com conteúdos revisados e inserção de itens ausentes na versão anterior do PPC do Curso de Ciências Econômicas.

3.2 Justificativa para Oferta do Curso

No tópico sobre a evolução histórica do Curso ficou evidente que, na década de 1990, o único curso na área de Ciências Humanas da UFRPE era o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica. Entretanto, o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica, que era obrigatório em todas as séries do ensino médio, foi flexibilizado, primeiro tornou-se obrigatório apenas para uma série, depois tornou-se opcional no ano de 1992 e, finalmente, foi extinta em 1993.

Com a extinção dessa disciplina no ensino médio, forçou-se a realocação da infraestrutura e do pessoal alocado no Curso de Licenciatura em Estudos Sociais para outros cursos. Entretanto, como referido Curso constituía o único da UFRPE na área de Ciências Humanas, tornou-se necessário que os novos cursos se inserissem em áreas que permitissem a absorção do corpo docente disponível, dentre os quais professores de Economia, que atendiam à demanda desse campo de conhecimento nos demais cursos da UFRPE.

Nesse contexto, tem-se a criação do Curso de Ciências Econômicas em 1990, na UFRPE. Na matriz curricular proposta, as disciplinas abordando questões rurais tinham participação expressiva, a exemplo de Comercialização Agrícola, Economia Agrícola, Direito Agrário, dentre outras. Como justificativas para a proposição de uma matriz com foco na área agrícola, podem ser elencadas:

- Propor um Curso de Ciências Econômicas diferenciado daquele ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), elevando assim a probabilidade de aprovação do mesmo pelo Ministério da Educação (MEC);
- Ampliar as possibilidades de realização de pesquisas com participação de professores vinculados ao Curso de Ciências Econômicas e a outros cursos da instituição, mais especificamente aqueles com foco em atividade agropecuária.

Quanto à demanda na década de 1990, o Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco era oferecido apenas por três instituições: Universidade Federal de Pernambuco,

Universidade Católica de Pernambuco e Faculdade Esuda, dos quais apenas o curso oferecido pela UFPE era gratuito. Logo, havia expectativa favorável à demanda pelas vagas oferecidas para o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE.

Em resposta às mudanças nas Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas e às mudanças no perfil do profissional demandado pelo mercado, ao longo do tempo, alterações ocorreram na matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE. Em 2004, o Parecer CNE/CES nº 54 destacou que as novas Diretrizes Curriculares não fossem consideradas como um corpo normativo, rígido e engessado, para não se confundirem com os antigos Currículos Mínimos Profissionalizantes. Ao contrário, esses novos currículos deveriam:

> Servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais (MEC, 2004, p. 2).

Em resposta às alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Parecer CNE/CES nº 54/2004, em 2007 é implementada uma nova matriz curricular objetivando a formação de um profissional mais generalista. Nesse momento, das dez disciplinas da área de agrícola, apenas duas são mantidas no novo perfil curricular. Essa alteração visou proporcionar a colocação no mercado de um profissional capaz de se inserir em diferentes segmentos de mercado, bem como prosseguir na vida acadêmica ou atuar no setor público ou nos campos empresariais, industriais e financeiros.

Dentro dessa nova perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas tiveram como objetivo refletir uma dinâmica que atendesse aos diferentes perfis de desempenho, a cada momento exigidos pela sociedade, nessa heterogeneidade de mudanças sociais sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias. Tais dinâmicas exigem contínuas revisões do Projeto Pedagógico de

um curso, para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento, para que ele se ajuste sempre às necessidades emergentes.

Além disso, com a publicação das Resoluções CNE/CES nº 02/2007 e nº 04/2007, tornou-se latente a necessidade de ampliar a carga horária total do Curso para 3.000 horas. Para tanto, reiterou-se a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso e ampliou-se a carga horária a ser desenvolvida em Atividades Acadêmicas Complementares.

Essas modificações permitiram assegurar maiores alternativas de experiências e formação profissional para os alunos, chegando ao mercado de trabalho mais preparados para enfrentar seus desafios.

Em 2017, após quase três décadas de existência, todas as 80 vagas anuais oferecidas para o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede são preenchidas, apesar de o número de instituições que oferecem o curso ter se elevado para nove no Estado de Pernambuco. Em conjunto com o preenchimento de todas as vagas oferecidas, os resultados obtidos pelo corpo discente, ao longo do tempo, revelam que o Curso se posiciona entre aqueles de excelência no Estado e na Região. Dentre os resultados, podem ser elencados a ocorrência de premiações concedidas a discentes do Curso por suas monografias apresentadas, o ingresso de seus formandos na pós-graduação, bem como o resultado do Enade 2015, cuja nota alcançou a segunda colocação na Região Nordeste.

Do exposto, evidencia-se que o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede, ao longo de sua existência, não teve dificuldade para preenchimento das vagas oferecidas semestralmente e, adicionalmente, obteve resultados que o coloca como um dos Cursos de Economia de referência na Região Nordeste. Apesar desses fatores justificarem a manutenção da oferta do Curso de Ciências Econômicas pela UFRPE/Sede, tem-se que a revisão do ementário e das referências bibliográficas permite a colocação no mercado de um profissional mais capacitado para atender às demandas do mercado de trabalho.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Formar bacharéis em Ciências Econômicas com condições de exercer a atividade profissional nos diversos setores do campo econômico com senso de ética e responsabilidade social.

4.2 Objetivos Específicos

- Propiciar conteúdos teórico-quantitativos necessários à formação do Bacharel em Ciências Econômicas;
- Possibilitar a compreensão da problemática econômica mundial, brasileira e regional dentro do contexto histórico;
- Fornecer uma formação econômica conectada com o mercado de trabalho;
- Possibilitar a aquisição de uma visão crítica, capacidade analítica e criativa adequadas às novas demandas econômicas.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL

O Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRPE deve ensejar condições para que o formando esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, imbuído de sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento das situações emergentes, na sociedade humana e politicamente organizada. Cogita-se, portanto, formar um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e percebidas no conjunto das funções econômicas mundiais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, o perfil do egresso deve estar centrado numa sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e prática, ambas peculiares ao Curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicada à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o referido egresso possa revelar:

- Base cultural ampla que possibilite o entendimento das questões econômicas, no seu contexto histórico-social;
- Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

Com este perfil, o profissional formado poderá estar inserido no mundo de trabalho contemporâneo com sucesso, seja no setor público, no setor privado de empresas ou de organizações não governamentais da sociedade civil. Em todos esses setores, o profissional estará apto a atuar de forma responsável, crítica e criativa, desenvolvendo planos, programas e projetos, construindo pesquisas, avaliando projetos de investimentos e realizando avaliações, consultorias, perícias e outras atividades. Em todas as suas atividades, o profissional formado

pode contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento regional e do país, focalizando a sustentabilidade ambiental, social e econômica no processo de desenvolvimento.

6 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES

Seguindo a orientação das Diretrizes Curriculares, o Curso de Ciências Econômicas busca profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- Ler e compreender textos econômicos;
- Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- Utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- Utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos;
- Diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas;
- Compreender as questões econômicas no seu contexto histórico e social;
- Analisar problemas, propor soluções e tomar decisões no mundo contemporâneo globalizado em transformação;
- Analisar problemas emergentes teórica e empiricamente, refletindo diferentes paradigmas da teoria econômica, bem como considerar os aspectos sociais, ambientais e políticos dos problemas;
- Desenvolver a capacidade de comunicação e trabalho em equipes para discutir e decidir democraticamente sobre problemas emergentes e suas soluções eficazes.

A partir disso, o profissional estará apto a:

- Elaborar e desenvolver planejamentos, programas e projetos;
- Efetuar pesquisas socioeconômicas, estudos e análises micro e macroeconômicas;
- Proceder analises econômico-financeiras de investimentos públicos e privados;
- Realizar avaliações, consultorias, perícias e desenvolver outras atividades correlatas aos assuntos atinentes à sua formação;

- Atuar como assessor em investimentos em programas de desenvolvimento rural, visando ao incremento da produção, aliados a projetos de agroindústria e com base ambiental;
- Realizar análises de mercado e de conjuntura.

7 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Artigo 3º do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 descreve um campo de atuação profissional do Economista bastante amplo:

> A atividade profissional privativa do Economista exercita-se liberalmente ou não, por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados, sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras em empreendimentos públicos, privados ou mistos, e por quaisquer outros meios que objetivem técnica e cientificamente o aumento ou a conservação do rendimento econômico (Decreto nº 31.794/1952, art. 3º).

O Conselho Federal de Economia (COFECON) elenca, como inerentes à profissão do Economista, as seguintes atividades: i) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira; ii) estudo de mercado e de viabilidade econômico-financeira; e iii) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciários e de seguros.

A intensificação do processo de globalização produtiva e financeira, as mudanças no mundo de trabalho, bem como mudanças culturais, requerem um profissional de economia que reconheça e compreenda os problemas e as mudanças no mundo atual, saiba avaliar os problemas sob a ótica de diferentes paradigmas da Ciência Econômica, e demonstre a capacidade de propor soluções para os problemas com flexibilidade e competência.

Esta não deve se restringir apenas a uma análise técnica estreita dos problemas, mas deve incluir uma visão econômica, política e social mais ampla, com vistas a contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável da região e do país. É fundamental também considerar a perspectiva dos problemas da desigualdade social e dos conflitos sociais no Brasil em seu trabalho, reconhecendo e respeitando a diversidade de diferentes perspectivas teóricas existentes nas Ciências Sociais.

8 REQUISITOS DE INGRESSO:

O ingresso de alunos nos cursos de graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco ocorre através do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) e do ingresso extra, descritos na sequência.

8.1 Ingresso Através do SiSU

A Universidade Federal Rural de Pernambuco adota o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que se realiza anualmente e ocorre através de seleção baseada na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para as duas entradas semestrais dos diferentes cursos de graduação.

No Curso de Ciências Econômicas são disponibilizadas 80 vagas anuais divididas entre a primeira e a segunda entrada de cada ano letivo. Mais detalhadamente, os 40 primeiros classificados ingressam no primeiro período letivo do ano e os demais no segundo período.

8.2 Ingresso Extra

Além do ingresso semestral, a partir da seleção do vestibular, a UFRPE conta com mecanismos que permitem o ingresso de alunos, em outras modalidades de acesso, duas vezes ao ano, em datas previstas e com editais publicados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), nos quais são divulgados quais os cursos que têm vagas disponíveis para este tipo de acesso. Este ingresso pode ser feito das seguintes formas:

- *Reintegração*: após ter perdido o vínculo com a Universidade, o aluno que tenha se evadido de seu curso poderá requerer a reintegração, uma única vez, no mesmo curso (inclusive para colação de grau), desde que tenha condições de concluir o curso dentro do prazo máximo permitido (considerando o prazo do vínculo anterior e o que necessitaria para integralização do currículo) e que não possua

quatro ou mais reprovações em uma mesma disciplina (fundamentação: Res. UFPRE/CEPE nº 100, de 16/09/1983, Res. UFRPE/CEPE nº 179, de 01/10/1991, e Res. UFRPE/CEPE nº 354, de 13/06/2008).

- *Reopção*: o aluno regularmente matriculado e ingresso na UFRPE através de vestibular, que esteja insatisfeito com o seu curso, poderá se submeter à transferência interna para outro curso de Graduação da UFRPE, de uma área de conhecimento afim ao seu de origem, de acordo com a existência de vagas no curso pretendido, desde que tenha cursado, no mínimo, 40% do currículo original do seu curso e que disponha de tempo para integralização curricular, considerando os vínculos com o curso anterior e pretendido (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 34, de 16/01/1997).
- *Transferência Externa*: a Universidade recebe alunos de outras Instituições de Ensino Superior, vinculados a cursos reconhecidos pelo CNE, que desejam continuar o curso iniciado ou ingressar em curso de área afim, que estejam com vínculo ativo ou trancado com a Instituição de origem, que tenham condições de integralizar o currículo dentro do seu prazo máximo, considerando o prazo na outra Instituição de Ensino Superior e o que necessitaria cursar na UFRPE, e que tenham cursado todas as disciplinas constantes do primeiro período da matriz curricular do Curso pretendido na UFRPE. Salvo nos casos de transferência ex-officio (que independem de vagas), é necessário, para ingresso, que o curso tenha vagas ociosas (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 124, de 19/12/1983, e Res. UFRPE/CEPE nº 180, de 01/10/1991).
- *Portadores de Diploma de Curso Superior*: os portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo CNE que desejam fazer outro curso superior na UFRPE, em área afim, podem também requerer o ingresso, desde que sobrem vagas no curso desejado, após o preenchimento pelas demais modalidades (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 181, de 01/10/1991).

As formas seguintes de ingresso, por sua vez, independem de vagas e não há necessidade de publicação de edital pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:

- *Cortesia Diplomática*: em atendimento ao que determina o Decreto nº 89.758, de 06 de junho de 1984, que dispõe sobre matrícula por cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros em Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, a UFRPE aceita alunos incluídos nas seguintes situações: funcionário estrangeiro, de missão diplomática, ou repartição consular de carreira no Brasil, e seus dependentes locais; funcionário estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, e seus dependentes legais; técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação cultural, técnica, científica ou tecnológica, firmado entre o Brasil e seu país de origem, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano no Brasil; e técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, de organismo internacional, que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano em território nacional. Este tipo de ingresso nos cursos de graduação se dá mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada pelo Ministério de Educação, com a isenção do concurso vestibular e independentemente da existência de vaga, sendo, todavia, somente concedido a estudantes de países que assegurem o regime de reciprocidade e que seja portador de visto diplomático ou oficial.
- *Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)*: alunos provenientes de países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina, são aceitos como estudantes dos cursos de Graduação da UFRPE. Esses alunos são selecionados diplomaticamente em seus países pelos mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa, sendo alunos de tempo integral, para que possam integralizar o curso em tempo hábil. Não pode ser admitido, através desta modalidade: estrangeiro portador de visto de turista, diplomático ou permanente; o brasileiro

dependente de país que, por qualquer motivo, esteja prestando serviços no exterior; e o indivíduo com dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira.

- *Transferência Obrigatória ou Ex-officio*: é a transferência definida na Lei n.º 9.536, de 11 de dezembro de 1997, na Portaria MEC n.º 975, de 25 de junho de 1992 e na Resolução CFE n.º 12, de 02 de julho de 1994. Esta transferência independe da existência da vaga e da época, atingindo o servidor público federal da administração direita ou indireta, autarquia, fundacional, ou membro das forças armadas, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência Ex-Offício. A transferência deverá implicar a mudança de residência para o município onde se situar a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.

9 ESTRUTURA CURRICULAR

Para atender aos critérios definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no que diz respeito aos objetivos do Curso e às competências e habilidades do egresso, a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas está organizada em cinco áreas de abrangência, a saber: Formação Geral, Formação Teórico-Quantitativa, Formação Histórica, Formação Teórico-Prática e Formação Complementar, descritas a seguir:

1. *Formação Geral*: tem por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da Sociologia, da Ciência Política e dos estudos básicos da Administração, da Contabilidade, da Matemática e da Estatística. Para esta área, a carga horária mínima deve atender ao menos 10% da carga horária total do Curso;
2. *Formação Teórico-Quantitativa*: direciona-se à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da Economia, da Econometria, da Contabilidade Social, da Microeconomia, da Macroeconomia, da Economia Internacional, da Economia do Setor Público, da Economia Monetária, da Economia Quantitativa, da Economia Regional, do Desenvolvimento Socioeconômico e da Elaboração e Análise de Projetos Econômicos. Para essa área, a carga horária mínima exigida é de 20% da carga horária total do Curso;
3. *Formação Histórica*: possibilita ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a História do Pensamento Econômico, a História Econômica Geral, a Formação Econômica do Brasil, a Economia Brasileira Contemporânea e a Economia Política, devendo atender ao menos 10% da carga horária total do Curso;
4. *Formação Teórico-Prática*: aborda questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo Metodologia Científica em Economia, Técnicas de Pesquisa em Economia, Atividades Acadêmicas Complementares, Trabalho de Conclusão de Curso ou

Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo compreender ao menos 10% da carga horária total do Curso;

5. *Formação Complementar*: abordam disciplinas (obrigatórias ou optativas) relacionadas às demandas de mercado, regional e/ou ambiental/rural, englobando estudos relacionados a Empreendedorismo, Mercado de Capitais, Teoria dos Jogos, Agronegócios, Comercialização Agrícola, Formação Econômica do Nordeste, Economia Pesqueira, Geografia Econômica do Nordeste, Economia Florestal, Economia Agroindustrial, do Direito, Direito Agrário, da Informática, Sociologia Rural e Técnicas de Avaliação dos Impactos Ambientais. Também estão elencadas outras disciplinas optativas para qualquer formação específica, como Língua Brasileira de Sinais, Português Instrumental, História do Pensamento Político Ocidental e Métodos Quantitativos Aplicados à Economia, dentre outras. Para atender às especificidades da região e/ou às demandas de mercado, esta área pode utilizar até 50% da carga horária total do Curso.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, no Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, as áreas de abrangência definidas nos itens 1, 2, 3 e 4, listadas anteriormente, são correspondentes à formação básica do Economista. Assim, fica garantido ao Curso a liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais, definidas no item 5 da Formação Complementar, com disciplinas obrigatórias e/ou optativas.

A organização do curso também considera a interdisciplinaridade quando permite o diálogo entre as disciplinas ofertadas, as quais apresentam relações de interdependência entre si; como exemplo pode ser colocado a utilização do instrumental matemático/estatístico nas disciplinas que compõem a ramificação teórica do Curso, bem como os conhecimentos de História em conteúdos de Economia Brasileira, Economia Regional, dentre outras.

A matriz do Curso de Ciências Econômicas permite que aspectos relacionados à Educação Ambiental sejam abordados através de conteúdos específicos. A relevância dos cuidados com o meio ambiente é abordada em disciplinas como Economia dos Recursos Naturais, Economia I e Microeconomia, quando apresentam temáticas relacionadas à escassez

dos recursos naturais. As disciplinas optativas Direito Ambiental e Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais também abordam em seus conteúdos programáticos assuntos relacionados à temática ambiental.

Com relação aos Direitos Humanos, as disciplinas obrigatórias Introdução à Ciência Política e Introdução à Sociologia contribuem para a formação de um acadêmico com senso crítico mais aguçado; em conjunto a disciplina optativa Educação das Relações Étnico Raciais potencializa o comportamento ético dos discentes em suas relações institucionais e pessoais, segundo os respectivos conteúdos programáticos das disciplinas mencionadas.

A seguir, apresenta-se a distribuição das disciplinas por áreas de abrangência (Tabela 2):

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Tabela 1: **Distribuição das Disciplinas por Áreas de Abrangência.**

Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO GERAL	C.H.	DCN/MEC[5]	BCE[6]
1	Introdução à Ciência Política	60 h	10%	18%
1	Estatística I	60 h		
1	Estatística II	60 h		
1	Introdução à Administração	60 h		
1	Introdução à Sociologia	60 h		
1	Cálculo NI	60 h		
1	Cálculo N II	60 h		
1	Matemática Financeira	60 h		
1	Contabilidade e Análise de Balanço	60 h		
10	**Total**	**540 h**		
Nº DISCIPL.	**FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA**	**C.H.**	**DCN/MEC**	**BCE**
1	Contabilidade Social	60 h	20%	30%
1	Desenvolvimento Socioeconômico	60 h		
1	Econometria I	60 h		
1	Econometria II	60 h		
1	Economia do Setor Público	60 h		
1	Economia do Trabalho	60 h		
1	Economia I	60 h		
1	Economia Internacional	60 h		
1	Economia Monetária	60 h		
1	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60 h		
1	Economia Quantitativa I	60 h		
1	Macroeconomia I	60 h		
1	Macroeconomia II	60 h		
1	Microeconomia I	60 h		
1	Microeconomia II	60 h		
14	**Total**	**900 h**		
Nº DISCIPL.	**FORMAÇÃO HISTÓRICA**	**C.H.**	**DCN/MEC**	**BCE**
1	História Econômica Geral	60 h	10%	10%
1	Formação Econômica do Brasil	60 h		
1	Economia Brasileira Contemporânea	60 h		

[5] DCN/MEC: Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.
[6] BCE: Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE.

1	Economia Política	60 h		
1	História do Pensamento Econômico	60 h		
5	**Total**	**300 h**		
Nº DISCIPL.	**FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA**	**C.H.**	**DCN/MEC**	**BCE**
1	Metodologia Científica em Economia	60 h	10%	26%
1	Técnicas de Pesquisa em Economia	60 h		
1	TCC	360 h		
1	Atividades Acadêmicas Complementares	300 h		
3	**Total**	**780 h**		
Nº DISCIPL.	**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR**	**C.H.**	**DCN/MEC**	**BCE**
1	Economia Agrícola	60 h	50%	16%
1	Economia Regional	60 h		
1	Economia Ambiental e dos Recursos Naturais	60 h		
1	Optativa 1	60 h		
1	Optativa 2	60 h		
1	Optativa 3	60 h		
1	Optativa 4	60 h		
1	Optativa 5	60 h		
8	**Total**	**480 h**		
40	**TOTAL GERAL**	**3.000 h**	**100%**	**100%**

Fonte: elaboração própria.

A seguir, é apresentada a síntese das áreas de abrangência, compreendendo a distribuição da carga horária, o número de disciplinas do curso e o percentual que compõe a estrutura curricular (Tabela 3):

Tabela 2: **Áreas de Abrangência, Número de Disciplinas e Carga Horária.**

Áreas de Abrangência	Nº de disciplinas	Carga Horária	%
Formação Geral	9	540	18
Formação Teórico-Quantitativa	15	900	30
Formação Histórica	5	300	10
Formação Teórico-Prática	4	780	26
Formação Complementar	8	480	16
Total	**41**	**3.000**	**100**

Fonte: elaboração própria.

Estruturado dessa forma, o Bacharelado de Ciências Econômicas da UFRPE atende aos requisitos mínimos exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, contemplando conteúdos que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, mas que também atende a especificidades locais, regionais, ambientais, rurais ou de demandas do mercado.

9.1 Regime de Matrícula

O Bacharelado em Ciências Econômicas funciona através do sistema flexível de carga horária. Algumas disciplinas requerem pré-requisitos, haja vista que o curso é denso do ponto de vista teórico, havendo a necessidade de continuação e/ou aprofundamento de algumas áreas de formação, como por exemplo, Microeconomia I como pré-requisito de Microeconomia II. Para além dessa questão, algumas disciplinas exigem o conhecimento básico de outras disciplinas sem que haja uma relação direta entre elas, a exemplo das disciplinas de Cálculo, fundamentais como ferramenta das disciplinas dos Métodos Quantitativos, a exemplo de Estatística e Econometria.

Algumas disciplinas optativas requerem o uso de disciplinas com pré-requisitos, haja vista que apresentam em sua ementa aprofundamentos sobre áreas estudadas ao longo do curso, a exemplo de Tópicos Especiais em Econometria, Microeconomia ou Macroeconomia. Na Matriz Curricular o discente pode começar a cursar as disciplinas optativas a partir do 2º período.

O Trabalho de Conclusão do Curso é componente curricular obrigatório para a integralização do curso. De igual modo, o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) é um componente Curricular obrigatório.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

9.2 Matriz Curricular

A seguir, é apresentada a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas (Quadro 4):

Quadro 4 – Matriz Curricular

Período	Código	Nome	Carga Horária				Pré-requisitos	Co-Requisito
			Teórica	Prática	Semipresencial ou EAD	Total		
1 º	06507	Cálculo NI	60	00	00	60	-	-
	04122	Matemática Financeira	60	00	00	60	-	-
	04116	Economia I	60	00	00	60	-	-
	04509	História Econômica Geral	60	00	00	60	-	-
	04450	Introdução à Sociologia	60	00	00	60	-	-
	TOTAL	-	**300**	**00**	**00**	**300**	-	-
	06508	Cálculo NII	60	00	00	60	Cálculo NI	

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2º	04193	Formação Econômica do Brasil	60	00	00	60	-	-
	A definir	Economia Quantitativa I	60	00	00	60		
	04109	Introdução à Administração	60	00	00	60	-	-
		Optativa 1	60	00	00	60		
	TOTAL	-	**300**	**00**	**00**	**300**	-	-
3º	04121	Microeconomia I	60	00	00	60	Economia I	-
	A definir	Estatística I	60	00	00	00	Cálculo NII	-
	04171	Contabilidade Social	60	00	00	60	-	-
	A definir	Metodologia Científica em Economia	60	00	00	60	-	-
		Optativa 2	60	00	00	60	-	-
	TOTAL	-	**300**	**00**	**00**	**300**	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

4º	04118	Contabilidade e Análise de Balanço	60	00	00	60	-	-
	04192	Microeconomia II	60	00	00	60	Microeconomia I	-
	A definir	Estatística II	60	00	00	00	Estatística I	-
	04196	Economia Ambiental e dos Recursos Naturais	60	00	00	60	-	-
		Optativa 3	60	00	00	60	-	-
	TOTAL	**-**	**300**	**00**	**00**	**300**	**-**	**-**
5º	04713	Introdução à Ciência Política	60	00	00	60	-	-
	04185	Econometria I	60	00	00	60	Estatística II	-
	04111	Macroeconomia I	60	00	00	60	Microeconomia II	-
	04172	Economia do Setor Público	60	00	00	60	Microeconomia II	-
		Optativa 4	60	00	00	60	-	-
	TOTAL	**-**	**300**	**00**	**00**	**300**	**-**	**-**
	04191	Econometria II	60	00	00	60	Econometria I	-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

6º	04119	Macroeconomia II	60	00	00	60	Macroeconomia I	-
	04194	Economia do Trabalho	60	00	00	00	-	-
	04133	História do Pensamento Econômico	60	00	00	60	Economia I	-
		Optativa 5	60	-	-	60	-	-
	TOTAL	**-**	**300**	**00**	**00**	**300**	**-**	**-**
7º	A definir	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	00	00	60	-	
	04123	Economia Brasileira Contemporânea	60	00	00	60	Macroeconomia II	-
	04184	Economia Agrícola	60	00	00	60	-	-
	04181	Desenvolvimento Socioeconômico	60	00	00	60	Macroeconomia II	-
	04112	Economia Monetária	60	00	00	60	Macroeconomia I	-
	TOTAL	**-**	**300**	**00**	**00**	**300**	**-**	**-**
	04198	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60	00	00	60	-	-
	04187	Economia Internacional	60	00	00	60	Macroeconomia I	-

8º	04120	Economia Política	60	00	00	60	-	
	04135	Economia Regional	60	00	00	60	Microeconomia I	
	TOTAL	**-**	**240**	**00**	**00**	**240**	**-**	**-**
9º	A definir	TCC **(360h)**						
	Atividades Complementares: 300							
	Carga horária total: 3000							

Fonte: Pró-reitoria de Graduação

Na Matriz Curricular apresentada no Quadro (4) a disciplina Economia dos Recursos Ambientais encontra-se inserida no Sétimo Período do Curso, mas na Matriz proposta no Perfil Curricular BCE-01a mesma compõem o conjunto de disciplinas do Oitavo Período Letivo, esta mudança decorre da criação da disciplina Técnicas de Valoração Ambiental. Como a disciplina citada exigia como Pré-Requisito a disciplina Economia dos Recursos Ambientais, oferecida apenas no Oitavo Período, se a mesma fosse oferecida como optativa haveria escassez/ausência de discentes que atendessem aos requesitos para serem matriculados na disciplina Técnicas de Valoração Ambiental.

Com o objetivo de criar as condições para que a disciplina Técnicas de Valoração Ambiental tivesse discentes em condições de cursar a mesma a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/CCD do Curso migrou a disciplina Economia dos Recursos Naturais do oitavo para o sétimo período da Matriz Curricular do Curso.

O Quadro (5) apresenta a relação das disciplinas optativas disponíveis para o corpo discente do Curso de Ciências Econômicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 5 – Relação das Disciplinas Optativas

Código	**Nome**	**Carga Horária**				**Pré-requisitos**	**Co-Requisito**
		Teórica	Prática	Semipresencial ou EAD	Total		
20000	Behavioral Economics of Global Affairs	60	00	00	60	-	-
A definir	Economia Quantitativa II	60	00	00	60	Economia Quantitativa I	
04197	Agronegócios	60	00	00	60	-	-
04704	Instituições do Direito	60	00	00	60	-	-
28002	Planilhas Eletrônicas	15	15	00	30	-	-
28000	Editoração de Textos Eletrônicos e Acadêmicos	15	15	00	30	-	-
04175	Comercialização Agrícola	60	00	00	60	-	-
04784	Direito Agrário	60	00	00	60	-	-
04706	Direito Ambiental	60	00	00	60	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

04186	Economia Agroindustrial	60	00	00	60	-	-
20000	Economia Comportamental e das Questões Globais	60	00	00	60	-	-
04205	Economia das Empresas	60	00	00	60	Economia I	-
04103	Economia Florestal	60	00	00	60	-	-
04104	Economia Pesqueira	60	00	00	60	Economia I	-
05145	Educação das Relações Étnico-Raciais	60	00	00	60	-	-
04180	Empreendedorismo	60	00	00	60	-	-
04136	Formação Econômica do Nordeste	60	00	00	60	Formação Econômica do Brasil	
04521	Fundamentos de Filosofia	60	00	00	60	-	-
04628	Geografia Agrária	30	30	00	60	-	-
17002	Geografia da População	60	00	00	60	Estatística E	-
04136	Geografia Econômica do Nordeste	60	00	00	60	-	-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

04229	Gestão de Tecnologia da Informação	60	00	00	60	-	-
04730	História do Pensamento Político Ocidental	60	00	00	60	-	-
04730	Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS	30	30	00	60	-	-
04138	Mercado de Capitais	60	00	00	60	-	-
04139	Métodos Quantitativos Aplicados à Economia	60	00	00	60	-	-
04148	Planejamento Econômico Estratégico	60	00	00	60	Macroeconomia I	-
04304	Produção de Textos Acadêmicos I	30	30	00	60	-	-
04406	Sociologia do Meio Rural	60	00	00	60	Introdução à Sociologia	-
04141	Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais	60	00	00	60	Economia Ambiental e dos Recursos Naturais	-
04140	Teoria dos Jogos	60	00	00	60	-	-
04147	Tópicos de Macroeconomia	60	00	00	60	Macroeconomia II	-

04200	Tópicos Especiais em Econometria	60	00	00	60	Econometria I e Cálculo NII	-
04134	Tópicos Especiais em Microeconomia	30	30	00	60	Microeconomia II	-

As disciplinas optativas são oferecidas no Curso a partir do 2º semestre, das quais o discente deve cursar um total de cinco disciplinas ao longo do Curso. No perfil as disciplinas optativas, oportunizam ao discente uma formação que atenda às frequentes mudanças econômicas no âmbito global, regional, local e ambiental.

A seguir, tem-se a síntese da matriz curricular do Curso, na qual é apresentada a carga horária das disciplinas obrigatórias, optativas, TCC e Atividades Acadêmicas Complementares, com seus respectivos números de créditos (Tabela 4):

Tabela 3 - Síntese da matriz curricular

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Obrigatórias	2.040	136
Optativas	300	20
TCC	360	24
AAC	300	24
Total	**3.000**	**200**

Fonte: elaboração própria.

9.3 Representação Gráfica da Matriz Curricular

Na seguinte representação gráfica da matriz curricular do Curso, são apresentadas as disciplinas com seus respectivos pré-requisitos (Quadro 6)[7]:

[7] Conforme disposição do art. 5º, § 5º, da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) constitui-se componente curricular obrigatório.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 6 - Matriz Curricular do Bacharelado em Ciências Econômicas.

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Introdução à Sociologia (60h)	Introdução à Administração (60h)	Metodologia Científica (60h)	Econ. Amb. e dos Recursos Naturais (60h)	Introdução à Ciência Política (60h)	História do Pensamento Econômico (60h)	Técnicas de Pesquisa em Econ. (60h)	Elabor. e Análise de Proj. Econôm. (60h)	TCC (360h)
História Econômica Geral (60h)	Formação Econômica do Brasil (60h)	Contabilidade Social (60h)	Contabilidade e Análise de Balanço (60h)	Economia do Setor Público (60h)	Economia do Trabalho (60h)	Economia Agrícola (60h)	Economia Política (60h)	
Economia I (60h)	Economia Quantitativa I (60h)	Microeconomia I (60h)	Microeconomia II (60h)	Macroeconomia I (60h)	Macroeconomia II (60h)	Desenvolvim. Socioeconômico (60h)	Economia Internacional (60h)	
Cálculo NI (60h)	Cálculo NII (60h)	Estatística I (60h)	Estatística II (60h)	Econometria I (60h)	Econometria II (60h)	Economia Monetária (60h)	Economia Regional (60h)	
Matemática Financeira (60h)	Optativa 1 (60h)	Optativa 2 (60h)	Optativa 3 (60h)	Optativa 4 (60h)	Optativa 5 (60h)	Econ. Brasileira Contemporânea (60h)		
ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC	ACC

Resumo Carga Horária do Perfil

Carga Horária Total:	3000
Carga horária Disciplinas Obrigatórias	2040
Carga Horária Disciplinas Optativas	300
Carga Horária do TCC	360
Ativ. Acad. Complementares	300

Tempo de Curso: 4 anos e meio (9 semestres)
Tempo Máximo: 7 anos (14 semestres)

Enade é componente curricular obrigatório

9.4 Equivalência dos Componentes Curriculares

A seguir, são apresentados os quadros de equivalência dos componentes curriculares entre a matriz curricular atual e anterior, tanto para as disciplinas obrigatórias, quanto para as disciplinas optativas (Quadros 7 e 8):

Quadro 7 - Equivalência dos Componentes Curriculares para as Disciplinas Obrigatórias.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS					
MATRIZ CURRICULAR ATUAL			MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR		
CÓD.	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓD.	C.H.	DISCIPLINA
06507	60 h	Cálculo NI	06483	60 h	Matemática E I
06508	60 h	Cálculo NII	06402	60 h	Matemática E II
04181	60 h	Desenvolvimento Socioeconômico	04182	60 h	Desenvolvimento Econômico
04184	60 h	Economia Agrícola	04105	60 h	Economia Rural I
04196	60 h	Economia Amb. Recursos Naturais	04127	60 h	Economia dos Recursos Naturais
04116	60 h	Economia I	04106	60 h	Introdução à Economia
04198	60 h	Elaboração e Anál. Proj. Econômicos	04190	60 h	Elaboração e Anál. Proj. Rurais
06211	60 h	Introdução à Microinformática	06209	60 h	Introdução à Computação
04133	60 h	História do Pensamento Econômico	04108	60 h	História do Pens. Econômico I

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 - Equivalência dos Componentes Curriculares para as Disciplinas Optativas.

DISCIPLINAS OPTATIVAS					
MATRIZ CURRICULAR ATUAL			MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR		
CÓD.	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓD.	C.H.	DISCIPLINA
04103	60 h	Economia Florestal	04129	60 h	Economia Florestal S
04136	60 h	Geografia Econômica do Nordeste	04694	60 h	Geografia Econômica do Brasil

04406	60 h	Sociologia do Meio Rural	04468	60 h	Sociologia Rural
04521	60 h	Fundamentos de Filosofia	04508	60 h	Introdução à Filosofia
04148	60 h	Planejamento Econ. Estratégico	04115	60 h	Política e Programação Econômica

9.5 Ementas das Disciplinas por Componente Curricular

A seguir tem-se o ementário das disciplinas cursadas ao longo do Curso, assim como referências bibliográficas básicas e complementares do conjunto de disciplinas obrigatórias e das disciplinas optativas.

9.5.1 Ementas das Disciplinas Obrigatórias

Componente Curricular: Introdução à Sociologia		
Período: 1º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04450*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
A sociologia enquanto ciência: histórico, objeto, método de construção do conhecimento. Os principais conceitos para compreensão da dinâmica social segundo os fundadores da sociologia – Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber. Processos institucionais da análise macrossocial: Trabalho, estrutura de classes e desigualdades sociais; Política, democracia e participação; Cultura, indústria cultural e meios de comunicação; Religião. Processos sociais interativos e análise microssocial: Ação Coletiva e Movimentos Sociais; Sexualidade, feminismo e relações de gênero; identidades étnico-raciais e geracionais. Mudança social e Globalização.		
Conteúdo Programático		
UNIDADE I **O Estudo da Sociedade Humana** 1.1.Conceituação e importância da Sociologia 1.2.Objeto e objetivos da Sociologia 1.3.Surgimento da Sociologia e os novos desafios 1.4.A metodologia científica e às técnicas de pesquisa **UNIDADE II** **A Comunidade e a Cidadania** 2.1. A importância da Interação - conceituação 2.2. Processos sociais associativos e dissociativos 2.3. Comunidade- características básicas 2.4. Cidadania- conceitos, aspectos jurídicos e éticos		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UNIDADE III
Grupos e Agregados Sociais
3.1. Indivíduo, papel e status social- suas conceituações
3.2. Grupos Sociais- conceito, características, tipos e seus mecanismos de sustentação
3.3. Agregados Sociais - conceito, características e principais tipos de : Normas, sanções, valores e símbolos sociais
3.4. Estrutura e organização social

UNIDADE IV
FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA SOCIEDADE
4.1. Trabalho e meio de produção: as forças produtivas
4.2. Relações de produção
4.3. Modos de produção: história da transformação da sociedade humana
4.4. Os processos de estratificação e mobilidade
4.5. O problema do subdesenvolvimento

UNIDADE V
A CULTURA
5.1. Aspectos material e não-material da cultura
5.2. Os elementos da cultura : traço, complexo, área e padrão cultural
5.3. Invenção, difusão cultural, aculturação, contracultura e mudança cultural
5.4. Socialização e Controle Social

UNIDADE VI
INSTITUIIÇÕES SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL
6.1. Instituições- conceituação e principais tipos
6.2. Mudança Social- conceito, causas e ritmos
6.3. O processo de globalização econômica - características e conseqüências
6.4. A exclusão social - conceituação e perspectivas.

Referências

Básicas:
ADORNO, Theodor W.; COHN, Gabriel. **Introdução à sociologia.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 2008.
GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2006.

Complementares:
ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**, São Paulo: Martins Fontes, 1993.
BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes. 1991
BRYM, Robert. (et al.). **Sociologia**: sua bússola para um mundo novo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia:** complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.
MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: editora Brasiliense. 1982

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: História Econômica Geral		
Período: 1º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04509*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Comunidades primitivas os primórdios da Economia. A Economia na Antiguidade. O Modo de Produção Feudal. A transição do Feudalismo para o capitalismo da manufatura à grande indústria. A Revolução Industrial e seus desdobramentos. O Modo de Produção Capitalista. O imperialismo. 1ª Guerra Mundial. A Revolução Russa. A Depressão de 1929. 2ª Guerra Mundial. O imperialismo no pós-guerra e as novas transformações.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: A ECONOMIA PRIMITIVA
1.1. Principais atividades econômicas na América, Ásia e Europa.
1.2. As técnicas e os instrumentos utilizados.

UNIDADE II: A ECONOMIA NA ANTIGÜIDADE
2.1. Principais atividades econômicas dos egípcios, mesopotâmicos, gregos e romanos.

UNIDADE III: AS RELAÇÕES ECONÔMICAS NA IDADE MÉDIA
3.1. O modo de produção feudal. Sistemas de produção e a economia Senhorial.
3.2. A expansão agrícola e as estruturas sociais.

UNIDADE IV: A REVOLUÇÃO COMERCIAL
4.1. O Mercantilismo. A Itália e o comércio no Mediterrâneo.
4.2. Portugal e o domínio do comércio da África e Ásia.

UNIDADE V: A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
5.1. A Inglaterra e a França. O Neocolonialismo. O Capitalismo. O Capitalismo Cosmopolita.

UNIDADE VI: A ECONOMIA SOCIALISTA
6.1. A Revolução Russa: os Planos Econômicos e as Transformações Internas.
6.2. A Rússia Promovida à categoria de grande potência econômica.
6.3. A Influência Socialista na Europa.
UNIDADE VII: A ECONOMIA AMERICANA
7.1. A Segunda Revolução Industrial. A industrialização dos países novos.
7.2. As Transformações Econômicas.

UNIDADE VIII: A CRISE ECONÔMICA DE 1929
8.1. A Guerra.
8.2. A Desorganização da Economia Mundial.
8.3. O Nacionalismo Econômico.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

8.4. A Depressão Crônica.

UNIDADE IX: A ECONOMIA DAS NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS
9.1. O Modelo Econômico Dependente.
9.2. A Dependência Estrutural.
9.3. A Política Norte-Americana do Aliado Preferencial.

UNIDADE X: A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA
10.1. A Política dos países ricos.
10.2. A Economia Monetária.
10.3. O Desenvolvimento Científico.

Referências

Básicas:

ARRIGHI, Giovanni. **O longo do Século XX**. São Paulo: UNESP; Contraponto, 1996.
FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Trad. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Complementares:

ANDERSON, P. **Linhagens do estado absolutista**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLACKBURN, R. **A construção do escravismo no novo mundo**. Do Barroco ao Moderno,1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.
BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV a XVIII. (Trad.). 3 Vols. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
FIORI, José Luís. (Org.). **Estados e moeda no desenvolvimento das nações**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Componente Curricular: Economia I		
Período: 1º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* 04116
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Micro e Macroeconomia aplicadas. Evolução dos sistemas econômicos e medidas das atividades econômicas. Teoria Monetária. Crédito e sistema financeiro. A inflação. O comércio internacional. Preços e mercados. Produção e custos. Noções de desenvolvimento e sub-desenvolvimento.

Conteúdo Programático

- Introdução.
- 10 princípios de economia.
- Pensando como economista.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Fronteiras de producão e as Vantagens Comparativas.
- Noções de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.
- Leitura caps.1, 2 e 3 do Mankiw. - Oferta e Demanda. Elasticidades e aplicações.
- Políticas públicas e seus impactos na Oferta/Demanda.
- Leitura caps. 4, 5 e 6 do Mankiw. - Os mercados e o bem estar de consumidores e de produtores.
- Aplicações da teoria do bem-estar Tributação e Comércio Exterior.
- Leitura caps. 8 e 9 do Mankiw. - Externalidades e bens públicos.
- Noções da teoria da firma custos de produção, mercados competitivos e monopólio.
- Leitura caps. 10, 11, 13, e 14 do Mankiw. - Teoria da escolha do consumidor, capítulo 21 do Mankiw.
- Medindo a renda nacional.
- Medindo o custo de vida.
- Medindo o desemprego.
- Produção e Crescimento. Leitura capítulos 23, 24, 25 e 28 do Mankiw.

Referências

Básicas:

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin; OLNEY, Martha. **Princípios de economia**. Elsevier 2010.
MANKIW, N.G. **Introdução à economia**. (Tradução da 3a ed). São Paulo: Thomson Learning, 2009.
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Complementares:

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2012.
PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005
ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 20. ed., 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2015
VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia.** 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. **Introdução à economia.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985.

Componente Curricular: Cálculo N1		
Período: 1º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* 06507
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Funções Reais de uma Variável Real. Limite e Continuidade. Derivadas: Conceito, Regras e Aplicações.

Conteúdo Programático

1- FUNÇÕES REAIS DE UMA VARIÁVEL REAL
1.1 Números Reais, Intervalos, Valor Absoluto e Desigualdades.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1.2 Funções conceito, domínio, contradomínio e imagem.
1.3 Funções elementares, Gráficos.
1.4 Funções Injetoras, Sobrejetoras e Bijetoras, Funções Invertíveis.
1.5 Funções Pares e Funções Ímpares.
2 - LIMITES E CONTINUIDADE
2.1 Conceito e noção intuitiva de limite. Propriedades básicas.
2.2 Limites Laterais.
2.3 Teorema do Confronto.
2.4 Limites infinitos e limites no infinito. Operações com o símbolo
3 DERIVADAS CONCEITO E REGRAS
3.1 Conceito e interpretação geométrica. Regras básicas de derivação.
3.2 Derivadas das funções elementares.
3.3 Derivada da função composta. Derivada da função inversa.
3.4 Derivadas das funções trigonométricas inversas.
3.5 Problemas de Taxa de Variação.
4 - DERIVADAS APLICAÇÕES
4.1 Máximos e Mínimos.
4.2 Teoremas de Rolle e do Valor Médio.
4.3 Regra de L'Hôpital no cálculo de limites.
4.4 Região de crescimento e concavidade. Esboço de gráficos.
5.5 Resoluções de Problemas pertinentes aos currículos de engenharia, e/ou ciências biológicas, e/ou agrícolas, e/ou computação, e/ou física, e/ou Química, e/ou ciências sociais, dentre outras.

Referências

Básicas:

GUIDORIZZI, Hamilton. **Um curso de cálculo**, vol. 1, 5 Ed. LTC, 2001.
LEITHOLD, Louis. **Matemática aplicada à economia e administração**. Habra, 2001
STEWART, James. **Cálculo,** v. : São Paulo: Cengage Learning, 2013**.**

Complementares:

ANTON, Howard; BIVENS, Inl; DAVIS, Stephen. **Cálculo**. Bookman, 2007.
ÁVILA, Geraldo. **Cálculo I**, Rio de Janeiro, LTC .1980
FINNEY, Ross L; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R; THOMAS, George B. **Cálculo**. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil. Addison Wesley, 2005.
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L; E SILVA, Pedro P. de Lima. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. LTC_Livros Técnicos e Científicos, 2010.
HUGHES-HALLET. **Cálculo a uma e a várias variáveis**, vol. 1. Rio de Janeiro: LTC.

Componente Curricular: Matemática Financeira		
Período: 1º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04122*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Valor presente simples e composto. Inflação e correção monetária. Captação de poupança no mercado financeiro; correção monetária,

open-market, séries financeiras constantes e variáveis. Amortização sistemas francês e americano.

Conteúdo Programático

1. Juros simples e compostos.
2. Descontos simples e compostos.
3. Matemática financeira e a inflação índices de preços e taxas de inflação.
4. Fluxo de caixa
5. Série de Pagamentos Financeiros Anuidades, Perpetuidades.
6. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos.
7. Métodos e critérios para análise e classificação de projetos.

Referências

Básicas:

CASTELO BRANCO, A.C. **Matemática financeira aplicada**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LAPPONI, J.C. **Matemática financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FARO, C. **Fundamentos da matemática financeira**: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimentos de risco. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Complementares:

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, R.G. **Matemática financeira aplicada**: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, C.M. **Matemática financeira com HP 12C e Exce**l: uma abordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LUCCAS FILHO, O. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2012.

MILONE, G. **Matemática financeira**. São Paulo: Thomson, 2006.

VIEIRA SOBRINHO, J.D. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente Curricular: Introdução à Administração		
Período: 2º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04109*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos e funções administrativas. O papel do Administrador. Abordagens clássicas e contemporâneas da Administração. Organizações. Configurações estruturais. Ambiente externo e interno. Cultura organizacional. Tomada de decisão administrativa. Planejamento e gestão estratégica. Ética e responsabilidade social. Empreendedorismo e plano de negócio. Administração internacional. Motivação e Liderança. Comunicação. Áreas funcionais das organizações.

Conteúdo Programático

- Conceitos básicos e funções administrativas: planejamento (atitudes frente ao planejamento, tipos e componentes de um plano, níveis de planejamento, importância do planejamento estratégico), organização (processo de organizar, organização como função gerencial, tendências e práticas organizacionais), direção (noções sobre coordenação e direção baseada nos estilos de liderança) e controle (processo, padrões e níveis de controle). Ciclo PDCA;
- O papel do Administrador: perfil, atribuições, competências (conhecimentos, habilidades e

atitudes), desafios dos administradores na contemporaneidade;
- Abordagens clássicas e contemporâneas da Administração: Antecedentes históricos: atenção para a influência dos economistas liberais na Administração; De Taylor aos nossos dias: ideias fundamentais das escolas administrativas e apreciação crítica;
- Organizações: conceitos, objetivos, tipos, funções e competências gerenciais, organizações e sociedade;
- Configurações estruturais: organizações: tipos, componentes, condicionantes, níveis de influência e de abrangência, departamentalização, representações gráficas da estrutura organizacional (organograma, funcionogramas, lotacionograma, quadro de distribuição do trabalho, fluxogramas);
- Ambiente externo e interno: matriz SWOT (forças e fraquezas; oportunidades e ameaças);
- Cultura organizacional: conceito, institucionalização, criação e manutenção; como os funcionários aprendem uma cultura;
- Tomada de decisão administrativa: Para Simon: tomador da decisão, objetivos, preferências, estratégias, situação e resultado; outros autores acrescentam: o problema, o estado da natureza (incerteza, certeza e risco), os recursos disponíveis e as consequências. Modelos e tipos de decisão. Níveis e classificação dos problemas. Técnicas heurísticas de tomada de decisão. Etapas do processo decisório;
- Planejamento e gestão estratégica: missão, visão, valores, análise de cenários, definição de estratégias e plano de ação;
- Ética e responsabilidade social: conceito; código de ética profissional; casos de ética; responsabilidade social (compromisso corporativo x estratégia de competitividade);
- Empreendedorismo e plano de negócios: perfil dos empreendedores; tipos de empreendedorismo; mitos; canvas e plano de negócios (estrutura e exemplos);
- Administração Internacional: o gestor de negócios internacionais; globalização e implicações na gestão organizacional;
- Motivação e Liderança: teorias motivacionais; abordagens da liderança; conceitos e tipologias; fatores humanos na organização;
- Comunicação: conceito, níveis, objetivos, meios e fontes; elementos do processo de comunicação; dificuldades e barreiras na comunicação;
- Áreas funcionais das organizações: contextualização das áreas de marketing, recursos humanos, finanças, produção e operações;
- Temas complementares: gestão de projetos, organizações multiculturais (gestão da diversidade), qualidade total, consultoria organizacional, tendências em Administração.

Referências

Básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. **Administração e organizações**: uma introdução à teoria e à prática. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

Complementares:

HALL, Richard H; GALMAN, Roberto (Trad.). **Organizações**: estrutura, processos e resultados. 8. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAGALHÂES, Antônio de Deus Farias; LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbal Nícolas. **Auditoria das organizações**: metodologias alternativas ao planejamento e a operacionalização dos métodos e das técnicas. São Paulo: Atlas, 2001.
MÉLO, Maria Auxiliadora do Nascimento; VIEIRA, Maria das Graças; PORTO, Telma Sueli de Oliveira **Processo decisório**: considerações sobre a tomada de decisões. Curitiba: Juruá, 2011.
SCHERMERHORN Jr, John R. **Administração**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
SILVA, Adelphino Teixeira da. **Administração básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular: Formação Econômica do Brasil		
Período: 2º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04193*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Expansão europeia e descobrimento do Brasil. Formação, desenvolvimento e crise dos setores econômicos no período colonial. Problemática da escravidão e transição para o trabalho assalariado. Expansão e Crise da economia cafeeira. Origem da Indústria. As origens da industrialização e a Revolução de 1930.

Conteúdo Programático

1. A Expansão Marítima e o Comércio Ultramarino,

1.2. A acumulação de Riqueza;

1.3. Portugal – O pioneiro da Globalização;

1.4. As expedições de reconhecimento e exploratória; As feitorias;

1.5. A conquista e colonização da América Portuguesa;

1.6. O início do Povoamento e da Colonização;

1.7. O caráter do Estado português e a administração colonial;

1.8. Os índios e as formas de resistência; O escravismo colonial/ o trabalho na colônia;

1.9. Crise do Antigo Sistema Colonial;

2. Brasil Império

2.1 Fundamentos do Estado Brasileiro;

2.3 O Império escravista e a República dos Plantadores;

2.4 As conjunturas econômicas da República dos Plantadores;

2.5 A grande Propriedade e o camponês livre no Nordeste;

2.6 Estâncias e Charqueadas;

2.7 O início da Industrialização.

3.1 Instalação da Ordem Republicana e a tradição Golpista da República;

3.2 A economia Cafeeira e o caminho da Industrialização no Brasil;

3.2 A transição economia agro exportadora para a industrialização no Brasil

3.3 O MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL: Condições de vida e trabalho do operariado/ Os anos 20;;

3.4. Lutas e resistências cotidianas; A criação do Parido Comunista;

3.5. As organizações e movimentos das classes trabalhadoras;

3.6. O Brasil Agrário/A reforma Agrária e a luta por melhores condições de vida e trabalho no campo.

3.7 O DOPS: Vigilância e Repressão policial no campo e na cidade de 1935-1990.

4. A Era Vargas e o Golpe do Estado Novo em 10/11/1937;

4.1 Enfrentamentos e resistência no cotidiano das fábricas e Centros Educativos Operários;

4.2 As bases do Desenvolvimento Capitalista; A modernização Autoritária na década de 50/60:

4.3 O modelo de desenvolvimento da ESG X Propostas sociais;

4.4 A Instalação do Estado de Exceção de 1964-1985;

4.5 O "milagre econômico" nos anos de chumbo;

4.6 A economia no Brasil pós-redemocratização/ Os Planos econômicos;

4.7 A Economia do Brasil e realinhamento ao capital internacional de 2016 e o cenário do Brasil num mundo globalizado.

Referências

Básicas:

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 9ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Complementares*:*

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Volumes 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1970.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento**. 2ª. Ed. São Paulo; Campinas: Hucitec; UNICAMP, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Componente Curricular: Economia Quantitativa I		
Período: 2º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* A definir

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum

Ementa

Modelos Econômicos e Teoria dos Conjuntos, Modelos Lineares aplicados à Economia, Estática Comparativa, Análise Estática de Equilíbrio (Otimização Clássica), Análise estática comparativa de modelos de função geral, Funções com n Variáveis e Problemas de Otimização.

Conteúdo Programático

- Álgebra Linear: Matriz e Definições, Operação com Matrizes e Sistemas Lineares;
- Teoria dos Conjuntos: Definições e Operações com Conjuntos e diagrama de Venn;
- Funções de uma variável: Definições, máximo e mínimo de uma função, função inversa, limites, continuidade, derivadas e L´Hopital;
- Otimização Clássica: Condições de maximização, extremo local e global e condições de máximo e mínimo;
- Funções com n Variáveis: Curvas de nível, limites e continuidade, derivadas parciais e totais, Teorema de Euler e homogeneidade da função
- Otimização com n variáveis: Condições de primeira e segunda ordem, Matriz Hessiano, Condições de Khun-Tucker e Teorema do Envelope.

Referências

Básicas:
BOLDRINI, José Luiz et al. **Álgebra linear**. Harper & Row, 1980.
CHIANG, A. G. **Matemática para economistas**. McGraw-Hill, 1982.
LEITHOLD, Louis. **O cálculo**. Oxford University Press, 1998.
SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence; DOERING, Claus Ivo. **Matemática para economistas**. Bookman, 2004.
STEWART, James; ROMO, Jorge Humberto. **Cálculo**. Cengage Learning, 2008.

Complementares:
ANTON, Howard; RORRES, Chris. **Álgebra linear com aplicações**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
GUIDORIZZI, Hamilton L. **Um curso de cálculo**. 2002.
LANG, Serge; **Álgebra Linear,** 1ª Edição. Editora Ciência Moderna, 2003,
MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. **Cálculo, vol. 1.** Guanabara Dois, 1982.
STEINBRUCH, Alfredo; PAULO, Winterle. **Álgebra linear**. 1987.
STEWART, James; ROMO, Jorge Humberto. **Cálculo**. Cengage Learning, 2008.

Componente Curricular: Cálculo NII		
Período: 2º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* 06508
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pré-Requisitos: Cálculo NI	*Co-Requisitos:* Nenhum

Ementa

Integral de funções uma variável real. Funções reais de várias variáveis: limite e continuidade. Derivadas Parciais e Diferenciabilidade. Regra da Cadeia e derivação implícita. Máximos e Mínimos. Multiplicadores de Lagrange.

Conteúdo Programático

1 - INTEGRAL DE FUNÇÕES DE UMA VARIÁVEL
1.1 Primitivas e o conceito de integral.
1.2 O Teorema Fundamental do Cálculo.
1.3 Técnicas de integração. Integrais Impróprias
1.4 Aplicações comprimento de curvas, área de uma região plana, volume de sólidos de revolução. Métodos de Resolução de Equações Diferenciais Ordinárias.
1.5 Área em coordenadas polares.
2 - FUNÇÕES REAIS DE VÁRIAS VARIÁVEIS
2.1 Conceitos topológicos no plano e no espaço.
2.2 Funções de várias variáveis domínio, imagem e conjunto de nível.
2.3 Limite e continuidade.
3 DERIVADAS PARCIAIS
3.1 Conceito e interpretação geométrica. Regras básicas de derivação.
3.2 Diferenciabilidade e plano tangente. Reta normal.
3.3 Regra da Cadeia.
3.4 Gradiente, Derivada Direcional e Rotacional.
3.5 Derivadas parciais de ordem superior.
4 - APLICAÇÕES
4.1 Máximos e Mínimos.
4.2 Multiplicadores de Lagrange.
4.3 Derivação implícita.
4.4 Resoluções de Problemas pertinentes aos currículos de engenharia, e/ou ciências biológicas, e/ou agrícolas, e/ou computação, e/ou física, e/ou química, e/ou ciências sociais, dentre outras.

Referências

Básicas:
GUIDORIZZI, Hamilton. **Um curso de cálculo**, vol. 1 e 5 Ed. LTC, 2001.
LEITHOLD, Louis. **Matemática aplicada à economia e administração**. Habra, 2001
STEWART, James. **Cálculo,** v.1,2 : São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Complementares:
ANTON, Howard; BIVENS, Inl; DAVIS, Stephen. **Cálculo**. Bookman, 2007.
FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. **Cálculo A**: funções, limite, derivação, integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
FINNEY, Ross L; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R; THOMAS, George B. **Cálculo**. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil. Addison Wesley, 2005.
GUIDORIZZI, Hamilton. **Um curso de cálculo**, vol. 2 e 5 Ed. LTC, 2001.
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L; E SILVA, Pedro P. de Lima. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações. LTC_Livros Técnicos e Científicos, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Metodologia Científica em Economia		
Período: 3º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* A definir
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

O Conhecimento Científico e a Economia; Pesquisa Científica em Economia e seu Planejamento.

Conteúdo Programático

1.Teoria Especial do Conhecimento;
2. Metafísica e Conhecimento Científico;
3. Fundamentos da Ciência Moderna;
4. Ciência e Ideologia;
5. O Método Científico;
6. A Pesquisa Científica;
7. As Doutrinas Econômicas;
8. Investigação Econômica e Ciências Econômicas;
9. Estudos Teóricos, Históricos e Empíricos em Economia;
10. Ciências Econômicas e Modelos Matemáticos.

Referências

Básicas:

BÊRNI, Duílio de Avila - Técnicas de Pesquisa em Economia. São Paulo, Ed. Saraiva.2002
PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani C. de – Metodologia do Trabalho Científico. 2a Ed. Nova Hamburgo. RS. FEALALE. 2013
DEMO, Pedro – Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo, Ed. Atlas. 1985
GIL, Antônio Carlos – Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias. 4ª Edição. São Paulo, Editora Atlas. 2002
GIL, Antônio Carlos – Métodos e Técnicas em Pesquisa Social. 6ª Ed. São Paulo, Editora Atlas. Disponível em <gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 23/11/2019.
HESSEN, Johannes- Teoria do Conhecimento. Coimbra-Portugal. Ed. Arménio Amado, 1979.
ROBINSON, Joan; EATWELL, John-Introdução a Economia. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A. 1979.
MEKITARIAN, Eduardo – A Metodologia da Ciência Econômica. São Paulo, Faculdade São Luís. s/d.
PEREIRA, Adriana S. et al - Metodologia da pesquisa científica. e-book. Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB. 2018
ROVER, Ardinete (Coord.) Metodologia científica: educação a distância – Joaçaba : UNOESC, 2006. Disponível em < www.unoesc.edu.br>.Acesso em 22/11/2017
SILVA, Cláudio Nei Nascimento da- Metodologia Científica descomplicada: prática científica para iniciantes. Brasília: Editora IFB, 2016. 104 p. Disponível em< www.ifb.edu.br> Acesso em 22/11/2019

Complementares:

ALBUQUERQUE, Jones; MOTTA, Paulo. **Metodologia científica**. 3. ed. Recife: EDUFRPE,

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2013. 104 p.
ANDRADE, Maria Margarida de**. Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 174 p.
CARVALHO, Maria Cecilia M. de. **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 19. ed. 2008. 175 p.
ABRAHAMSOHN, Paulo. **Redação científica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2004. ix, 269 p.

Componente Curricular: Contabilidade Social		
Período: 3º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04171*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos de contabilidade social e finanças públicas. Aspectos metodológicos e esquemas contábeis. Sistemas de contas nacionais do Brasil. Esquema de insumo- produto. Contabilidade a preços constantes. Noções sobre esquemas integrais de contabilidade nacional. Balanço de pagamentos. Finanças públicas Orçamento público. Receita Pública. Dívida pública.

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CONTABILIDADE SOCIAL
1.1. Conceitos introdutórios produto, despesa, renda e contabilidade nacional;
1.2. Aspectos metodológicos introdutórios; classificação das entidades, transações e objetivos econômicos. Valor Bruto de Produção (VBP). Valor Adicionado (VA). Produto Interno Bruto (PIB). Produto Nacional Bruto (PNB). Preço de Mercado e Custo de Fatores. Produto Interno Líquido. Renda Nacional Disponível. Renda Líquida do Governo. Comparações internacionais do PIB (PPP).
1.3 Cálculo da taxa de desemprego
2. ANÁLISE DE DADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS
2.1. Consulta a base de dados internacionais (variáveis macroeconômicas);
2.2. Consulta de base de dados nacionais (IBGE e IPEADATA);
2.3. Análise de dados do Índice BIG MAC.
3. ESQUEMAS CONTÁBEIS
3.1. Contas não consolidadas;
3.2. Contas consolidadas;
3.3. Esquemas das Contas Nacionais.
4. O FORMATO ATUAL DAS CONTAS NACIONAIS DO BRASIL
4.1. Os elementos integrantes do novo sistema;
4.2. As Tabelas de Recursos e Usos (TRUs)
4.3. As Contas Econômicas Integradas (CEIs)
4.4. As Contas Econômicas Integradas Institucionais (CEIs Institucionais)
5. MATRIZ INSUMO PRODUTO (MIP)
5.1. Conceitos básicos da MIP;
5.2. Análise de impactos a partir da MIP;
5.3. A MIP brasileira.
6. CONTABILIDADE A PREÇOS CONSTANTES
6.1. Números-índices;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

6.2. PIB real;
6.3. Cálculo da renda real.
7. BALANÇO DE PAGAMENTOS
7.1. Definições, composições e análises;
7.2. Evolução recente do BP brasileiro.
8. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS
8.1. Orçamento vantagens, elementos essenciais e composição;
8.2. Receita, Despesa Total e Déficit Público.
8.3. Dívida pública.

Referências

Básicas:

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; BARBOSA FILHO, Nelson H.; PALIS, Rebeca (Org.). **Contabilidade Social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil .** 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Complementares:

BACHA, Edmar Lisboa. **Introdução a macroeconomia: uma perspectiva brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. **Manual de Economia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
GIAMBIAGI, Fabio; Ana Claudia Alem. **Finanças Públicas: teoria e pratica no Brasil**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
IBGE. Sistema de contas nacionais: Brasil : 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Componente Curricular: Microeconomia I		
Período: 3º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04121*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Economia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Teoria do Consumidor: preferências, restrição orçamentária, função utilidade, escolha, preferência revelada. Demanda Individual e de Mercado (Elasticidades e Excedente do consumidor). Escolha em Ambiente de Incerteza.

Conteúdo Programático

1. TEORIA DO CONSUMIDOR:

1.1 Preferências – Curvas de Indiferença e Função Utilidade

1.2 Restrição Orçamentária

1.3 Escolha do Consumidor

1.4 Curvas: Preço Consumo, Demanda, Renda Consumo e Engel

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1.5 Preferência Revelada

1.6 Número Índice

1.7 Efeito Renda e Efeito Substituição

1.8 Escolha Intertemporal

1.9 Excedente do Consumidor

1.10 Demanda de Mercado / Elasticidades

2. ESCOLHA EM AMBIENTE DE INCERTEZA:

2.1 Indicadores de Retorno e Risco

2.2 Identificação do Perfil dos indivíduos

2.3 Prêmio de Risco e Seguro Justo

2.4 Modelo Média Variância

Referências

Básicas:

VARIAN, Hal R. , **Microeconomia** – Princípios Básicos, Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro, 8ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2012.
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
PINDICK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L., **Microeconomia**, *Tradução: Eleutério Prado, 8ª ed., São Paulo, Prentice Hall, 2014.*

Complementares:

BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, Ronald. **Microeconomia**, uma abordagem completa. LTC, 2004
HENDERSON, James M. e QUANT, Richard E. , **Teoria Microeconômica** – Uma Abordagem Matemática, 2ª ed., Tradução Sérgio Góes de Paula, São Paulo: Pioneira, 1976.
JEHLE, G.; RENY, P. **Advanced Microeconomic Theory**. 2o. Edition. New York. The Addison-Wesley. 2001
VARIAN, Hal R.. **Microeconomic Analisys**. Norton &Company. New York. Third Edition, 1992.
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval e OLIVEIRA, Roberto Guerra de,. **Manual de Microeconomia**, 3ª Ed, São Paulo, Atlas, 2011.

Componente Curricular: Estatística I		
Período: 3º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Cálculo II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Probabilidade. Variáveis aleatórias unidimensionais e multidimensionais. Modelos de distribuições de probabilidade. Noções de amostragem. Estatística descritiva (análise exploratória de dados).

Conteúdo Programático

1. Dados e a Estatística

1.1. População e amostra.

1.2. Princípios de amostragem. Tipos de Amostragem.

1.3. Variáveis qualitativas e quantitativas.

2. Estatística Descritiva

2.1. Organização tabular e gráfica de dados.

2.2. Medidas Estatísticas: Posição, dispersão, assimetria e curtose.

3. Introdução à Probabilidade

3.1. Conceitos: experimentos aleatórios, espaço amostral e eventos.

3.2. Operações com eventos: união, interseção e diferença. Complementação de eventos. Eventos mutuamente exclusivos.

3.3. Definições de probabilidade.

3.4. Probabilidade Condicionada.

3.5. Independência de Eventos.

3.6. Teorema do produto.

3.7. Teorema de Bayes.

4. Variáveis aleatórias.

4.1 Definição e tipos.

4.2. Função de distribuição acumulada de uma variável aleatória.

5. Variáveis aleatórias Discretas.

5.1. Função de probabilidade.

5.2. Esperança. Variância. Outros momentos.

5.3. Principais modelos discretos: Uniforme, Bernoulli, Binomial, Poisson, Geométrica e Hipergeométrica.

6. Variáveis aleatórias contínuas.

6.1. Função densidade de probabilidade.

6.2. Esperança. Variância. Outros momentos.

6.3 Principais modelos contínuos: Uniforme, Normal, t-Student, Qui-Quadrado, F-Fisher. Outras distribuições.

7. Variáveis aleatórias bidimensionais.

7.1. Distribuição conjunta.

7.2. Distribuição condicional.

7.3. Independência de variáveis aleatórias.

7.4. Correlação entre variáveis aleatórias.

Referências

BÁSICA:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. xxi, 597 p. ISBN 8522105219

2. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

3. FREUND, John E; SIMON, Gary A. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p. ISBN 857307531

COMPLEMENTAR:

1. SPIEGEL, Murray Ralph. **Estatística**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

3. LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. **Estatística aplicada**. 2.ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2004.

4. MILONE, Giuseppe. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

5. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

6. MOORE, David S. **A estatística básica e sua pratica**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

7. KEEN, Kevin J. **Graphics for statistics and data analysis with R**. Boca Raton, Fla.: Taylor & Francis Group, c2010.

8. LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

9. LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

10. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. 6. ed. rev. São Paulo: Edusp, 2005. xv, 392p. ISBN 8531406773

Componente Curricular: Economia Ambiental e dos Recursos Naturais		
Período: 4º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04196*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos e noções Básicas de economia ambiental. Bens econômicos, bens públicos e bens ambientais. Oferta e Demanda por bens ambientais. O conceito de externalidade. Políticas ambientais de comando e controle. Políticas ambientais de uso de instrumentos econômicos. Valoração econômico-monetária de bens e serviços ambientais. Técnicas de valoração. A importância da valoração econômica de bens e serviços ambientais. Economia e mudanças climáticas. Críticas ao modelo neoclássico. Tópicos especiais de economia ambiental (população, recursos naturais, mercado de créditos de carbono).

Conteúdo Programático

1. Economia e Meio Ambiente
1.1. Princípios e conceitos relevantes

1.2. Incorporação da variável ambiental na análise econômica
1.3. Danos e benefícios ambientais
1.4. "Agenda Verde" e "Agenda Marrom"

2. Tipos de Bens
2.1. Bens livres e bens econômicos
2.2. Bens públicos e bens ambientais
2.3. Bens normais, inferiores e preservação ambiental.
3.O conceito de externalidades e política ambiental
3.1. Externalidades positivas e negativas
3.2. Externalidades e Políticas ambientais

4. Oferta e Demanda por bens ambientais
4.1. Oferta pública de qualidade ambiental
4.2. Oferta privada de bens ambientais
4.3. Definição de Direitos de Propriedade

5. Valoração econômico-monetária de bens e serviços ambientais
5.1. Valor de uso, valor de opção e valor de existência
5.2. Mercados de recorrência e hipotéticos
5.3. Métodos de avaliação contingente e do custo de viagem
5.4. Método da reparação do dano e despesas defensivas.

6. Políticas Ambientais
6.1. Os custos sociais e ambientais do crescimento
6.2. As diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável
6.3. Políticas de Comando e Controle versus Uso de Instrumentos Econômicos

7. Tópicos especiais
7.1. Regra de Hartwick – reinvestir a renda gerada pela exploração dos recursos naturais
7.2. Efeito-estufa e Mercado de crédito de carbono
7.3. População e desenvolvimento
7.4. Avaliação crítica ao modelo neoclássico.
7.5. O debate econômico-ambiental na OMC e Nações Unidas.

Referências

Básicas:

MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 318 p.
MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Economia ambiental**: gestão de custos e investimentos. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 232 p
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed., ampl. e rev. São Paulo: Makron Books, 2004. xvi, 232 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Complementares:
BENAKOUCHE, R.; SANTA CRUZ, R. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: MAKRON Books do Brasil Editora Ltda. 1994. 198p.
BÜRGENMEIER, Beat. **Economia do desenvolvimento sustentável**. Tradução: Ana André. – Lisboa: de Boeck & Larcier, Instituto Piaget, 2005.
MAY, Peter Herman; MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, [1994]. 195p.
MOTTA, R. S. da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998. 218p. Disponível em: http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf Acesso em: 20.set.2016.
MOTTA, Ronaldo Seroa. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Componente Curricular: Contabilidade e Análise de Balanço		
Período: 4º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 041118*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos, objetivos, finalidades. Estrutura das demonstrações. Análise por meio de indicadores econômico-financeiros. Análise horizontal e vertical. Análise dos índices de prazos médios, índices padrão, alavancagem financeira e operacional. Estudos das necessidades líquidas de capital de giro.

Conteúdo Programático

- Decisões financeiras e objetivo da empresa;
- Objetivos e critérios da análise de balanços;
- Demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial; DRE e FDC;
- Lançamentos Contábeis
- Análise vertical e horizontal
- Indicadores de Liquidez;
- Indicadores de solvência e endividamento;
- Indicadores operacionais;
- Indicadores de rentabilidade;
- Indicadores de mercado;
- Análise Fundamentalista – Top Down.

Referências

Básicas:
ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo, Atlas, 2009.
MATARAZZO, Dante. **Análise financeira de balanços**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010

Complementares:

BORINELLE, Márcio L.; PIMENTEL, Renê C. **Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SILAV,José Pereira. **Análise financeira das empresas.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular: Microeconomia II		
Período: 4º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04192*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Microeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

As estruturas do mercado. Formação de preços. Equilíbrio parcial. Equilíbrio parcial. Organização industrial. Teoria dos Jogos e estratégias competitivas. Custos de transação e de regulação. Tecnologia, informação e comunicação (CTI)

Conteúdo Programático

1. Produção
2. Custos de Produção
3. Maximização de lucros e oferta competitiva
4. Análise de mercados competitivos
5. Poder de Mercado

5.1 Monopólio
5.2 Monopsônio

6. Determinação de preços e poder de mercado
7. Competição Monopolística e oligopólio
8. Teoria dos jogos e estratégia competitiva
9. Mercado de fatores de produção

Referências

Básicas:

BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, Ronald. **Microeconomia, uma abordagem completa**. LTC, 2004.
PINDYCK, R., RUBINFELD. D. **Microeconomia**. (7ª edição). São Paulo: Pearson, 2012.
VARIAN, H. **Microeconomia**: Princípios Básicos, uma Abordagem Moderna, 7ª. Edição, Editora Campus, 2006.

Complementares:

BILAS, R. **Teoria microeconômica**. 6ª edição, Forense-Universitária, 1977.
FERGUSON, C. **Microeconomia**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1985.
NICHOLSON, W. **Microeconomic Theory.Basic principles and extensions International Student** edition. Ninth Editon. Thomson.2005.
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
Qualquer livro de MICROECONOMIA disponível na Biblioteca da UFRPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Estatística II		
Período: 4º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Estatística I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Estimação. Intervalo de Confiança. Testes de Hipóteses. Testes de Significância.

Conteúdo Programático

1. População *vs* Amostras. Distribuições amostrais.
2. Estimação pontual.
   - 2.1. Estimação estatística pontual: conceitos. Parâmetros *vs* Estimativas. Estimadores e outras funções amostrais.
   - 2.2. Estimação por máxima verossimilhança. Método dos Mínimos quadrados.
   - 2.3. Método de estimadores de momentos.
   - 2.4. Qualidade de estimação. Viés, consistência e eficiência.
3. Estimação por Intervalo.
   - 3.1. Amostras de Populações Normais.
   - 3.2. O Método da Quantidade Pivotal.
   - 3.3. Intervalos para Populações Normais.
     - 3.3.1. O caso de uma única amostra
     - 3.3.2. Duas amostras independentes.
   - 3.4. Intervalos de Confiança Aproximados.
   - 3.5. Intervalos de Confiança Bayesianos.
4. Testes de Hipóteses.
   - 4.1. Formulação de Hipóteses. O Teste de Hipóteses. Hipóteses nula e alternativa; simples e composta.
   - 4.2. Erros do Tipo I e do Tipo II.
   - 4.3. O Lema de Neyman-Pearson, suas generalizações e usos.
   - 4.4. Testes de Hipóteses.
     - 4.4.1. Teste para a média normal (uma população).
     - 4.4.2. Teste para a proporção populacional (uma população).
     - 4.4.3. Teste para variância normal (uma população).
     - 4.4.4. Teste para variância normal (duas populações).
     - 4.4.5. Testes para médias normais (duas populações e variâncias iguais).
     - 4.4.6. Testes para médias normais (duas populações e variâncias desiguais. O problema de Behrens-Fisher).
     - 4.4.7. Teste da Razão de Verossimilhança e Teste Sequencial da Razão de Verossimilhança.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

4.4.8. Os testes *Qui*-Quadrado de ajuste, independência e aderência. Tabelas de contigência.

4.4.9. Intervalos de confiança *vs* Testes de Hipótese: um problema de dualidade.

Referências

Básicas:

. ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. xxi, 597 p. ISBN 8522105219

2. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

3. FREUND, John E; SIMON, Gary A. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p. ISBN 857307531.

Complementares:

1. SPIEGEL, Murray Ralph. **Estatística**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

3. LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. **Estatística aplicada**. 2.ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2004.

4. MILONE, Giuseppe. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

5. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

6. MOORE, David S. **A estatística básica e sua pratica**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

7. PAULINO, Carlos Daniel; TURKMAN, Maria Antónia Amaral; MURTEIRA, Bento José Ferreira. **Estatística bayesiana**. Lisboa, PO: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 446 p. ISBN 9723110431 (enc.).

Componente Curricular: Introdução à Ciência Política		
Período: 5º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:* 04713
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceito de Ciência Política. O poder político. Teorias do Estado. Constituições. Formas de Governo. Regimes políticos. Partidos Políticos. Sociedade civil. Grupos de Pressão. Esfera pública.

Conteúdo Programático

Política e ciência

- Primeiras sistematizações
- Ética e política
- Ciência política e modernidade

Estado, poder e governo

- Surgimento do Estado

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Estado, legitimidade e burocracia
- O jusnaturalismo

O poder político

- Estado e o poder
- O fundamento do poder
- Estado e direito

Formas de governo e regimes políticos

- A classificação aristotélica
- Monarquia constitucional, republicanismo e democracia
- Autoritarismo, totalitarismo
- Democracia, representativa, participativa, deliberativa

Partidos políticos e sociedade civil

- Gênese dos partidos políticos
- Os grupos de pressão

Referências

Básicas:
AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política.** 17.ed. Porto Alegre: Globo, 2005.
BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Ed. 20ª. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2000.
BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Ed. 10ª. São Paulo. Paz e Terra, 2006.

Complementares:
CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas. Editora Papirus, 2001
FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Editora Graal,1998.
PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992.
SOUZA, Mª do Carmo Campelo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Ed.Alfa-Omega, 1976.
WEBER, Max. **Ciência e política – duas vocações**. São Paulo. Editora Cultrix, 1993

Componente Curricular: Economia do Setor Público		
Período: 5º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04172*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Microeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Introdução. Equilíbrio Geral e Bem Estar na Economia. O Estado na Economia. Falhas de Mercado. A Intervenção do Estado na Economia. Os Bens e Serviços Públicos. As Despesas Públicas. O Financiamento dos Gastos Públicos. Tributação.

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO
1.1. Antecedentes da participação do Estado na economia;
1.2. Revisão de microeconomia – Equilíbrio Geral, Bem-estar;
1.3. Eficiência e Equidade

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1.4. Funções de Bem-estar Social
2. FALHAS DE MERCADO
2.1. Tipos de falhas de mercado:
2.2. Teorias dos Bens Sociais: Musgrave, Lindahl, Samuelson e Tiebolt
2.3. Externalidades
2.4. Regulamentação de Falhas de Mercado.
3. O ESTADO NA ECONOMIA
3.1. Funções do Estado;
3.2. Intervenções do governo na economia
4. A QUESTÃO DISTRIBUTIVA
4.1. Medida de desigualdade;
5. TRIBUTAÇÃO
5.1. Incidência Tributária;
5.2. Tributação ótima;
5.3. Natureza do Problema da Tributação Ótima;
5.4. Teorias de Tributação Ótima de Mercadorias: Modelo de Ramsey e Modelo de Diamond-Mirrlees;
5.5. Teoria da Tributação Ótima de Renda: Modelo de Mirrlees.
6. GASTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
6.1. Políticas fiscal de monetária.
6.2. Finanças Públicas

Referências

Básicas:

LONGO, C. A. TROSTER. **Economia do Setor Público.** São Paulo. Atlas. 1997
PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 7ª ed. Prentice Hall. São Paulo. 2010
GIAMBIAGI, F. **Finanças Públicas.** São Paulo. Campus.2011

Complementares:

BIDERMAN, C. AVARTE, P. **Economia do Setor Público**. FGV EAESP. 3ª Ed. São Paulo. Campus.2004
FILELLINI, A. **Economia do Setor Público.** São Paulo. Atlas. 1997
GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 16 ed. São Paulo. Atlas. 2012
RIANI, F. **Economia do Setor Público**: Uma Abordagem Introdutória 5ª Ed. LTC. 2009
VARIAN, H. **Microeconomia**: Princípios Básicos**.** 7ªed. São Paulo. Campus.2008.

Componente Curricular: Macroeconomia I		
Período: 5º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04111*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Microeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos da macroeconomia. Agregados macroeconômicos Contabilidade Nacional e Balanço de Pagamentos. O modelo IS-LM o curto prazo. O modelo da demanda e oferta agregada o médio prazo. A curva de Phillips. Modelo clássico e Modelo Keynesiano.

Conteúdo Programático

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1)O modelo clássico de determinação da renda agregada;
2) Simulações de políticas econômicas no Modelo Clássico;
3) Modelo Keynesiano de determinação da renda agregada;
4) Simulações de políticas econômicas no Modelo Keynesiano;
5) Modelo ISLM de determinação da renda agregada;
6) Simulações de Simulações de políticas econômicas no Modelo ISLM;
7) A Função Consumo de KEYNES
8) A Função Consumo de MODIGLIANNI
9) A Função Consumo de FRIEMAN
10) Equivalência Ricardiana
11) A Síntese neoclássica de Keynes.
12) Macroeconomia de curto prazo - Desenvolvimento recentes.

Referências

Básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.
FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.

Complementares:

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.
KEYNES, J.M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.328 p.
MANKIW, N. Gregory**. Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.
MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.
SACHS, J.; LARRAIN, B.F.. **Macroeconomia.** Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.

Componente Curricular: Econometria I		
Período: 5º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04185*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Estatística II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos da econometria. Modelo de regressão simples: estimação, testes e previsão. Modelo da regressão múltipla. Violações dos pressupostos do modelo clássico linear da regressão: Erros de especificação, Autocorrelação, Heteroscedasticidade, Multicolinearidade. Modelos de escolha qualitativa.

Conteúdo Programático

- **CONCEITOS ECONOMÉTRICOS INTRODUTÓRIOS**
  Definição de economia, econometria e estatística;
  Tipos de dados;
  Montagem dos modelos: estocástico *versus* determinístico;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A importância do termo de erro

- **REGRESSÃO LINEAR SIMPLES**
  Modelo linear;
  Estatísticas da regressão;
  Modelos não lineares;
  Conceitos sobre inferência estatística;
  Qualidades de um estimador;
  Inferências sobre o coeficiente angular;
  Análise de variância;
  Intervalo de confiança para o valor estimado
- **REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA**
  Modelo estatístico de uma regressão linear múltipla;
  Análise de variância;
  Intervalo de confiança para a estimativa do valor;
- **HIPÓTESES DO MODELO CLÁSSICO DE REGRESSÃO LINEAR**
  Ausência de multicolinearidade;
  Normalidade dos resíduos;
  Homoscedasticidade
  Autocorrelação
- **VIOLAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS**
  Multicolinearidade
  Heteroscedasticidade
  Autocorrelação
- **VARIÁVEIS BINÁRIAS**
- **ESTUDOS DE CASOS (TEMAS PROPOSTOS)**

Referências

Básicas:

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**, São Paulo: Makron Books, 2000.
HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.,; JUDGE, George G. **Econometria.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. xx, 471 p.
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria:** modelos & previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004. xxviii, 726 p.

Complementares:

KENNEDY, P. **A guide to econometrics**, Cambridge/Mass.: MIT Press, 1998.
MADDALA, G.S. **Introdução à econometria**, Rio de Janeiro: LTC, 2003.
VASCONCELOS, M. A. S.e OLIVEIRA, R. G. de,. **Manual de Econometria: Nível Intermediário. São Paulo, Atlas, 2000.**
MUKHERJEE, C.; WHITE, H.; WUYTS, M. **Econometric and Data Analysis for Developing Countries**, London: Routledge, 1998.
SALVATORE, D.; REAGLE, D. Schaum's **outline of theory and problems of statistics and econometrics**, New York et. al.: McGraw-Hill, 2nd. Ed., 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: História do Pensamento Econômico		
Período: 6º	***Tipo:* Obrigatório**	***Código: 04133***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Economia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Os precursores da escola neoclássica. O desenvolvimento da teoria da utilidade Jevons, Menger e Walras. A teoria da firma de Marshall. A teoria da distribuição Clark e os modernos. A teoria do bem estar. A teoria keynesiana. A economia neoclássica contemporânea.

Conteúdo Programático

- Antecedentes de questões econômicas na filosofia grega Sócrates;
- Platão e Aristóteles ;
- O pensamento econômico dos mercantilistas;
- A Escola Clássica;
- A Escola Fisiocrática
- A Ideologia socialista;
- O Marxismo;
- A Escola Histórica Alemã;
- A Escola Marginalista ;
- A Economia Matemática;
- A Escola Institucionalista;
- A Nova Economia Institucional.

Referências

Básicas:

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1995. 158 p

DENIS, Henri. **Historia do pensamento econômico**. Lisboa, PO: Horizontes, 1987. 782p.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 244 p.

Complementares:

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p.

MENDES, J. M. Amado. **História econômica e social dos séculos XV a XX**. 2. ed. Lisboa, PO: Fundação C. Gulbenkian, 1997. 187 p.

North, Douglas C. **Structure and change in economic history**. W. W. Norton & Company, Inc. New York, 1981

Oser, Jacob & Blanchfield, William C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1983**.**

RIMA, I. H. (Ingrid Hahne). **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1987. 597p.

Componente Curricular: Economia do Trabalho		
Período: 6º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04194*

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum

Ementa

Demanda e oferta de mão-de-obra. Determinação de salários. A atuação dos sindicatos e modelos de barganha. Desemprego e precarização das relações de trabalho. Participação da mulher no mercado de trabalho. Análise da discriminação no mercado de trabalho. As desigualdades de renda no mercado de trabalho. Os mercados de trabalho no Brasil.

Conteúdo Programático

1. Conceitos Básicos e Indicadores do Mercado de Trabalho
2. A Oferta de Mão de Obra
3. A Demanda de Mão de Obra
4. Diferenciais Compensatórios no Mercado de Trabalho
5. A Teoria do Capital Humano e Sinalização
6. A Teoria da Segmentação
7. Discriminação no Mercado de Trabalho
8. Desemprego
9. Mercado de Trabalho Brasileiro

Referências

Básicas:
BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. Tradução: R. Brian Taylor. 5ª Edição. Porto Alegre. AMGH. 2012
Equipe de Professores da USP. Organizador. **Manual de Economia**. 6ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2011
KON, Anita. Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil. São Paulo: ABET, 1998. 140 p.
PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de (Orgs.) Manual de Economia: Equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Complementares:
AMADEO, Edward e ESTEVÃO, M. **Teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.
CAMARGO, J. Márcio (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
EHRENBERG, Ronald G. e SMITH, Robert S. **Modern Labor Economics** – Theory and Public Policy. 11ª Edição. Editora Pearson. 2012.
KAUFMAN, Bruce E. e HOTCHKISS, Julie L. **The Economics of Labor Markets**. 6ª Edição. Editora Thomson South-Western.Canadá. 2003.
RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho – Modelos Teóricos e Debate no Brasil**. 1ª Edição. Curitiba. Editora CRV. 2012

Componente Curricular: Macroeconomia II		
Período: 6º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04119*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Macroeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Introdução. Derivação das curvas de oferta e demanda agregadas e equilíbrio nos três mercados (de bens, monetário e de trabalho) A economia aberta e o modelo IS-LM-BP. A síntese neoclássica de Keynes. Flutuações macroeconômicas, crises, desemprego e inflação. Políticas fiscal e monetária: resumo. Teoria de crescimento econômico: o modelo de Solow; o modelo de Harrod-Domar e teorias alternativas. Controvérsias sobre a política macroeconômica.

Conteúdo Programático

1.Derivação das curvas de oferta agregada e demanda agregada.
(Blanchard, Cap 7)
2.. O médio prazo. Economia aberta
(Manual da USP, Cap 6)
3. O curto e médio prazo: Economia Aberta

(Blanchard, Cap's. 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26)

3.1 Economia Aberta: conceitos básicos
3.2 O modelo IS-LM (Mundell-Fleming)
3.3 Regimes cambiais e crises cambiais
3.4 Patologias macroeconômicas: crises, depressões, desemprego e inflação
3.5 A discussão controversa sobre a política econômica
3.6 Revisão Política Monetária
3.7 Revisão Política Fiscal
4. O Longo Prazo: Teoria de crescimento econômico

(Blanchard, Cap's. 10,11, 12, e 14)

4.1 Crescimento e desenvolvimento econômico: Fatos e conceitos
4.2 Poupança, acumulação de capital e produto (O modelo de Solow,
4.3 Progresso tecnológico e crescimento (O modelo de Solow)
4.4 O modelo de Horred-Domer
4.5 Expectativas na economia: ferramentas básicas

Referências

Básicas:
BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.
FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia**: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.

Complementares:
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.
KEYNES, J. M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.
MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.
SACHS, J.; L. B. F.. **Macroeconomia.** Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.

Componente Curricular: Econometria II		
Período: 6º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04191*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Econometria I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos da pesquisa quantitativa. Estimação, teste e previsão de modelos da microeconomia e macroeconomia usando dados da economia brasileira e dados internacionais. Função de demanda, função de oferta, função de produção, função de custos etc. Função consumo, a lei de Okun, a curva de Phillips, Demanda por moeda, etc. Estimar um modelo simples de demanda agregada e oferta agregada para o Brasil. Análise de séries temporais, especialmente métodos para o ajuste sazonal.

Conteúdo Programático

Séries Temporais Determinísticas
1. Modelos de ajustamento e extrapolação simples
2. Método das Médias Móveis
3. Decomposição da Série Determinística e Previsão
4. Suavização Linear Exponencial

Séries Temporais Lineares Estocásticas
1. Processos Estocásticos e Séries Estacionárias
2. Modelos Autoregressivos e Médias Móveis
3. Modelos Integrados Autoregressivos e Médias Móveis

Estimativas e Verificações dos Modelos ARIMA
1. Estimativas
2. Verificações e diagnósticos

Previsão de Modelos de Séries Temporais ARIMA - Aplicações da previsão

Tópicos Especiais
1. Cointegração
2. Causalidade

Referências

Básicas:

BUENO, R. L. S.. Econometria de Séries Temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2008
STOCK J. e WATSON M.. Econometria. São Paulo: Addison Wesley, 2004
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxiii, 701 p.

Complementares:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BISGAARD, S. e KULAHCI, M.. **Time Series Analysis and Forecasting by Example New York: Wiley & Sons**, Inc., 2011.
BOX, G. E., JENKINS G. M., REINSEL, G. C.. **Time Series Analysis: Foerecasting and Control**. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1994
HAMILTON, J. D.. **Time Series Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
MADDALA, G.S. **Introdução à econometria**, Rio de Janeiro: LTC, 2003
MORETTIN, P. A.. **Econometria Financeira**, Editora Blucher, 2ª Ed., 2011

Componente Curricular: Técnicas de Pesquisa em Economia		
Período: 7º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Contribuir com a formação teórica e prática para capacita-lo a elaborar projetos de pesquisa em economia e desenvolver pesquisa na área.

Conteúdo Programático

1.A Ciência Econômica.
2. Os Métodos de Pesquisa em Economia
3. Tipos de Pesquisa em Economia.
4. Etapas da Pesquisa Econômica.
5. Classificação das Pesquisas Econômicas.
6. O Projeto da Pesquisa Econômica
6. O problema da Pesquisa Econômica, a Hipótese ou Objetivo.
7. O Marco Teórico da Pesquisa Econômica.
8. A Metodologia, incluindo o Modelo Analítico, a Fonte de Dados e o Cronograma de Execução.
8. A Coleta de Dados e a Formação do Banco de Dados.
9. A Análise e Interpretação dos Resultados.
10. A Elaboração do Relatório da Pesquisa.

Referências

Básicas:

1. BITTENCOURT, Maria A. L. et al – *Normas Técnicas Para elaboração de Trabalhos Acadêmicos.* Ilhéus-BA UESC. 2010
2. BÊRNI, Duílio de Avila - Técnicas de Pesquisa em Economia. São Paulo, Ed. Saraiva.2002
3. GIL, Antônio Carlos – *Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias*. São Paulo, Editora Atlas. 2002
4. PEREIRA, Adriana S. et al - Metodologia da pesquisa científica. e-book. Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB. 2018
5. PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani C. de – Metodologia do Trabalho Científico. 2a Ed. Nova Hamburgo. RS. FEALALE. 2013

Complementares:

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa:**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

propostas metodologicas. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 127 p.
BÊRNI, Duilio de Avila, **Técnicas de Pesquisa em Economia**, São Paulo, Saraiva, 2002.
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. -. São Paulo: Prentice Hall, 2007. xii, 159 p.
GIL, Antônio Carlos, **Técnicas de Pesquisa em Economia**, São Paulo, ATLAS, 1988.

Componente Curricular: Economia Agrícola		
Período: 7º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04196*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Teorias de desenvolvimento da agricultura. Políticas Agrícolas. Evolução da agropecuária, as características da modernização agrícola e seus impactos. O agronegócio e sua importância na economia brasileira. Mercado de produtos agrícolas. Mercado de insumos, máquinas e equipamentos. Mercado de trabalho.

Conteúdo Programático

O papel da agricultura no desenvolvimento econômico.
Conceito de rural e urbano.
Estratégias de dinamização dos espaços rurais.
O papel da agricultura e da agropecuária no desenvolvimento econômico.
Teorias de desenvolvimento da agricultura
Modelo de conservação;
Modelo do impacto urbano-industrial;
Modelo de difusão;
Modelo de insumo moderno;
Modelo de Inovação Induzida;
Modelo do dualismo tecnológico.
Evolução da agropecuária, as características da modernização agrícola e seus impactos
Desenvolvimento rural e modernização conservadora.
Acumulação de capital e seus impactos no espaço rural e na agricultura.
Desenvolvimento capitalista e a agricultura familiar Políticas Agrícolas
Por que é necessária uma política agrícola?
Objetivos das políticas agrícolas.
Política agrícola no Brasil era de ouro, crise e novos instrumentos.
Políticas para o setor agrícola política de preços, política de comercialização, crédito rural.
Mercado de produtos agrícolas
Protecionismo agrícola e globalização
Comércio agrícola mundial
Desempenho exportador do agronegócio nacional.
Mercado de insumos, máquinas e equipamentos.
Mercado de trabalho
Relações de trabalho no setor agrícola
Composição da mão de obra nos estabelecimentos rurais
PEA agrícola

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Atividades não agrícolas na zona rural brasileira
Perspectivas para a evolução do setor agrícola Políticas Agrícolas .
PRONAF . PAA . PNAE .
Política de Irrigação.
Política de Desenvolvimento Territorial .
Política de Irrigação

Referências

Básicas:

ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. – 1ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1987
BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. – 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004
FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. – Rio de Janeiro: LTC, 2011.

Complementares:

ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. **Economia agrícola: setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GRISA, Cátia e SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil (Livro PDF)**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf Acesso em: 20.set.2016.
SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de e BUAINAIN, Antônio Márcio. **Economia Agrícola**. – São Carlos: EdUFSCar, 2011.
WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais (2) Janeiro-junho 2013:51-78**. Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf Acesso em: 16 set. 2014.

Componente Curricular: Desenvolvimento Socioeconômico		
Período: 7º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04181*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Macroeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Crescimento Econômico: fatos estilizados. Modelo de Solow: com e sem progresso tecnológico. Contabilidade do Crescimento. Modelo de Solow: com Capital Humano. Convergência: teoria e evidência empírica. Economia das Idéias. Modelo de Crescimento Endógeno. Desenvolvimento e Instituições. Indicadores de Desenvolvimento. Pobreza e Desigualdade.

Conteúdo Programático

Apresentação: Fatos Estilizados do Crescimento Econômico Mundial
Modelos anteriores à Teoria Neoclássica de Crescimento Econômico.
Modelo de Solow: sem e com progresso tecnológico

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Modelo de Solow: com capital humano
Economia das idéias
O Modelo de Romer de Desenvolvimento Tecnológico
Modelo simples do crescimento e desenvolvimento
Modelo AK
Instituições
Indicadores de desenvolvimento: PIB; PIB per capita; Índice de Gini; IDH

Referências

Básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2011.
FURTADO, CELSO M. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000.
JONES, I.CHARLES. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

Complementares:

AGHION, P. e HOWITT, P.. **The Economics of Growth**, 2009.
RAY, D.. **Development Economics**, 1998.
DAVID, Romer. **Advanced Macroeconomics**. The McGraw-Hill Companies, Inc, 2006.
BARRO, Robert J., SALA-I-MARTIN, Xavier. Economic Growth.. MIT PRESS, 2004.
SOUZA, Nali de Jesus de . **Desenvolvimento econômico**. São Paulo-SP: Atlas, 1999.

Componente Curricular: Economia Monetária		
Período: 7º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04112*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Macroeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Mecanismos pelos quais a política monetária atua sobre o sistema econômico e os efeitos das diferentes abordagens de condução da política monetária. Além disso, estuda as relações entre as variáveis reais agregadas (como produto, juro e emprego) e as variáveis nominais (estoque monetário, inflação, taxa de juros e taxa de câmbio). Nesse sentido, o curso aborda o papel da moeda, o funcionamento do sistema financeiro nacional, as teorias mais consagradas que versam sobre a economia monetária, bem como os problemas relacionados à inflação.

Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MOEDA
Origens e conceito de moeda
Funções da moeda e sua importância
Evolução histórica da moeda
Sistema financeiro brasileiro

DEMANDA MONETÁRIA
Teoria Clássica
Teoria Keynesiana
Outras contribuições

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

OFERTA MONETÁRIA
Definição dos agregados monetários
Determinantes da oferta monetária: o multiplicador e a base monetária

INTERAÇÃO DOS SETORES REAL E MONETÁRIO
Modelo clássico
Modelo Keynesiano
Análise em economias abertas

POLÍTICA MONETÁRIA
Objetivos e instrumentos da política monetária
Política monetária nos modelos clássico e keynesiano
Eficácia da política monetária

INFLAÇÃO
Conceito e indicadores de inflação
Principais teorias da inflação
Inflação, emprego e crescimento

Referências

Básicas:

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P**. Economia Monetária**, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 496 p.
MAYER, T.; DUESENVERRY, J. S.; OLIBER, R. Z. **Moeda, bancos e a economia,** 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 681 p.
MISHKIN, F. S. **Moeda, bancos e mercados financeiros**, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 474 p.

Complementares:

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 318 p.
CARVALHO, F. J.C. et. al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 426 p.
COSTA, F. N. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999. 341 p.
SACHS, J.; LARRAIN B., F. **Macroeconomia.** São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.
TEIXEIRA, E. **Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário**. São Paulo: Saraiva, 2002. 248 p.

Componente Curricular: Economia Brasileira e Contemporânea		
Período: 7º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04123*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Macroeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Política Econômica na 1ª República: A Decadência do Modelo Agrário-Exportador e a Industrialização Substitutiva de Importações (PSI); Mudanças Socioeconômicas, Políticas e Demográficas Estruturais. O PósGuerra e o Plano de Metas. Golpe e Regime Militares: reformas,

milagre econômico e os choques externos. Endividamento Externo e Aceleração Inflacionária. Os Planos de Estabilização e a Constituição Cidadã. Privatizações. O Tripé Macroeconômico, o Boom das Commodities e a Inclusão Social. Crise Fiscal, Recessão e Retrocessos.
Conteúdo Programático
1. Introdução: A Primeira República ou "República Velha" (1900 a 1930): 1.1 Mudanças Socioeconômicas, Políticas e Demográficas Estruturais; 1.2 Apogeu e crise do modelo agrário-exportador e a Industrialização Substitutiva de Importações (PSI). REFERÊNCIAS: ABREU, M. Org. (2014), Cap. 02; GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. (2017), Cap. 13. 2. O Período de 1930 a 1979 2.1 O PSI - "Programa de Substituição de Importações (1930-1961) 2.2 O Pós-Guerra (1945- 1955) 2.3 O Plano de Metas (1956 – 1960) 2.4 Da Crise ao "Milagre Econômico" (1960 – 1973) 2.4.1 PAEG (1962-1967) 2.4.2 O Regime Militar 2.4.3 O "Milagre" (1968-1973) 2.5 II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 – 1979) REFERÊNCIAS: ABREU, M. org. (2014), Caps. 03 a 11 GIAMBIAGI, et al; (2011), Caps. 01, 02, 03 e 04; GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. (2017), Cap. 14, 15 e 16; SOUZA (2011), Caps. 01 a 07. 3. A Década Perdida e os Planos de Estabilização da Inflação (1980 – 1994) 3.1 Os Planos Heterodoxos: Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão 3.2 O Plano Collor 3.3 O Plano Real REFERÊNCIAS: ABREU, M. org (2014), Cap. 12 GIAMBIAGI, et al; (2011), Caps. 05, 06 e 07; GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. (2017), Caps. 17 e 18; SOUZA (2011), Caps. 08, 09 e 10. 4. O Colapso do Plano Real e o Modelo do "Tripé Macroeconômico" (1995 – 2002) 4.1 Os problemas do Plano Real 4.2 A adesão ao modelo de Tripé Macroeconômico (metas inflacionárias – câmbio – superávit fiscal) REFERÊNCIAS: GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. (2017), Caps. 18; NASSIF (2015), Artigo. SOUZA (2011), Caps. 11 5. Os Governos Lula, Dilma, Temer (2003 – 2018): do boom ao caos 5.1 O Governo Lula I e II 5.2 O Governo Dilma I e II 5.3 O Período Temer

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REFERÊNCIAS: CARVALHO (2018), Livro

GIAMBIAGI, et al; (2011), Cap. 08;

SOUZA (2011), Caps. 12 e 13.

OBSRVAÇÃO: Horário de atendimento aos alunos todas as quintas das 15:30 às 17:30

Referências

Básicas:

ABREU, M.P. org. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
GIAMBIAGI, F. e A. VILLELA org .**Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Ed. Campus. 2005
GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Ed. Atlas. 2002

Complementares:

ABREU, M. org **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2014
BACHA, E. e DE BOULLE, M.B. org. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2015
BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.1985
MELLO, J.M.C. **Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense. 1990
TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar. 1983

Componente Curricular: Elaboração e Análise de Projetos Econômicos		
Período: 8º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04198*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

O curso trata de técnicas de elaboração, análise e seleção de projetos econômicos. Traz questões relativas à análise de mercado, à engenharia do projeto, ao tamanho e à localização, bem como a aspectos financeiros. Adicionalmente, serão abordados conceitos como méritos sociais, financeiros e econômicos, e ainda incerteza e risco.

Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO
Estratégia e projetos Estrutura e tipos de projetos

ANÁLISE DE MERCADO
Demanda e oferta Ciclo de vida do produto
Projeções

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ENGENHARIA, TAMANHO E LOCALIZAÇÃO
Processo produtivo e tecnologia
Economias de escala e tamanho ótimo
Decisões sobre localização

QUADROS FINANCEIROS DO PROJETO
Quadro de investimentos e fontes e usos de recursos
Quadro de projeção de resultados e fluxo de caixa

CRITÉRIOS DE ANÁLISE
Méritos sociais, financeiros e econômicos
Incerteza e risco

Referências

Básicas:

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
KASSAI, J.R.; CASANOVA, S.P.C.; SANTOS, A.; ASSAF NETO, A. **Retorno de investimento**: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 2005.
WOILER, S.; MATHIAS, W.F. **Projetos**: planejamento, elaboração, análise, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Complementares:

CLEMENTE, A. (Org.) **Projetos empresariais e públicos**, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
FERREIRA, R.G. **Matemática financeira aplicada**: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GALESNE, A.; FENSTERSEIFER, J.; LAMB, R. **Decisões de investimentos da empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.
LAPPONI, J.C. **Projetos de investimentos na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
REBELATTO, D. (Org.) **Projetos de investimento**. São Paulo: Manole, 2004.
REILLY, F.K.; NORTON, E.A. **Investimentos**, 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Componente Curricular: Economia Política		
Período: 8º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04120*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceito de Economia Política. Forças Produtivas e Relações de Produção. Modo de Produção e Desenvolvimento Histórico. O Feudalismo. O Desenvolvimento do Comércio. As Cidades. Os Estados Nacionais. O Mercantilismo. A Revolução Industrial na Inglaterra. O Capitalismo Concorrencial. A Economia Clássica. Marx. Os neoclássicos. As crises Capitalistas.

Conteúdo Programático

1 - Economia política teoria e definição
2 - Forças produtivas e relações de produção

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

3 - Sistemas Econômicos
4 - Escola Clássica
5 - Economia política contemporânea

Referências

Básicas:

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.
HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 22. ed. ver. e ampl. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2013.
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 244 p.

Complementares:

NUNES, A. **Uma introdução à Economia Política**. 3ª Ed. São Paulo: QuartierLatin, 2014.
NUNES, A. **Noção e objeto da Economia Política**. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 2014.
PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.,2016.
SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Componente Curricular: Economia Internacional		
Período: 8º	*Tipo:* Obrigatório	*Código: 04187*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Macroeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Teorias do comércio internacional, calcadas na micro e macroeconomia, que buscam explicar as transações entre agentes econômicos de economias distintas. Trata, também, dos fatores determinantes de vantagens comparativas, suas implicações e do padrão do comércio entre economias distintas, elementos básicos que permitem conceber e analisar políticas de comércio exterior. Examina a estrutura e o comportamento das contas do Balanço de Pagamentos e procede a simulações de políticas para examinar os processos de ajustamentos internos e externos.

Conteúdo Programático

Apresentação da cadeira;

Revisão da estrutura conceitual e analítica dos modelos macroeconômicos básicos

O Modelo de Ricardo

Modelo com Fatores Específicos

Comércio Internacional no Modelo dos Fatores Específicos

A Distribuição de renda e os ganhos do comércio

O Modelo de Heckscher-Ohlin

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Modelo Geral do Comércio Economia de Escalas, Concorrência Imperfeita e Comércio Internacional Instrumentos do Comércio Internacional Política Comercial nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento As Políticas Comerciais Nacionais e o Nordeste do Brasil
Referências
Básicas: BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2011. KRUGMAN, PAUL R. E MAURICE OBSTFELD**. Economia Internacional: Teoria e Política,** São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2001. KRUGMAN, Paul R. **Internacionalismo pop**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 213p. **Complementares:** APPLEYARD, DENNIS R.; FIELD JR, ALFRED J.; COBB, STEVEN L. **Economia Internacional**, Porto Alegre: AMGH, 2010. KRUGMAN, PAUL R. **Pop Internationalism**, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, USA,.1996. KRUGMAN, PAUL R., MAURICE OBSTFELD, MELITZ, MARC J. **Economia Internacional**, São Paulo: PEARSON Education do Brasil, 2015. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Componente Curricular: Economia Regional		
Período: 8º	***Tipo:* Obrigatório**	***Código: 04135***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Microeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Fundamentos da Economia Espacial. A Questão Regional. Análise de Problemas Urbanos e Regionais. Novas divisões espaciais do trabalho. Novas localizações Industriais. Convergência e disparidade. Experiências internacionais. Quadro regional brasileiro e Integração Econômica. Perspectivas de Políticas Regionais em um quadro de abertura e integração.		
Conteúdo Programático		
1. Introdução Importância da Análise Espacial 2. Localização da Firma 3. Aglomerações Econômicas 4. Estrutura Espacial das Cidades 5. Medidas de Concentração e Especialização 6. Especialização Regional e Dinâmica Econômica 7. Mercado de Trabalho Regional 8. Crescimento Econômico e Desigualdade Regional 9. Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Referências
Básicas: BRUECKNER,J. **Lectures on Urban Economics**, MIT press, 2011. DINIZ, C. C.; CROCCO, M. **Economia Regional e Urbana Contribuições Teóricas Recentes**, Editora UFMG, 2006 KRUGMAN, P. (1991) **Geography and Trade**, MIT Press. **Complementares:** DUARTE, G.B.; SILVEIRA NETO, R. **Condicionantes do tempo de ida ao trabalho na Região Metropolitana de São Paulo**, 2012. SILVEIRA NETO, R. **Especialização das atividades-quociente locacional para municípios de Pernambuco em 2002**, 2003. SILVEIRA NETO, R. Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no Econômica: Evidências para o Brasil no Período 1950-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, no 2, abr-jun. 2005 SILVEIRA NETO, R.; MENEZES, T. A. "Disparidades Regionais de Renda no Brasil: Analisando a Importância do Capital Humano", In: Fórum Brasil-Europa, 2008.

Componente Curricular: TCC		
Período: 9º	*Tipo:* Obrigatório	*Código:*
Carga Horária Total: 360	*Número de Créditos: 24*	
Pré-Requisitos: Técnicas de Pesquisa em Economia	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa na área de Economia sob a orientação de um docente. Ao final do período letivo o discente deverá entregar um trabalho de Conclusão de Curso, bem como apresentar o mesmo para avaliação de uma banca composta de no mínimo três professores.		
Referências		
Básica: A bibliografia básica da disciplina Monografia será composta por todas aquelas previstas nos demais componentes curriculares do Curso. **Complementar:** A bibliografia complementar da disciplina Monografia será composta por todas aquelas previstas nos demais componentes curriculares do Curso.		

9.5.2 Ementas das Disciplinas Optativas

Componente Curricular: Agronegócios		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativa**	***Código: 04197***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum

Ementa

Definição e evolução do agronegócio. Segmentos dos sistemas agroindustriais. Cadeias produtivas. Logística e suprimentos. Marketing aplicado ao agronegócio. Planejamento da Produção agroindustrial. Custos rurais. Mercados futuros e produtos agroindustriais.

Conteúdo Programático

1. Introdução ao Agronegócio
1.1 A Evolução da Produção Agropecuária da Agropecuária ao Agronegócio
1.2 A Definição de Agronegócio
1.3 As Dimensões de Análise do Agronegócio
1.3.1 A Dimensão Sistêmica do Agronegócio ou CSA (Agribusiness Commodity System) Os Segmentos dos Sistemas Agroindustriais
1.3.2 A Dimensão de Cadeias de Valor (Ou Cadeia Agroalimentar) e Conceitos Relacionados Cadeias Produtivas; Arranjos Produtivos Locais e os Clusters REFERÊNCIAS ARAÚJO (2007), Caps. 01 e 02; CALLADO (2011), Cap. 01 AO FINAL DO CONTEÚDO 01 ENTREGA DA ATIVIDADE 01 Os alunos têm até o dia 23/09 para entregar a atividade que será disponibilizada no AVA e no grupo do ?WhatsApp?. Esta atividade tem um peso de 30% na nota final da primeira avaliação.

2. Por que estudar Agronegócio
2.1 A Importância do Agronegócio na Economia Brasileira desempenho na geração de renda e emprego.
2.2 As políticas Governamentais voltadas ao Agronegócio na Economia Brasileira.
2.3 Inovação e Transferência de Tecnologia no Agronegócio Brasileiro. REFERÊNCIAS Publicações do Ipea, Esalq/USP, Embrapa, MAPA, etc. AO FINAL DO CONTEÚDO 02 SERÁ REALIZADA ATIVIDADE 02 Júri Simulado. Esta atividade tem um peso de 70% na nota final da primeira avaliação.

3 O Mercado de Produtos Agrícolas
3.3 Produtos e Mercados
3.4 Estratégias de Comercialização
3.5 Mercados Futuros e Produtos Agroindustriais REFERÊNCIAS MENDES e PADILHA JUNIOR (2007), Caps. 07, 11 e 12; CALLADO (2011), Cap. 05; RÉVILLION; BADEJO (2011), Segunda parte, Cap. 03

4. O Planejamento da Produção Agroindustrial
4.1 O Planejamento Financeiro
4.2 Planejamento e Gestão Ambiental REFERÊNCIAS BATALHA (2008), Caps. 01; RÉVILLION; BADEJO (2011), Parte 2. AO FINAL DO CONTEÚDO 03 E 04 SERÁ REALIZADA A SEGUNDA AVALIAÇÃO DE APRENDIZADO Prova escrita. OBSERVAÇÃO Horário de atendimento aos alunos - todas as quartas das 15 30 às 17 30

Referências

Básicas:

ARAÚJO, M.J.. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed., rev. amp. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

xii, 162 p.
BATALHA, M. O.. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos, SP: Ed. da UFSCar, 2005. 465p.
CALLADO, A. A.C.. **Agronegócio**. São Paulo, SP: Atlas, 2005. xi, 142 p.

Complementares:
ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. **Economia agrícola: setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GRISA, Cátia e SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf Acesso em: 20.set.2016.
SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA. **Cenários agropecuários de Pernambuco: arranjos produtivos por região de desenvolvimento**. Recife: SPRRA, 2006. 69 p
FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. – Rio de Janeiro: LTC, 2011.

Componente Curricular: Economia Quantitativa II		
Período: Sem Periodização	***Tipo:* Optativa**	***Código:***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Economia Quantitativa I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Análise Dinâmica, Séries e Sequências aplicadas à Economia, Equações Diferenciais de Primeira Ordem (Dinâmicas de preços de mercado), Equações Diferenciais de Ordem mais alta, Tempo discreto: equações de diferenças de primeira ordem, Equações diferenciais e equações de diferenças simultâneas, Teoria do controle ótimo.

Conteúdo Programático

- Análise Dinâmica: Dinâmica e integração, Integrais Definidas, Integrais Impróprias, Modelos de crescimento econômico
- Séries e Sequências aplicadas à Economia: Sequências, limite e convergência de sequências, sequências de Cauchy. Séries, critérios de convergência, reordenação de séries. Sequências e séries de funções, convergência pontual, convergência uniforme. Séries de potências, representação de funções por séries de potências, séries de Taylor
- Equações Diferenciais de Primeira Ordem: Equações diferenciais lineares de primeira ordem com coeficiente constante e termo constante, Dinâmica do preço de mercado, Coeficiente variável e termo variável, Equações diferenciais exatas, Equações diferenciais não-lineares de primeira ordem e de primeiro grau,

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Tempo discreto (equações de diferenças de primeira ordem): Tempo discreto, diferenças e equações de diferenças, A estabilidade dinâmica de equilíbrio, Equação de diferenças não-linear – a Equações diferenciais lineares de segunda ordem com coeficientes constantes e termo constante, Números complexos e funções circulares, Análise do caso da raiz complexa e Equações diferenciais com um termo variável
- Equações diferenciais e equações de diferenças simultâneas: A gênese de sistemas dinâmicos, Modelos dinâmicos de insumo-produto, Diagramas de fase de duas variáveis, Linearização de um sistema de equações diferenciais não-linear
    - Teoria do controle ótimo: A natureza do controle ótimo, Problemas autônomos e Limitações da análise dinâmica

Referências

Básicas:

BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard C. **Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno**. Guanabara Dois, 1985.

CHIANG, A. G. **Matemática para economistas**. McGraw-Hill, 1982.
STEWART, J., WEIR, M., Complementar, B., & FLEMMING, D. (1978). **Cálculo Diferencial e Integral I**. Básica, 1978.
SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence; DOERING, Claus Ivo. **Matemática para economistas**. Bookman, 2004.
JAVARONI, Sueli Liberatti. **Abordagem geométrica: possibilidades para o ensino e aprendizagem de Introdução às Equações Diferenciais Ordinárias**. 2007.

Complementares:

MARIVALDO, P. Matos. **Séries e Equações Diferenciais.** Prentice Hall, 2002.
STEWART, J. **Cálculo Vol. 2.** Cengage Learning, 2017.

Componente Curricular: Planilhas Eletrônicas		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativa**	***Código: 28002***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos de informática hardware x software, sistemas operacionais, redes e internet. Introdução a suites de escritório editores de texto e softwares de apresentação. Planilhas eletrônicas conceitos básicos, utilização de fórmulas, manipulação e validação de dados, tabelas dinâmicas, gráficos, macros, planilhas eletrônicas colaborativas.

Conteúdo Programático

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1- CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA
a. Noções de hardware
b. Noções de software
c. Noções de sistemas operacionais, redes de computadores e internet
d. Introdução a suítes de escritório editores de texto e softwares de apresentação

2- PLANILHAS ELETRÔNICAS
a. Conceitos básicos
b. Fórmulas simples e compostas
c. Manipulação e validação de dados
d. Tabelas dinâmicas
e. Exibindo os dados em gráficos
f. Macros para automação de tarefas
g. Criando formulários a partir de planilhas
h. Ferramentas colaborativas on-line

Referências

BÁSICA:
Nenhuma bibliografia básica cadastrada para o componente curricular.
COMPLEMENTAR:
BIBLIOGRAFIA BÁSICA H. L. CAPRON, J. A. JOHNSON. Introdução à Informática 8ª edição. Editora Pearson / Prentice Hall (Grupo Pearson). 2004. BROOKSHEAR, J. G.; Ciência da Computação - uma Visão Abrangente, 7ª Edição, Bookman, 2004. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro Elsevier, 2005. xvi, 476 p. + 1 CD ROM ISBN 8535215743 (broch.). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR NORTON, P. Introdução à Informática. Makron Books. 1997. NEUFELD, John L; CELESTE, José Luiz (Trad). Estatística aplicada à administração usando Excel. São Paulo, SP Pearson Prentice Hall, 2006 xvii, 434p. ISBN 8587918303 (broch.). LEVINE, David M. Estatística teoria e aplicações usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro LTC, 2005. xviii, 819 p. + 1 CD-ROM ISBN 8521614195 (broch.). BLOCH, S. C. Excel para engenheiros e cientistas. 2. ed. Rio de Janeiro Livros Técnicos e Científicos, c 2004 KUROSE, James F., ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet. Editora Pearson, Tradução da 3a. Edição

Componente Curricular: Editoração de Texto Eletrônicos e Acadêmicos		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativa**	*Código: 28000*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceitos básicos de informática hardware x software, sistemas operacionais, redes e internet. Introdução a suites de escritório planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. editoração eletrônica de textos recursos básicos, textos em colunas, tabelas, elementos gráficos, índices automáticos, referências cruzadas, ferramentas de revisão, ferramentas de controle de referências bibliográficas. Padrões para documentação acadêmica.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Conteúdo Programático
1- Evolução dos Computadores. 2 - Noções de Hardware. 3 - Noções de Software. 4 - Introdução aos sistemas operacionais e redes. 5 - Normas ABNT. 5 - Editor de texto.
Referências
BÁSICA: Nenhuma bibliografia básica cadastrada para o componente curricular. COMPLEMENTAR: 1. SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos normas técnicas. 3. ed. Petrópolis, RJ Vozes, c2007. 2. PEREIRA, M. G. Artigos científicos Como Redigir, Publicar e Avaliar. Guanabara Koogan, 2012. 3. WOLTON, Dominique. Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. 3. ed. Porto Alegre Sulina, 2012. 4. KUROSE, James F., ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet. Editora Pearson, Tradução da 3a. Edição

Componente Curricular: Instituições de Direito		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativa**	***Código:* 04704**
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Introdução à Ciência do Direito, ao estudo das normas, inclusive das normas jurídicas, e às fontes gerais do Direito. A relação entre a Ciência Jurídica e o Estado. A evolução histórica do Estado moderno - sua organização política e administrativa e sua produção legislativa. Atos e contratos administrativos. Serviço Público. Definição de crime. Personalidade jurídica. Obrigações. Contratos. Sociedades comerciais. Relação de trabalho. Relação de emprego. Contrato de trabalho. O sistema tributário nacional. Tributos e suas espécies.		
Conteúdo Programático		
1. TEORIA GERAL DO DIREITO 1.1. Conceito de direito e de justiça 1.2. Características 1.3. Objeto 1.4. Conceito de norma jurídica e comparação com outras normas sociais 1.5. Fontes do Direito 1.6. Principais classificações e subdivisões do direito 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO E O SISTEMA JURÍDICO 2.1. Relação entre direito e Estado 2.2. Hierarquia das leis 2.3. Estrutura do ordenamento jurídico no Brasil 2.4. Funções do poder político estatal 3. FORMAS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS 3.1. Bem da vida		

3.2. Interesse
3.3. Conflito de interesse
3.4. Pretensão e resistência à pretensão
3.5. Litígio
3.6. Autotutela
3.7. Autocomposição
3.8. Heterocomposição
3.9. Processo jurisdicional como forma principal de heterocomposição

4. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS
4.1. Direitos fundamentais constitucionais
4.2. Direitos individuais
4.3. Direitos difusos
4.4. Direitos coletivos
4.5. Direitos individuais homogêneos
4.6. Direitos humanos e cidadania

5. FATOS E ATOS JURÍDICOS
5.1. Defeitos dos atos jurídicos
5.2. Vícios dos atos jurídicos
5.3. Erro
5.4. Dolo
5.5. Coação
5.6. Simulação
5.7. Fraude contra credores

6. PRESCRIÇÃO, PRECLUSÃO E DECADÊNCIA
6.1. Prescrição
6.2. Decadência
6.3. Preclusão

7. DIREITOS REAIS
7.1. Posse
7.2. Propriedade

8. DAS PESSOAS
8.1. Personalidade jurídica
8.2. Capacidade jurídica
8.3. Direitos decorrentes da personalidade
8.4. Da ausência

9. OBRIGAÇÕES:
9.1. Classificação;
9.2. Formas de extinção
9.3. Contratos

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

9.3.1. Princípios gerais
9.3.2. Espécies

10. DIREITO DO TRABALHO
10.1. Relação de trabalho
10.2. Relação de emprego
10.3. Contrato de trabalho

11. SISTEMA TRIBUTÁRIO
11.1. Tributos
121.2. Espécies de tributos

12. DIREITO PENAL
12.1. Princípios gerais
12.2. Crime
12.3. Pena

13. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
13.1. Conceito, fundamentos e características

Referências

Básicas:

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Vitória, 1964. PINTO FERREIRA. **Curso de direito agrário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
SAES, Décio. **Formação do estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Complementares:

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. **Sistema recursal na República Socialista Federativa Soviética da Rússia**. Curitiba: Juruá, 2003.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito público e privado**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Componente Curricular: Comercialização Agrícola		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativa**	***Código: 04175***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Mercados e canais de comercialização de produtos agropecuários, a importância dos mercados agrícolas, as variáveis econômicas na comercialização agrícola, as políticas de preços, e as variações sazonais.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Conteúdo Programático
1.A PRODUÇÃO RURAL E ESPECIFICIDADES DA PRODUÇÃO RURAL 1.1.Características da agricultura; 1.2.Conceito de produção rural e determinantes da produção rural; 1.3.Os fatores da produção no processo produtivo agrícola. 2.O MERCADO 2.1.Aspectos gerais do mercado e a evolução do mercado de produtos agrícolas no Brasil; 2.2.As empresas e a Unidade Familiar na economia de mercado; 2.3.O mercado: sua relação com a moeda e os preços; 2.4.Comercialização agrícola: os principais canais de comercialização; 2.5.Funções físicas e infra estrutura da comercialização. 3.POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE OS MERCADOS E PREÇOS AGRÍCOLAS 3.1.Relação: Produtores, Estado, Mercado; 3.2.Abastecimento e estoques reguladores; 3.3.Políticas de preços mínimos e compra da produção pelo Governo Federal; 3.4.Formação de preços agrícolas e variações estacionais; 3.5.Crédito para a comercialização; 3.6.Formas de comercialização da produção; 3.7.O capital comercial na agricultura do semi-árido nordestino. EVOLUÇÃO E ANÁLISE CONJUNTURAL DOS PREÇOS AGRÍCOLAS
Referências
Básicas: ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. – 1ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1987 BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. – 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004 HOFFMANN, Rodolfo. **Administração da empresa agrícola**. 6.ed. São Paulo: Pioneira, c1989. 325p. **Complementares:** ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. **Economia agrícola**: setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial:** GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GRISA, Cátia e SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf Acesso em: 20.set.2016. SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de e BUAINAIN, Antônio Márcio. **Economia Agrícola**. – São Carlos: EdUFSCar, 2011. WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais (2) Janeiro-junho 2013:51-78**. Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf Acesso em: 16 set. 2014.

Componente Curricular: Direito Agrário		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04784***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Direito agrário brasileiro. Estrutura Agrária e trabalho rural. A justiça agrária. Estatuto da terra. Código florestal PROTERRA.

Conteúdo Programático

FUNDAMENTOS DO DIREITO AGRÁRIO

1.1 Formação histórica; Conceito; Objeto e conteúdo;
1.2 Fontes; Princípios fundamentais; Mentalidade agrarista.

ORDENAMENTO FUNDIÁRIO
2.1 Elementos;
2.2 Formas de Organização Fundiária;
2.3 Posse e propriedade no Direito Agrário;
2.4 Imóvel Rural;
2.5 Latifúndio e Minifúndio.;

AUTONOMIA PRIVADA E O DIREITO AGRÁRIO (CONTRATOS AGRÁRIOS)
3.1 Significado; Histórico;
3.2 Autonomia privada e negócio jurídico; Limitações; Contratos Agrários.

A REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA AGRÍCOLA
4.1 Generalidades;
4.2 Definições legais;
4.3 Objetivos principais da Reforma Agrária;
4.4 A Reforma Agrária e a função social da terra;
4.5 A reforma Agrária e a política agrícola

JUSTIÇA AGRÁRIA E LEGISLAÇÃO.
5.1 Preliminares;
5.2 Justiça Agrária na História;
5.3 Justiça, Direito e Estado;
5.4 Tribunais Agrários;
5.5 Estatuto da Terra
5.6 Código Florestal. PROTERRA.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Referências
Básicas: BRASIL. Estatuto da terra : lei n.4.504, de 30 de novembro de 1964.. Brasília: INCRA, 1964. 53p MEDEIROS, Roseana Borges de**. Reforma agrária no papel: legislação X aplicação**. Olinda, PE: LivroRápido, 2005. 148 p. PINTO FERREIRA. **Curso de direito agrário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. **Complementares:** BRAGA, Jose dos Santos Pereira. **Introdução ao direito agrário**. Belém: Edições CEJUP, 1991. 141p. CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Belém: Banco da Amazonia S/A, 1988. v, 271 p. MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito público e privado**. 9. ed. São P SAES, Décio. **Formação do Estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. SOUSA, J. B. Medeiros de. **Direito agrário: lições básicas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1987. 109 p.

Componente Curricular: Direito Ambiental		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04706***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
O Direito Ambiental e a sua natureza jurídica. A Constituição brasileira de 1988 e as competências dos entes federados. Princípios que orientam o Direito Ambiental. Institutos e instrumentos jurídicos do Direito Ambiental. Campo de ação do Direito Ambiental. Direito Ambiental Comparado e Direito Ambiental Internacional.		
Conteúdo Programático		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE TEÓRICA 1. Conceituação do Direito Ambiental. 1.1. Conceito de meio ambiente. 1.2. Conceito de ecologia. 1.3. A biodiversidade. 1.4. O ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentado. 1.5. As Conferências de Estocolmo de 1972 e a Eco/92. 1.6. Escossitema, processo ecológico essencial, manejo ecológico e biodiversidade. 1.7. O dano ecológico e o Direito Internacional. 1.8. As organizações não governamentais e a sua influência no direito ambiental. 1.9. O dano ecológico. 1.10. Os principais problemas ambientais da mãe Terra e o buraco na camada de ozônio. 1.11. Definições de ozônio, camada de ozônio e CFC/clorofluorcarbono. 1.12. A revolta de Gaia e os protestos da Terra. 1.13. Ambiente ecologicamente equilibrado.		

1.14. O Direito do meio ambiente: natureza jurídica.
1.15. Direito Ambiental conceito.
2. As Competências dos Entes Federados em Matéria Ambiental na Constituição Brasileira de 1988.
2.1. A distribuição de competências no federalismo: as regras tradicionais do federalismo clássico e o federalismo cooperativo.

2.2. As competências dos entes da Federação segundo a Constituição de 1988: competências privativas, competências comuns, competência concorrente. Distinções entre a competência comum e a concorrente.
2.3. Delineamento e detalhamento das competências constitucionais dos entes federativos em matéria ambiental; As competências da União: de natureza privativa, de natureza concorrente, de natureza comum; As competências dos Estados: de natureza privativa, de natureza concorrente, de natureza comum; As competências dos Municípios: de natureza privativa, de natureza supletiva, de natureza comum.
3. Princípios que regem o Direito Ambiental.
3.1.Princípios gerais: princípios de Direito Público e princípios de Direito Administrativo.
3.2. Os princípios constitucionais da Ordem Econômica e a proteção do meio ambiente a ponderação dos interesses em conflito.
3.3. Princípios Fundamentais do Direito Ambiental: A inexistência de uma principiologia do Direito Ambiental no Direito pátrio; os significados dos princípios fundamentais do Direito Ambiental –princípio da prevenção, princípio do poluidor pagador ou da responsabilização, princípio da cooperação.
4. Institutos e Instrumentos Jurídicos do Direito Ambiental.
4.1. O poder de polícia do Estado.
4.2. A política nacional do meio ambiente.
4.3. O sistema nacional do meio ambiente.
4.4. O dever de publicidade.
4.5. A obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental.
4.6. O zoneamento ambiental.
4.7. Os impostos e seu uso extra fiscal, os preços públicos e a defesa do meio ambiente: a possibilidade da cobrança de preços públicos pelo uso ou derivações de recursos hídricos; a impossibilidade constitucional da cobrança de preços públicos pela utilização dos demais recursos ambientais.
4.8. O estabelecimento de padrões ambientais.
4.9. O controle administrativo preventivo: autorizações, concessões e permissões.
4.10. O controle administrativo repressivo: embargos de obras, interdições de atividades e fechamento de estabelecimentos.
4.11. Unidades de conservação. O tombamento.
4.12. Os fundos da proteção ambiental.
4.13. O planejamento e os planos ambientais.
4.14. A responsabilidade civil objetiva; A responsabilidade objetiva pelos danos ambientais. A responsabilidade solidária da Administração por danos ao meio ambiente (a responsabilidade civil do Estado por ato ou omissão da administração; a responsabilidade civil do Estado por fato de outrem e o exercício do poder de polícia administrativa; a responsabilidade civil do Estado por atos

administrativos; a responsabilidade solidária da Administração por danos do meio ambiente; excludentes da responsabilidade solidária da Administração).
4.15. A criminalização dos danos ambientais: a responsabilidade ambiental; antecedentes; as normas penais ambientais; as sanções penais; as causas excludentes da ilicitude; os crimes ambientais segundo a Lei 9.605/98; o art. 79A da Lei 9.605/98; normas incriminadoras remanescentes; o avanço da Lei 9.605/98.
4.16. Os meios processuais de defesa ambiental: o inquérito civil e o inquérito policial
(fase pré-processual); a ação penal pública; as ações do Código de Processo Civil; ações especiais: ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo; ação popular constitucional; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção; ação civil pública.
5. Âmbito e Conteúdo do Direito Ambiental.
5.1. Defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais: defesa do solo, água, ar, florestas e vegetação nativa, fauna e subsolo.
5.2. Defesa dos componentes ambientais humanos: defesa do âmbito construído e cultural; defesa dos âmbitos saúde e vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PARTE PRÁTICA

Referências

Básicas:

MACHADO, P. A. Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.
CONSTITUIÇÃO Federal, coleção de leis de direito ambiental (CLDAmb). Bueri, SP: Manole, 2004

Complementares:

MUKAI, T. **Direito ambiental sistematizado**. 4 ed. São Paulo: Forense, 2002.
MILARÉ, É. **Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffe (Ed) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005
RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; IRIGARAY, Carlos Teodoro Hugueney. **O direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental**. São Paulo: Peirópolis, Brasília: IEB, 2005.
BRASIL. **Legislação Brasileira de residuos solidos e ambiental correlata**.. Brasília: Senado Federal, 1999.

Componente Curricular: Economia Agroindustrial		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04186***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

A agroindústria regional: estrutura, composição, organização e desenvolvimento. Integração econômica da agroindústria com o Estado e com o setor agrícola. A política tecnológica, de

comercialização, de abastecimento e de preços na agroindústria.

Conteúdo Programático

UNIDADE I: CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NO BRASIL
1.1. A modernização da agricultura brasileira.
1.2. Conceituação de CAI.
1.3. Relações intersetoriais nos CAIs.
1.4. O padrão de financiamento dos CAIs.
1.5. Diferenciação sócio-econômica.

UNIDADE II: A AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE
2.1. Surgimento e evolução.
2.2. A agroindústria no desenvolvimento da região.
2.3. A agroindústria em Pernambuco.
2.4. Diferenciação sócio-econômica.
2.5. Principais economias agroindustriais.

UNIDADE III: OS CAIs E SUA INSERÇÃO NO MERCADO EXTERNO
3.1. A conjuntura internacional dos mercados de produtos agrícolas.
3.2. Perspectivas de integração.
3.3. O MERCOSUL.

UNIDADE IV: CADEIAS AGROINDUSTRIAIS
4.1. Cana-de-açúcar.
4.2. tomate.
4.3. Cajú, laranja.
4.4. Vinho.
4.5. Soja.
4.6. Frango.
4.7. Óleos.

Referências

Básicas:
DÉCIO, Zylberrstajn e NEVES, Marcos Fava – (Org.) **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**, PENSA-SP – São Paulo – Editora Pioineira, 2000
GEPAI – Grupos de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. **Gestão Agroindustrial**, Volume 1 – São Paulo – Editora Atlas, 1997.
AZEVEDO, P.F. de e GIORDANO, S., **Competitividade do Sistema Agroindustrial do trigo.** In: Farina e Zylbersztajn, D. (Coord.) Competitividade no Agribusiness Brasileiro. Pensa/Ipea, Publicado em CD-ROM, 1998.

Complementares:
MEGIDO, José Luiz Tejon e XAVIER – **Marketing & Agribusiness**. São Paulo – Editora Atlas, 1995.
LAZZARINI, S. G. & NUNES, R. – **Competitividade do Sistema Agroindustrial da Soja**. In Farine, E.MQ. (Coord.) Competitividade da Agroindustria Brasileira. Pensa/Ipea, CD-ROM, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BNB – Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste. – Fortazeza, 1992, 7 vol.
MASSILON, J. Araújo – **Fundamentos de Agronegócios**. Editora Atlas, 147p., São Paulo, 2003.
MULLER, Geraldo – **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária** Hucitec. São Paulo, 1989.

Componente Curricular: Economia Florestal		
Período: Sem periodização	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04103***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Elementos Fundamentais da Economia. Introdução à Economia Florestal. Teoria dos Preços. Custos Ocorrentes na Empresa Florestal. Teoria da Produção. Mercadologia de Produtos Florestais: Avaliação Florestal; Contabilidade na Empresa Florestal; Uso Múltiplo das Florestas

Conteúdo Programático

1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA

1.1. Definições básicas da Economia: necessidades, escassez, os fatores de produção, fluxos de produção, os sistemas econômicos.
1.2. Economia descritiva, Teoria Econômica e Política Econômica.
1.3. Noções de Economia Monetária.
1.4. Noções de Contabilidade Nacional.

2. INTRODUÇÃO À ECONOMIA FLORESTAL

2.1. Objetivo da Economia Florestal.
2.2. Os fatores de produção na Empresa Florestal.
2.3. Economia versus Economia Florestal.

3. TEORIA DOS PREÇOS

3.1. Preços versus valor.
3.2. A Lei da oferta.
3.3. A Lei da procura.
3.4. Elasticidade.
3.4.1. Elasticidade-preço da demanda e da oferta.
3.4.2. Elasticidade cruzada da procura.
3.4.3. Elasticidade-renda.
3.4.4. Elasticidade-arco.
3.4.5. Elasticidade-ponto.
3.5. A flexibilidade-preço da demanda.
3.6. Exercício de aplicação sobre elasticidade e determinação do preço de venda da madeira empilhada e em pé.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

4. CUSTOS OCORRENTES NA EMPRESA FLORESTAL

4.1. Objetivos da análise de custos.
4.2. Diferença entre despesas, gastos e custos.
4.3. Custos fixos, variáveis, médios, marginais, totais, de oportunidade, implícitos, e explícitos.
4.4. Espécies de custos nas empresas florestais.
4.5. Grupos de custos em várias divisões da empresa florestal.
4.6. Esquema para o cálculo do custo de veículo e maquinárias segundo o FAO.

5. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA

5.1. Preços versus valor.
5.1.1. Elasticidade-preço da demanda e da oferta.
5.1.2. Elasticidade cruzada da procura.
5.2. A Lei da oferta.
5.2.1. Elasticidade-preço da demanda e da oferta.
5.2.2. Elasticidade cruzada da procura.
5.3. A Lei da oferta.

6. INTRODUÇÃO À ECONOMIA FLORESTAL

6.1. Objetivo da Economia Florestal.
6.2. Os fatores de produção na Empresa Florestal.
6.3. Economia versus Economia Florestal.
6.4. Economia versus Economia Florestal.

7. TEORIA DOS PREÇOS

7.1. Preços versus valor.
7.1.1. Elasticidade-preço da demanda e da oferta.
7.2. A Lei da oferta.
7.3. A Lei da procura.
7.4. Elasticidade.
7.5. A flexibilidade-preço da demanda.

8. CONTABILIDADE NA EMPRESA FLORESTAL

8.1. A conta de lucros e perdas.
8.2. Contabilidade de custos.
8.3. Análise do balanço patrimonial.
8.3.1. Análise horizontal versus análise vertical.
8.3.2. Principais quocientes de relacionamento estático.
8.3.3. Quocientes de atividade.
8.3.4. Quocientes de rentabilidade.
8.4. Exercícios de aplicação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UNIDADE IX: 09 horas.

9. USO MÚLTIPLO DAS FLORESTAS

9.1. Integração entre as empresas florestais.
9.2. Produtos verticalmente relacionados versus produtos horizontalmente relacionados.
9.3. Produtos concorrentes versus produtos conjuntos.
9.4. Uso múltiplo das terras florestais

Referências

Básicas:

DUERR, William A. **Fundamentos da economia floresta**l. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972. 754p.
JOHNSTON, D. R.; GARYSON, A. J.; BRADLEY, R. T. **Planeamento Florestal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977. 798p.
REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. de. **Análise Econômica e Social de Projetos Florestais**. Viçosa: Editora da UFV. 2001.

Complementares:

DUERR, William A. Fundamentos da economia florestal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972.754p.
HUMMEL, Paulo Roberto V.; TASCHNER , Mauro Roberto B. Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos: engenharia econômica: teoria e prática. São Paulo: Atlas. 4ed. 1995. 216p.
MANSFIELD, Edwin. **Microeconomia: teoria e aplicações**. Edwin Mansfield e Gary Yore; tradução de Cid Knipel Moreira; revisão técnica: Lígia Maria de Vasconcelos; colaboração Luís Cláudio Barcelos, André de Cravalho. São Paulo: Saraiva, 2006. 640p.
SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio A. G.; VALVERDE, Sebastião Renato. **Economia Florestal.** Viçosa, 2 ed.; Editora da UFV; 2005. 178p.
SILVA, Márcio Lopes da ; SOARES, Naisy Silva. **Exercícios de Economia Florestal – Aprenda praticando**. Viçosa, Editora da UFV; 2009. 141p

Componente Curricular: Economia Pesqueira		
Período: Sem periodização	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04104***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:* 04	
Pré-Requisitos: Economia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Características e importância das atividades pesqueiras. Princípios econômicos. A demanda e a oferta de produtos pesqueiros. Otimização bioeconômica da pesca sustentável. Captura ótima e extração máxima sustentável. Custos e esforços de pesca. Tipos de pescarias: livre entrada e propriedade privada. Regulação ótima. Macroeconomia pesqueira e Comércio exterior.

Conteúdo Programático

PARTE I: Teoria econômica

Conceitos introdutórios; Teoria do consumidor e produtos pesqueiros; Teoria da firma e o setor de

pesca; Demanda, Oferta, Mercados; Produtos rurais.

PARTE II: Teoria econômica da pesca sustentável

Economia da pesca sustentável: características gerais, recursos de uso comum; recurso de propriedade privada; Externalidades; Otimização bioeconômica da pesca; Pesca ótima e extração máxima sustentável; Direitos de propriedade e comportamento econômico; Regulação ótima.

PARTE III: Macroeconomia da pesca e comércio exterior

Agregados macroeconômicos da pesca no Brasil; Introdução à Teoria do Comércio Internacional; Comércio exterior de pescados.

Referências

Básicas:

HARTWICK, J.M., OLEWILER, N.D. **The economics of natural resource use**. New york: Harper & Row Publishers. 2004.
NEHER, P.A. **Natural resource economics: conservation and explotation**. New York: Cambridge University Press, 2002. 360 p.
RIBEMBOIM, Jacques. **Economia da Pesca Sustentável no Brasil**. Recife: Editora Bagaço, 2010.

Complementares:

JOLLY, C.M.; CLONTS, H.A. **Economics of Aquaculture**. Food Products Press, 1992.
LEFTWICH, R.H. **O Sistema de preços e a alocação de recursos**. 7a. Ed., São Paulo: Pioneira, 1991.
PINDICK, Robert and RUBEINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 5a Edição. São Paulo: Makron Books, 2002. 790 p.
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
RIBEMBOIM, Jacques (Org). **Mudando os Padrões de Produção e Consumo: textos para o século XXI**. Brasília: Editora do IBAMA, 1997. 147p.

Componente Curricular: Educação das Relações Étnico-Raciais		
Período: Sem Periodização	*Tipo:* Optativo	*Código: 05145*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Formação das identidades brasileiras; África e Brasil: Interações; Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. A Educação indígena no Brasil; Ensino e aprendizagem; Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.

Conteúdo Programático

Formação das identidades brasileiras: elementos históricos.
Relações sociais e étnico-raciais.
África e Brasil, semelhanças e diferenças em suas formações.
Interações Brasil-África na contemporaneidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade.
A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas.
Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural.
Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.

Referências

Básicas:

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 118p
MOURA, Clovis. Historia do negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1989. 84 p.
RATTS, Alecsandro J. P.; SOUZA, Edileuza Penha de; COSTA, Kênia Gonçalves (Revisor). **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2006. 256 p

Complementares:

BARBOSA, W. de Deus. **Os Índios Kambiwá de Pernambuco: Arte e Identidade Étnica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual.** 3a ed., Brasília: MEC, 2001.
CANDAU, V. M. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In: Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
_____. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006.
CAVALLEIRO, **Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa educação.** São Paulo: Selo Negro, 2006.

Componente Curricular: Empreendedorismo		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04180***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Fundamentos conceituais de empreendedorismo. Características do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios. Cultura empreendedora. Plano de Negócio.

Conteúdo Programático

a) Cenário econômico-social e empreendedorismo no Brasil;
b) Conceitos e visões do fenômeno empreendedor;
c) Características do empreendedor;
d) Diferenciação entre empreendedor e empresário;
e) Intraempreendedorismo;
f) Empreendedorismo social;
g) Ambiente empreendedor;
h) Incubadoras de empresas;
i) Startup;
j) Franchising;

k) Falso empreendedor e motivos errados para empreender;
l) Geração de ideias e identificação de oportunidades de negócios;
m) Business Model Canvas;
n) Plano de Negócios.

Referências

Básicas:

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
MELO NETO, F. P. e FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

Complementares:

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1994.
TRÍAS DE BES, F. **O livro negro do empreendedor**. 4 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.
JULIEN, P.-A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Componente Curricular: Formação Econômica do Nordeste		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04136***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Formação Econômica do Brasil	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Exploração colonial do Nordeste. Trabalho assalariado. Lavoura canavieira. Industrialização induzida. Pólos de desenvolvimento. Setor de Serviços. Neocolonialismo interno. As relações inter-regionais. Estudos de indicadores. A diversidade territorial. Políticas regionais.

Conteúdo Programático

As primeiras formas de exploração colonial do Nordeste.
A Transição para o trabalho assalariado.
Da lavoura canavieira à industrialização induzida.
Pólos de desenvolvimento.
A importância do Setor de Serviços.
O modelo de neocolonialismo interno.
As relações inter-regionais e a supremacia sudestina.
Estudos de indicadores.
A diversidade territorial interna e desigualdade social.
Políticas regionais.

Referências

Básicas:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 1989.
OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 1996.

Complementares:
IPEA. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: Editora do IPEA, 1996.
MAIA GOMES, Gustavo. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: Editora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2001.
PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.
RIBEMBOIM, Jacques. **Nordeste Independent**e. Recife: Editora Bagaço, 2002.
VALE SOUZA, Aldemir do. **Emprego no Nordeste: o papel da integração regional**. Recife: Editora Massangana, 2000.

Componente Curricular: Fundamentos de Filosofia		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04521***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
As origens do Filosofar e do Pensamento Clássico Grego – Visão Geral da Filosofia Medieval – As características fundamentais entre o Pensamento Renascentista e o Pensamento Moderno – As correntes filosóficas do Pós Modernismo e do Pensamento Contemporâneo – Ética.		
Conteúdo Programático		
ORIGENS DE FILOSOFAR Filosofia: Definição e Sentido Etimológico. Divisão da Filosofia. Relação entre Filosofia e Sabedoria. Característica da Filosofia. A FILOSOFIA PRÉ-SOCRÁTICA O Pensamento Mito-Filosófico. A Escola Jônica. A Escola Itálica. A Escola Eleata. PERÍODO SOCRÁTICO Os Sofistas. Sócrates. Platão. Aristóteles. VISÃO DO HOMEM NOS GRANDES SISTEMAS FILOSÓFICOS DA HISTÓRIA		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Conceito de Valor e a Relação Sujeito-Objeto.
O Estar no Mundo do Homem e suas Relações Existenciais.
Relação entre DEUS-HOMEM-MUNDO.
O Papel da Filosofia na Formação da Consciência Humana.

Referências

Básicas:

GARCIA MORENTE, Manuel. **Fundamentos de filosofia: lições preliminares**. 8. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980
JACQUARD, Albert; PLANES, Huguette. **Filosofia para não-filósofos: respostas claras para questões essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 154 p..
JOLIVET, Regis. Curso de filosofia. 16. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. 445 p.

Complementares:

FREITAG, Barbara. **A Teoria Crítica Ontem e Hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
NERI, Demetrio. **Filosofia Moral – Manual Introdutivo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia**. São Paulo: Ed. Paulus, 1991.
SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2009.

Componente Curricular: Geografia Agrária		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04628***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Dinâmica rural e a Geografia Agrária. As relações de produção e as relações de trabalho nas atividades agrárias: ontem e hoje. Diferenciações das estruturas agrárias. Transformações recentes na dinâmica econômica do meio rural, com ênfase para o campo brasileiro.

Conteúdo Programático

1. Geografia Agrária e a questão agrária;
2. Relações de produção e relações de trabalho no campo;
3. Agropecuária sob diferentes modos de produção;
4. Estrutura interna e a especificidade das atividades agrárias.
5. A industrialização da agricultura: Agroindústria;
6. Transformações e dinâmica nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro;
7. A situação atual do campo no Brasil: a estrutura agrária, os conflitos sociais e a questão política.

Referências

Básicas:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. 86 p.
SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2009. 359 p.
GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e**

modernização econômica Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.

Complementares:
CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. In: **Estudos Avançados** - USP, vol. 11, no. 29. 79-93. 1997.
ETGES, Virginia Elisabeta. **Geografia Agrária: A contribuição de Leo Waibel**. Florianópolis: EDUNISC. 2000. 226 p.
MARQUES, Marta I. Medeiros, FERNANDES, Bernardo M. e SUZUKI, Julio C. **Geografia Agrária: Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 384 p.
VALLE, Raul Silva Telles e ESTERCI, Neide. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Socio-ambiental. 2003. 192 p.
SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record. 473 p. 2001.

Componente Curricular: Geografia da População		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 17002***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Estatística E	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Apresentar a questão populacional não apenas inserida no contexto da socioeconomia e da política, mas também, como parte do processo de evolução da humanidade.

Conteúdo Programático

1. Crescimento populacional
2. As visões de Condorcet, Malthus e Marx
3. A Dinâmica populacional no mundo capitalista globalizado
4. Migrações e a questão dos refugiados
5. Condições de desigualdade racial e de gênero
6. Envelhecimento e Transição demográfica

Referências

Básicas:
DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. 4ª ed. São Paulo: ed. Contexto. 1998. 106 p.
ALVES, J. E.. **Políticas populacionais e os direitos reprodutivos: "o choque de civilização versus progressos civilizatórios**. Rio de Janeiro: IBGE,. Disponível em: http://www.ence.ibge.gov.br/ (Textos para discussão).2002
Wong Laura L. Rodríguez, & Carvalho J. A. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006. www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf

Complementares:
BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 319 – 362. 1997
NAZARETH, J. Manuel. **Demografia: a ciência da população**. Lisboa: ed. Presença. 2004
PEREIRA, Wlademir (1978) Demografia do subdesenvolvimento. São Paulo: editora Saraiva. 1978 294p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAFFESTIN, Claude. Recenseamento e poder. In: **Por uma geografia de poder**. São Paulo. Editora Ática. 1993
SEM, Amartya. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das letras. 2000.

Componente Curricular: Geografia Econômica do Nordeste		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04137***
Equivalência	*Geografia Econômica*	*Código: 04694*
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Apresentar o processo evolutivo do conhecimento geográfico, a institucionalização da ciência Geográfica como ciência, bem como conceitos geográficos relacionados aos aspectos físicos e sociais, relacionando-os às atividades produtivas, enfatizando a interação da dinâmica espacial com a evolução de segmentos econômicos, notadamente para os setores da produção industrial, agropecuária e meio ambiente, paralelamente observando mudanças socioeconômicas impetradas a partir do processo de globalização da economia.

Conteúdo Programático

1. Evolução da Ciência Geográfica

2. A Geografia Econômica:
   Geografia Econômica Tradicional
   Princípios, conceitos e método de análise
   Geografia e Economia

3. O Modo de produção e organização do espaço geográfico
   Acumulação Primitiva do Capital
   Do rural ao Urbano – Modo de Produção
   "O homem como produtor e consumidor do espaço"
   Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível

4. A produção do espaço

5. População e Geografia

6. Globalização e Geopolítica Mundial
   Divisão Internacional do Trabalho e os novos arranjos produtivos
   Formação de blocos econômicos
   Mundialização do Capital
   Redefinições do mundo do trabalho (Formalidade vs Informalidade: Precarização, Flexibilização, Terceirização e Desemprego
   A Crise contemporânea
   A Geografia disso tudo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

7. A economia verde e o desenvolvimento sustentável

8. O Nordeste na nova economia mundo.

Referências

Básicas:

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. 93p.
FIORI, José Luís. (2004) O PODER AMERICANO. Ed: Vozes.
www.unicap.br/neal/artigos/ProfFiori.pdf
PERES, M, A. de Castro. Do taylorismo /fordismo à acumulação flexível toyotismo: novos paradigmas e velhos dilemas.
www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_.../Artigo_Marcos.pdf

Complementares:

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanism**o. Tradução e apresentação Nadia Somekh. São Paulo. Romano Guerra, 2010.
BASSO, Pietro. **O walmartismo no trabalho no início do século XXI**. In: margen esquerda: ensaios marxistas n° 18. 6 p
FABRINI, José Edmilson. (2013) **Questão agrária, território e movimentos sociais no campo**. Cap 6. E-book. ENANPEGE. 2013. PAES; SIILVA & MATIAS (ORGANIZADORES) ISBN 978--85--8147--058—0. p. 89-108
Freitas, Elisa Pinheiro de. (2014) **O poder das empresas transnacionais sobre o Território brasileiro. Reflexões a partir do sector sucroenergético**. Geocrítica.
HAESBAERT, Rogério. (2002) Metrópole – um espaço de síntese de modernidade. In: **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto. p. 88 – 100.

Componente Curricular: Gestão de Tecnologia da Informação		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04229***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Tecnologias de informação (TI). Planejamento estratégico da TI. Fatores Críticos de sucesso na Gestão da TI. Processo Decisório. Os papéis do profissional da informação. Gerenciamento de Projetos de TI. Ferramentas utilizadas na Gestão da TI. Segurança e tendências atuais em TI.

Conteúdo Programático

a) Tecnologias de informação (TI);
b) Planejamento estratégico da TI;
c) Fatores Críticos de sucesso na Gestão da TI;
d) Processo Decisório;
e) Os papéis do profissional da informação;
f) Implementação de projetos de TI;

g) Gerenciamento de Projetos de TI;

h) Ferramentas utilizadas na Gestão da TI;

i) Segurança;

Tendências atuais em TI.

Referências

Básicas:

PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de software: uma abordagem profissional**. 7. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011. xxviii, 780 p

REZENDE, Denis Alcides. **Engenharia de software e sistemas de informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2002. xxiv, 358 p

VIEIRA, Vaninha; SANTOS, Marizete Silva. **Análise e projeto de sistemas de informação**. Recife: UFRPE, 2010. 55 p.

Complementares:

ALBERTO, L. A. **Administração de Informática: Funções e Fatores Críticos de Sucesso**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

CRUZ, T. Sistemas, **Organização e Métodos: estudo integrado das novas tecnologias da informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANAS, A. V. **Gestão da Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Érica, 2001.

POTTER, R. E., RAINER, R. K., TURBAN, E. **Administração de Tecnologia da Informação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 3ª ed., 2005.

VIEIRA, M. **Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação**. Campus, 2006.

Componente Curricular: História do Pensamento Político Ocidental		
Período: Sem Periodização	***Tipo: Optativo***	***Código: 04730***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Evolução do Pensamento Político. O movimento renascentista. O pensamento político moderno. Tendências doutrinárias modernas.

Conteúdo Programático

A PRÉ-HISTÓRIA E O SURGIMENTO DO PODER

1.1.– O surgimento do poder e do direito nos primórdios
1.2.– A sociedade política pré-histórica
1.3.– O poder político e o sagrado-feminino

O PENSAMENTO FILOSÓFICO POLÍTICO CLÁSSICO

2.1. – Os pré-socráticos
2.2. – O surgimento da pólis
2.3. – Sócrates, Platão e Aristóteles
2.4. – O estoicismo e o helenismo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O PENSAMENTO FILOSÓFICO POLÍTICO MEDIEVAL
3.1. – Santo Agostinho e a Cidade de Deus
3.2. – O totalitarismo ideológico da Igreja Católica
3.3. – As heresias e a contestação do poder da Igreja
3.4. – O Tomismo
3.5. – A Reforma Protestante e suas conseqüências políticas

O PENSAMENTO POLÍTICO NA IDADE MODERNA
4.1. – Maquiavel, o Renascimento e a Ciência Política
4.2. – O absolutismo em Hobbes
4.3. – O liberalismo em Locke

O PENSAMENTO POLÍTICO COMTEMPORÃNEO
5.1. – O liberalismo econômico e político
5.2. – O socialismo utópico
5.3. – A dialética hegeliana
5.4. – O pensamento marxiano
5.5. – Webber e o capitalismo
5.6. – O pensamento marxista: Gramsci, Althusser, Poulantzas, Lukacs

Referências

Básicas:
MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 126 p.
MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe e escritos políticos**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2010. 108, [1] p. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo; 2.).
ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: M. Claret, c2004. 141 p. (Coleção A obra-prima de cada autor; 199).

Complementares:
HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1986. 313 p.
HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p.
MENDES, J. M. Amado. **História econômica e social dos séculos XV a XX**. 2. ed. Lisboa, PO: Fundação C. Gulbenkian, 1997. 187 p.
PIRENNE, Henri. **As cidades da idade média**. Lisboa: Europa-América, [198-?]. 182p.
WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Wirtschaft und gesellschaft: grudriss der verstehenden soziologia. Brasília: Ed. UnB, 1999. 422 p

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04730***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da		

surdez. Aquisição da linguagem pelo surdo. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.

Conteúdo Programático

A pessoa Surda: aspectos físicos, psicológicos, lingüísticos, sociais e culturais (Teoria)

1. Noções gerais sobre a surdez. Diferenciação entre surdez e Surdez.

2. Histórico da educação de Surdos e da Libras.

3. Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica.

4. O desenvolvimento da linguagem no Surdo:

4.1. Aquisição da Libras pela criança Surda – L1
4.2. Aquisição da escrita da língua portuguesa - L2.
5. A surdez e suas implicações na escrita.

6. Comunidade, Cultura e Identidade surda

7. Direitos lingüísticos do Surdo sob o enfoque das políticas públicas educacionais.

Estrutura lingüística da Libras (Teoria / Prática)

1. A Gramática da Libras sob o enfoque dos níveis lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico.
2. O sinal e seus parâmetros.
3. A língua em uso: contextos triviais de comunicação.

Referências

Básicas:

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, R. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
_____; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

Complementares:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.
BRASIL, Lei **nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Disponível em: http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro.**
de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
BRASIL, MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007)**; Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf Acesso: 20 set. 2011.
BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em: 19 mar. 2012.

Componente Curricular: Mercado de Capitais		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04138***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceito, abrangência e características do mercado de capitais. Sistema financeiro nacional. Mercado financeiro. Dinâmica do mercado. Produtos financeiros. Mercados de ações e de futuros. Mercado de derivativos. Risco e retorno. Seleção de carteiras. Análise do risco de crédito.

Conteúdo Programático

- NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: decisões de investimento e de financiamento; alavancagem e estrutura de capital;
- SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: estrutura, normas e fiscalização; principais papéis públicos e privados;
- MERCADOS FINANCEIROS: mercados monetários, de crédito, de capitais e cambial;
- INDICADORES: taxas de juros, inflação e indexadores;
- PRODUTOS FINANCEIROS CDB, LCI, Tesouro Direto, Capital de Giro, HotMoney, Descontos de Duplicatas, Commercial Papers, Debêntures e Securitização de Recebíveis;
- NOÇÕES DE AVALIAÇÃO DE RISCO títulos de renda fixa e de renda variável;
- RISCO E RETORNO ativos individuais e carteiras de ativos;
- AVALIAÇÃO E PRECIFICAÇÃO DE RISCO alfa, beta, SML e CAPM;
- DERIVATIVOS opções, hedge e derivativos agrícolas.

Referências

Básicas:

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999.

BMF&Bovespa; CVM. Mercado de valores mobiliários brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: CVM, 2014.

http://www.portaldoinvestidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2004. xxvi, 624 p.

Complementares:

BMF&Bovespa; CVM. **Mercado de derivativos no Brasil: conceitos, produtos e operações**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: CVM, 2015.

CAOUETTE, John B; ALTMAN, Edward I; NARAYANAN, Paul. **Gestão do risco de credíto**. Rio de
Janeiro: Qualitymark, 2000.

CORRÊA, A.L. e RAÍCES, C. **Derivativos Agrícolas**. São Paulo: Globo, 2005

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLAGI FILHO, A. e ISHIKAWA, S. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Métodos Quantitativos Aplicados à Economia		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04139***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Análise descritiva de dados, probabilidade, implementação e análise de números índices, deflação de séries econômicas, aplicação de análise econométrica (mínimos quadrados ordinários) e programação linear. Aplicação de Teoria dos jogos e Matemática Financeira utilizando os recursos da planilha eletrônica.

Conteúdo Programático

1. Conceitos iniciais: população/amostra; tipos de amostragem; classificação dos dados estatísticos; espaço amostral; evento; variável aleatória
2. Medidas de tendência central; medidas de variabilidade; números índices
3. Probabilidade
4. Regressão linear
5. Programação Linear
6. Aplicações da Teoria dos Jogos na Economia
7. Matemática Financeira usando Excel

Referências

Básicas:
ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira, 2005. 642 p.
GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, c2006. xxiv, 812 p.
LEVINE, David M. **Estatística: teoria e aplicações : usando microsoft excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2005. xviii, 819 p. + 1 CD-ROM

Complementares:
BUSSAB, W. O. & MORETIN, C. A. **Estatística Básica**.6 ed. Saraiva, 2010.
DOWNING, DOUGLAS, CLARK, JEFFREY: Estatística Básica, São Paulo; Saraiva, 1998
MORETIN, l. G. **Estatística Básica: Probabilidade e Inferência.** São Paulo. Pearson.2010. 376p.
MUKHERJEE, CHANDAN; WHITE, HOWARD; WUYTS, MARC; Econometric and Data Analysis for Developing Countries, London: Routledge, 1998
NEUFELD, JOHN L., Estatística Aplicada à Administração usando EXCEL, São Paulo: Prentice Hall, 2003

Componente Curricular: Planejamento Econômico Estratégico		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04148***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Macroeconomia I	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Fornecer estrutura conceitual e analítica que permita ao estudante de economia desenvolver planejamento econômico estratégico em organizações públicas e privadas.

Conteúdo Programático

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. Conceitos básicos de estratégia e planejamento
2. A Organização Empresarial: Estrutura, contexto e estratégias
3. Diagnóstico Econômico de Curto Prazo (Global, Setorial, Regional e Empresarial)
4. Diagnóstico Econômico de Longo Prazo (Global, Setorial, Regional e Empresarial)
5. Elaboração de Cenários Econômicos (Global, Setorial, Regional e Empresarial)
   - Cenários Macroeconômicos (Curto Prazo e Longo Prazo)
   - Cenários Meso-econômicos
   - Cenários Microeconômicos
6. Fatores Estruturais e Conjunturais do Planejamento Econômico Estratégico
   - Crescimento, Repartição e Estabilidade
   - Instrumentos da Política Econômica e suas Repercussões
7. A experiência da economia brasileira, do nordeste e do Estado de Pernambuco sobre o planejamento econômico estratégico organizacional.
8. Estudo de Casos

Referências

Básicas:
AAKER, DAVID A. Administração Estratégica de Mercado. 5 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.
PINDYCH, R. S. E RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
PORTER, MICHAEL E. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campos, 1986.

Complementares:
PORTER, M. E. Competição: Estratégias Competitivas Essenciais. Rio de Janeiro - Campus, 1999.
PORTER, MICHAEL E. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campos, 1993.
SILVA FILHO, GUERINO E. A Interpretação para o Atraso Relativo do Nordeste a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico Periférico da CEPAL. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 107-120, 1997.
SILVA FILHO, GUERINO E. As Novas Estratégias de Desenvolvimento Econômico Regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 212-232, 1999.
VARIAN, HAL R. Microeconomia: princípios básicos. Tradução da 5ª ed. Americana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Componente Curricular: Produção de Textos Acadêmicos I		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04314***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Apresentação da função e das principais características do gênero Artigo científico. Leitura e análise de artigos científicos publicados em periódicos e revistas científicas. Planejamento textual e produção de artigos a partir de seleção prévia de assunto. Planejamento textual e produção de relatório.

Conteúdo Programático

1. Leitura e compreensão global de um Artigo;
2. Organização do gênero Artigo: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

3. Desenvolvimento argumentativo e operadores argumentativos;
4. Leitura de Relatório para produção do gênero;
5. Organização do gênero Relatório: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais;
6. Sessão Coordenada;
7. Produção de Artigo;
8. Produção de Relatório;
9. Sessão Coordenada

Referências

Básicas:

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1996.
_____. **Para Entender o Texto**. São Paulo: Ática, 1990.
LIBERATO, Y e FULGÊNCIO, L. **É Possível Facilitar a Leitura: um guia para escrever** claro. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Complementares:

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI L. S. **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004.
_____; _____;_____. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2005.
SAUTCHUCK, I. **Perca o Medo de Escrever: da frase para o texto**. São Paulo: Saraiva, 2011.
SEVERINO, A. J. Diretrizes para a Realização de um Seminário. In: **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, p. 63-70, 2002.
CEREJA, W. R. **Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 1999.
INFANTE, U. **Do Texto ao Texto: curso prático de leitura e redação**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.

Componente Curricular: Sociologia do Meio Rural		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04406***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Introdução à Sociologia	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Análise das conseqüências sociais no meio rural, em face da adoção de um modelo econômico baseado no neoliberalismo. O processo de modernização e suas especificidades na América Latina, no Brasil e no nordeste brasileiro.

Conteúdo Programático

1. UNIDADE I (O MEIO RURAL EM FACE DO DESENVOLVIMENTO E DO NEOLIBERALISMO)
1.1. Conceitos e características do desenvolvimento e do neoliberalismo
1.2. Consequências sociais decorrentes da adoção do modelo neoliberal
1.3. O surgimento de uma nova ruralidade: modernização e pobreza
1.4. A exclusão social nas áreas rurais e urbanas - suas especificidades

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2. UNIDADE II (A QUESTÃO AGRÁRIA E O ESTADO)
2.1. As reformas do Estado
2.2. Alianças do Estado com as classes dominantes
2.3. A permanência da importância da Questão Agrária na sociedade brasileira
2.4. O novo discurso do Estado diante das forças neoliberais

3. UNIDADE III (O RURAL NA AMÉRICA LATINA: POBREZA E MODERNIZAÇÃO)
3.1. O tradicional e o Moderno nas áreas rurais
3.2. Estrutura Fundiária e agricultura capitalista
3.3. Os complexos agroindustriais e as classes subalternas
3.4. A Reforma Agrária
3.5. AS estratégias excludentes e predatórias da globalização referentes às classes trabalhadoras rurais e ao meio ambiente

4. UNIDADE IV (LUTAS SOCIAIS NO MEIO RURAL)
4.1. As heranças do debate e seus marcos institucionais e legais
4.2. As diferentes faces da luta por terra
4.3. A emergência de novos atores: a importância dos ***sem terra***
4.4. As mediações das Centrais Sindicais, da Igreja Católica e das Organizações Não Governamentais ***ONGs***

Referências

Básicas:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.
MARTINS, José de Souza (org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**, São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* EMBRAPA, v. 19, n. 01, p. 37-67. 2002.

Complementares:

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária - O Impossível Diálogo**. São Paulo, Edusp, 2001
STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente - A trajetória do *MST* e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
VEIGA, José Eli da (2004) – Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização, in *Estudos Avançados* nº 51, maio/agosto/2004.
COSTA, Lúcio F. C. e SANTOS,R. (orgs) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

Componente Curricular: Teoria dos Jogos		
Período: **Sem Periodização**	***Tipo:*** **Optativo**	***Código: 04140***

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos:*
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum

Ementa

Jogos Estáticos e Dinâmicos. Jogos com Informação completa e Incompleta. Jogos Cooperativos e não Cooperativos.

Conteúdo Programático

1. Conceitos Básicos
   Definições e tipos de jogos.
   Formas normais e extensivas dos jogos.
   Estratégias pura e mista.
   Conjunto de informação.
   Natureza e incerteza.
2. Jogos estáticos com informação completa.
   Equilíbrio com estratégia dominada.
   Equilíbrio estratégico (Equilíbrio de Nash).
   Equilíbrio de estratégias mistas de Nash.
2. Jogos dinâmicos com informação completa.
   Equilíbrio seqüencial. Indução à traz.
   Equilíbrio de sub-jogo perfeito.
   Jogos repetitivos.
3. Jogos estáticos com informação incompleta.
   Equilíbrio Bayesiano de Nash..
4. Jogos dinâmicos com informação incompleta.
   Jogos repetitivos.
5. Jogos não cooperativos com informação assimétrica - Mercado de limões.
   Jogos de sinalização.
   Jogos de screening.
   Seleção adversa.
6. Desenhos de mecanismos.
   Modelo do agente-principal.
   Risco moral.
   Teoria dos leilões.
7. Jogos cooperativos.
   Modelos de barganha.

Referências

Básicas:

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais**. 3. ed, 6. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. xvi, 394 p.
VASCONCELLOS, M. A. S., R. G. OLIVEIRA **Manual de Microeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000.
VARIAN, H.R. **Microeconomia: Princípios básicos**. São Paulo: Campus, 2003

Complementares:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GIBBONS, R. **A Primer in Game Theory**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1992.
MAS-COLELL, A., M.D. WHINSTON, J.R.GREEN **Microeconomic Theory**. Londres: Oxford University Press, 1995.
NICHOLSON, Walter e SNYDEI, Christopher. Microeconomic Theory – Basic Principles and Extensions. 10º Ed., Thomson, 2008
PYNDICK, R. E RUBINFELD, D. **Microeconomia,** 4º ed.São Paulo: Makron Books, 1999.
TIROLE, J. **The Theory of Industrial Organization**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1988**.**

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Microeconomia		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04134***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Microeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

A disciplina faz a transição de equilíbrio parcial para Equilíbrio Geral na Caixa de Edgeworth Economia de Troca Pura e Economia com Produção. Acresce a discussão de Equilíbrio Geral a discussão de falhas de mercado Externalidades e Bens Públicos e Assimetria de Informação.

Conteúdo Programático

I. Teoria do Consumidor
Demanda Marshalliana
Função Utilidade Indireta
Função Despesa
Demanda Hicksiana.
II. Revisão de Teoria da Firma
III. Equilíbrio Parcial
IV. Equilíbrio Geral
V. Economia do Bem Estar
VI. Aplicações

Referências

Básicas:

PINDICK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L., **Microeconomia**, Tradução: Eleutério Prado, 8ª ed., São Paulo, Prentice Hall, 2014.
VARIAN, Hal R. , **Microeconomia – Princípios Básicos**, Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro, 8ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2012.
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval e OLIVEIRA, Roberto Guerra de,. **Manual de Microeconomia**, 3ª Ed, São Paulo, Atlas, 2011.

Complementares:

KRUGMAN, P. e R. WELLS. **Microeconomia**: Uma abordagem moderna. 3ª edição, Ed. Campus: Rio de Janeiro. 2015
JEHLE, G.; RENY, P. **Advanced Microeconomic Theory**. 2o. Edition. New York. The Addison-Wesley. 2001
MAS-COLLEL, Andreu; WHINSTON, Michael; GREEN, Jerry. **Microeconomic Theory**. Oxford

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

University Press, 1995.
VARIAN, Hal R.. **Microeconomic Analisys**. Norton &Company. New York. Third Edition, 1992.
NICHOLSON, Walter e SNYDEI, Christopher. **Microeconomic Theory – Basic Principles and Extensions**. 10º Ed., Thomson, 2008

Componente Curricular: Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04141***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Economia Ambiental e dos Recursos Naturais	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Conceituação de impacto ambiental. Fatores ambientais. Evolução das metodologias de análise de impacto ambiental. Metodologias utilizadas como instrumento de identificação, descrição, seleção e valorização de impacto ambiental. Aplicação de estudos de avaliação de impactos ambientais (A.I.A) no Brasil, em países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Conteúdo Programático

1. Conceitos e definições;
2. Gênese e difusão da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA);
3. Aspectos institucionais e legais da AIA;
4. Etapas e objetivos do processo de AIA;
5. Etapas fundamentais e elaboração do Estudo de Avaliação de Impactos (EAI);
6. Identificando impactos;
7. Visão geral sobre metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais, Especificando a Análise do Ciclo de vida (ACV) para processos industriais.

Referências

Básicas:
IBAMA. **Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1995.
BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004. 328 p
BRAGA, B. et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 305p

Complementares:
MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. da. (Org.). **Economia do meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003. 318 p
TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002. 381p
MOURA, L. A . A . de. **Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos**. 2 ed. Revisada e atualizada. .São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2003. 248p
SALVADOR, N. N. B. **Avaliação de impactos sobre a qualidade dos recursos hídricos**. São Carlos,
TOMMASI, L. R. **Estudo de impacto ambiental**. São Paulo, CETESB, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Tópicos de Macroeconomia		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04147***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Macroeconomia II	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Discussões atuais e aplicações empíricas na área macroeconômica: Questões de Política Monetária - Inflação, desemprego e regras monetárias; Questões de Política Fiscal - a visão convencional e a visão crítica; A Macroeconomia de Bem-Estar Social.

Conteúdo Programático

1. Questões de Política Monetária: Inflação, desemprego e regras monetárias

1.1 Teorias da inflação e as diversas versões da curva de Phillips

1.2 Regras monetárias e o modelo IS-PC-MR

1.3 O Regime de Metas Inflacionárias brasileiro: avaliações empíricas

2. Questões de Política Fiscal

2.1 A visão convencional: condução e sustentabilidade da política fiscal

2.2 A visão crítica: a visão pós-keynesiana

2.3 A condução da política fiscal no Brasil e a PEC 55

3. Macroeconomia e Bem-Estar Social
3.1 Um modelo de determinação da renda com equilíbrio no mercado de trabalho: O modelo AD-BT-ERU;
3.2 A Macroeconomia do Bem-Estar Social: Relações e Controvérsias
3.3 Os efeitos dos programas de transferência de renda condicionada sobre o bem-estar: O caso do programa Bolsa Família.

Referências

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.
FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.

Complementares:
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.
KEYNES, J. M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.
MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.
MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.
SACHS, J.; L. B. F.. **Macroeconomia.** Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Econometria		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04200***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Econometria I	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Avaliação Quantitativa de Políticas Públicas: A relevância da avaliação quantitativa das políticas públicas;O Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL); Relaxando as hipóteses do MCRL; Endogeneidade e Variáveis Instrumentais; Análise longitudinal e dados de painel; problemas econômicos e aplicação de propensity score, diferença em diferença e regressões descontínuas.		
Conteúdo Programático		
5. Revisão de Modelos de Regressão Linear- viés de seleção e endogeneidadeDados em Painel: Efeitos Aleatórios, Efeitos Fixos: Teste de Hausman e modelos robustos a heterocedasticidade 6. Método de Aleatorização 7. Pareamento 8. Propensity Score Matching 9. Diferença em Diferença 10. Regressão Descontínua 11. Variáveis Instrumentais		
Referências		
Básicas: GUJARATI, D. N. **Econometria básica,** São Paulo: Makron Books, 2000. WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxiii, 701 p. ISBN 9788522104468 (broch.). STOCK J. e WATSON M.. **Econometria**. São Paulo: Addison Wesley, 2004 **Complementares:** MENEZES-FILHO, Naércio. **Avaliação econômica de projetos sociais**. Fundação itaú social, 2012. Disponível em: http://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/ CAMERON, C. And TRIVEDI, P. **Microeconometrics using stata**. Stata Pre**ss, 2013.** BUENO, R. L. S.. **Econometria de Séries Temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2008 MADDALA, G.S. **Introdução à econometria**, Rio de Janeiro: LTC, 2003 MORETTIN, P. A.. **Econometria Financeira**, Editora Blucher, 2ª Ed., 2011		

Componente Curricular: *Behavioral Economics of Global Affairs*		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 20000***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		
Analysis and consideration of global issues from a behavioral-economics perspective, based on books and papers published in multiple languages (English, Spanish and Portuguese) by multilateral		

organizations. The course aims to go beyond conventional economic aspects (and data), identifying contexts and most common framings that shape opinions and stimulate behaviors of individuals and organizations. Students will participate in interdisciplinary discussions regarding some of the greatest challenges of a global Society in the 21st century.

Conteúdo Programático

Prospect theory.
Rationality Bound Rationality.
Cognitive and Social Biases.
Consumerism and debt.
Organizational Behavior.
Ethics.
Thinking Socially.
Aging.
Climate Change.
Malnutrition, Migration.

Referências

Básicas:

ALTMAN, M. **Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments**. Abingdon, Oxon, GB: Routledge, 2015. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017.
AVILA, F. e BIANCHI, A. orgs. (2015). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo. EconomiaComportamental.org. Disponível em: http://www.economiacomportamental.org. Acessado em: 24/01/2017.
WORLD BANK. (2015). **World development report 2015: mind, society, and behavior**. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015 . Acessado em: 09/02/2017.

Complementares:

ALTMAN, M. **Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments**. Abingdon, Oxon, GB: Routledge, 2015. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017.
FRAME, J. D. **Framing Decisions : Decision-Making That Accounts for Irrationality, People and Constraints.** Somerset, US: Jossey-Bass, 2012. Acessado via ProQuest ebrary em 15 de Agosto de 2017.
LOW, Donald. **Behavioral Economics and Policy Design: Examples from Singapure**. London, US: Imperial College Press, 2011. Acessado via ProQuest ebrary em 15 de Agosto de 2017.
OTTESON, James R., ed. **What Adam Smith Knew: Moral Lessons on Capitalism from Its Greatest Champions and Fiercest Opponents**. New York, US: Encounter Books, 2014. Acessado via ProQuest Ebrary em 15 de Agosto de 2017.

Componente Curricular: Economia Comportamental de Questões Globais		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código:* 20000**
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	
Ementa		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Análise e reflexão sobre grandes questões globais a partir de uma perspectiva econômico-comportamental, com base em estudos publicados em múltiplas línguas (inglês, espanhol e português) por organizações internacionais. Pretende-se ir além dos aspectos técnicos da análise econômica tradicional e identificar como os contextos e os enfoques tendem a influenciar as opiniões e comportamentos – individuais e organizacionais. Lecionada inteiramente em língua inglesa, a disciplina expõe os participantes a discussões interdisciplinares em torno de grandes desafios da sociedade no século XXI.

Conteúdo Programático

I-Conceitos Básicos sobre Comportamentos Individual e Coletivo: Fundamentos da economia comportamental; racionalidade pura e racionalidade limitada; contexto, perspectivas (framing) e comportamento individual; regras de bolso (heuristics) e vieses cognitivos e sociais (cognitive and social bias). Noções de comportamento e processos organizacionais; comportamento antiético, contextos fortes (strong situations) e cegueira ética (ethical blindness). O modelo Garbage-Can de decisões organizacionais.

II-Grandes Questões Globais; como indivíduos e organizações se comportam em relação a: • Preconceito e discriminação; • Envelhecimento populacional (pensões e aposentadorias); • Consumismo e endividamento; • Degradação ambiental e redução da biodiversidade; • Mudanças climáticas; • Desnutrição e insegurança alimentar; • Migração.

III-Cenários Prospectivos para a América Latina: Riscos, oportunidades, fatos portadores de futuro e tendências.

Referências

Básicas:

ALTMAN, M. **Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments**. Abingdon, Oxon, **GB: Routledge, 2015**. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017.

AVILA, F. e BIANCHI, A. orgs. (2015). **Guia de Economia Comportamental e Experimental.** São Paulo. EconomiaComportamental.org. Disponível em: http://www.economiacomportamental.org. Acessado em: 24/01/2017.

WORLD BANK. (2015). **World development report 2015: mind, society, and behavior**. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015 . Acessado em: 09/02/2017.

Componente Curricular: Economia de Empresas		
***Período:* Sem Periodização**	***Tipo:* Optativo**	***Código: 04205***
Carga Horária Total: 60 h	*Número de Créditos: 04*	
Pré-Requisitos: Nenhum	*Co-Requisitos:* Nenhum	

Ementa

Metas empresariais; Análise da demanda; Economia de produção; Tecnologia de produção; Análise de custos; Mercados competitivos e análise das estruturas das indústrias; Forças competitivas; Teoria dos jogos; Regulamentação governamental.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Conteúdo Programático
1. Competição Perfeita: a empresa como uma Função de Produção 2.Custos de Produção no curto e no longo prazos 3. O equilíbrio da empresa no curto e longo prazos 4. A incorporação pela empresa dos Custos de Transação. 5. Custos de Transação e a estrutura da Empresa. 6. Virtudes e vicissitudes da abordagem baseada nos Custos de Transaçao 7. A empresa como um problema de Agencia. 8. O conflito Agente X Principal e o desempenho da empresa. 9.Contratos com informação perfeita e com informação assimétrica 10. A empresa como um problema de Recursos 11. A empresa vista sob a ótica das Capacitações Dinâmicas 12. Capacitações: rotinas e ação empreendedora. 13. A empresa sob a ótica da Economia Comportamental. 14. Barreiras à entrada e saída de competidores 15. o equilíbrio da empresa em um mercado de competição imperfeita
Referências
Básicas: FIANI., Ronaldo. **Economia de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2016. GREMAUD, Amaury et al. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007. BESANKO, Davi et al. **A Economia da Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2012. **Complementares:** McGUIGAN, James, MOYER, R. Charles, HARRIS, Frederick H. de B. **Economia de Empresa**. São Paulo: Thomson, 2004. THOMPSON, Arthur A., FORMBY, John P. **Microeconomia da Firma**. Rio de janeiro: PHB, 1998.

9.6 Funcionamento do Curso

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas funciona na modalidade presencial com regime de crédito flexível, em turno noturno e oferece 40 vagas por semestre. São oferecidas 34 disciplinas obrigatórias de 60 horas cada, cinco disciplinas optativas de 60

horas cada, TCC com 360 horas e Atividades Acadêmicas Complementares com 300 horas, perfazendo uma carga horária total de 3.000 horas e 200 créditos. O Bacharelado em Ciências Econômicas tem um período mínimo para integralização do Curso (quatro anos e meio) e um período máximo para integralização do mesmo (até sete anos).

As disciplinas optativas começam a ser oferecidas no 2º semestre, oportunizando ao aluno uma formação que atenda certas especificidades, visto que o mundo atual se encontra em rápida transformação, ou seja, vive-se uma realidade de mudança constante, de muita fluidez, com surpreendentes transformações. O atual contexto econômico é muito complexo, volátil, de alta mobilidade, com a presença constante de novos processos, movimentos e conflitos. Faz-se necessário oferecer uma orientação teórica para que o discente compreenda e atue na realidade com essas transformações.

O grande elenco de disciplinas optativas vai permitir aos alunos um maior grau de flexibilidade na definição de sua formação profissional, sem deixar de contemplar a formação básica do economista. Outra vantagem dessa grande quantidade de disciplinas optativas é que isso proporcionará também uma maior flexibilidade ao Curso, uma vez que ficará a cargo do Colegiado de Coordenação do Curso, sem maiores burocracias, introduzir disciplinas optativas que acompanhem as mudanças da realidade econômica e social, e atendam aos interesses dos discentes na compreensão dessas mesmas necessidades criadas pela dinâmica social.

O TCC é obrigatório e um dos itens a serem considerados para a integralização do Curso, podendo ser iniciados a partir do 7º semestre e concluídos no último semestre do Curso.

Em atendimento à Resolução nº 281/2017 do CEPE/UFRPE, aprova depósito legal de Monografia e Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação latu Sensu da UFPRE, será exigido que o discente efetue o depósito do TCC na Biblioteca como requisito para conclusão do Curso.

As Atividades Acadêmicas Complementares, inclusas na Formação Teórico-Prática do Curso, também são itens fundamentais para a integralização do mesmo, devendo ser apresentadas de acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 362, de 28 de dezembro de 2011. Tais atividades devem ser computadas considerando o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

No entanto, nenhuma carga horária das atividades acadêmicas complementares deve ser superior a 120 horas, de acordo com o art. 5º da Resolução UFRPE/CEPE nº 362/2011, para oportunizar o discente a desenvolver suas habilidades e competências em diversas áreas em sua formação Téorico-Prática.

Conforme disposição do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) constitui-se componente curricular obrigatório, sendo indicado no histórico escolar do estudante somente a situação regular com relação a essa obrigação. A situação de irregularidade do estudante junto ao ENADE irá ocorrer quando o estudante selecionado não comparecer ao exame, não preencher o Questionário do Estudante ou tiver o registro de participação indevido na prova.

O art. 2º da Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 ainda exige que o docente inclua métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos e, no caso do Curso de Ciências Econômicas, este deve ser realizado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

9.7 Estágio Não Obrigatório

Os estágios dos cursos de graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco são regulamentados em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como através das Resoluções UFRPE/CEPE nº 677, de 17 de dezembro de 2008; nº 678, de 17 de dezembro de 2008; nº 181, de 18 de abril de 2007; nº 405, de 24 de setembro de 2010; e nº 425, de 24 de setembro de 2010.

No Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, o discente pode optar pela modalidade de **Estágio Não Obrigatório**, sendo essa, uma atividade facultativa, que o estudante poderá realizá-lo a partir do segundo ano do Curso, desde que o mesmo tenha obtido **aprovação nas disciplinas de Cálculo N II e Economia I**.

Visando a integralização do curso, o Estágio Não Obrigatório pode ser equiparado como Atividade Acadêmica Complementar, com carga horária máxima de 120 horas, sendo

exigida a entrega do relatório final de estágio, para que este seja computado para fins de Atividades Acadêmicas Complementares.

É importante destacar que o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e, para sua realização, é necessário preencher os seguintes requisitos:

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior e atestado pela instituição de ensino;
- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Desse modo, é necessário que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas considere que a atividade exercida no estágio seja compatível com os requisitos pretendidos na formação, observando se estão em conformidade com as atividades recomendadas pelos conselhos de classe, bem como com as Diretrizes Curriculares do Curso.

Para a efetiva participação do estudante em sala de aula, o estágio não poderá exceder seis horas de trabalho e não deve ocorrer no turno em que o aluno está matriculado. Orientações e normas gerais sobre estágio encontram-se nas Resoluções disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

9.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade do currículo mínimo do Curso de Ciências Econômicas e consiste na formulação de um projeto de pesquisa e no seu desenvolvimento, na forma de um trabalho escrito e individual de pesquisa (monografia) ou pela publicação de artigo científico em revista especializada, com defesa da monografia/artigo, elaborado sob a orientação de um professor do Departamento de Economia ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas. A orientação acadêmica constitui atividade docente com computação de carga horária e declaração da Coordenação do Curso. Essa disciplina tem carga horária de 360 horas e pode ser cursada a

partir 8º período, tendo como pré-requisito a disciplina de Técnicas de pesquisa em Economia. Essa disciplina oferecerá ao alunado o diferencial, quando propõe aos estudantes a elaboração das técnicas necessárias para a elaboração do projeto de TCC. O TCC tem por objetivo geral exercitar o bacharelando nas práticas e condutas de pesquisa cientifica, bem como na formatação e apresentação de trabalhos acadêmicos.

A disponibilização destes trabalhos deverá ocorrer por meio de repositório institucional digital, como esclarece a Resolução CEPE/UFRPE nº 281/2017 que dispõe sobre o depósito legal de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu da UFRPE.

Ao final de cada semestre letivo, o Colegiado de Coordenação Didática (CCD) indicará seis professores do DECON para comporem a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC), que terá as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das normas de monografia/artigos;
- Supervisionar os projetos aprovados para evitar duplicação ou repetição temática;
- Indicar professor orientador a alunos que estejam sem professor orientador;
- Informar periodicamente à Coordenação do Curso sobre o andamento das atividades relacionadas à monografia;
- Designar, no início do semestre letivo, o calendário de atividades a serem desenvolvidas no semestre;
- Realizar reuniões mensais com os alunos matriculados em TCC e, se necessário, com o orientador;
- Compor Banca Examinadora ao final de cada semestre;
- Registrar, ao final do processo, as notas dos Trabalhos de Conclusão de Curso no SIGA;
- Julgar os casos omissos.

A apresentação do trabalho será feita em defesa pública com Banca formada por três docentes: o orientador do TCC, presidente da Banca; um segundo componente, sendo um professor da CTCC; e um terceiro componente, um docente à escolha do orientador ou da

Comissão. A nota final mínima para a aprovação do TCC é 7,0 (sete). O TCC também poderá ser substituído pela publicação de artigo em revistas especializadas, respeitados os padrões técnicos dessas produções. Todas as normas referentes ao TCC encontram-se no Apêndice "A" deste documento, complementadas pelos roteiros constantes nos Apêndices "B", "C" e "D".

9.9 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)

Conforme disposto na **Resolução UFRPE/CEPE nº 362, de 28 de dezembro de 2011**, a formação complementar inclui o cumprimento de certo número de créditos a ser cursado pelo aluno, em atividades complementares que lhe assegure uma formação mais específica em alguma área de conhecimento conexo.

No caso do Curso de Ciências Econômicas, os alunos deverão cumprir 300 horas de atividades complementares relacionadas à iniciação à pesquisa, prestação de serviços, eventos, cursos de atualização, extensão, difusão, fóruns, artigos técnicos, publicação didático-pedagógica, festivais, conferências, mesas redondas, projetos de ensino e extensão, iniciação científica, monitoria, encontros, oficinas, jornadas, seminários, colóquios, bem como outras atividades que integrem o saber acadêmico, a prática profissional ou conhecimentos e habilidades adquiridas dentro ou fora do ambiente escolar, que poderão ser reconhecidas para efeito de integralização da carga horária mínima requerida.

Para o cômputo das atividades complementares realizadas pelos alunos, estes deverão encaminhá-las através de processo para serem apreciadas e aprovadas pelo CCD do Curso e enviadas ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA). Entretanto, tais atividades têm que ser distribuídas de forma ampla, de maneira a não exceder 120 horas para cada tipo de atividade. As normas que orientam as atividades complementares encontram-se disponíveis nas Resoluções disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

10 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A seguir são apresentadas as metodologias que facilitam o processo de ensino-aprendizagem no âmbito do Curso, assim como as metodologias utilizadas para a sua avaliação. Também serão apresentadas as metodologias para a avaliação interna do Curso, para o reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades, assim como o uso de indicadores da avaliação institucional interna e externa com vistas à busca da melhoria contínua do Curso. Também será apresentada a metodologia de avaliação discente para identificação de disciplinas que estejam sendo obstáculos para o avanço discente, no que concerne ao tempo de integralização do Curso.

10.1 Metodologia de Ensino-Aprendizagem

Dentro do contexto das Ciências Sociais Aplicadas, o Bacharelado em Ciências Econômicas só ganha sentido se tiver em seu bojo e interesse final o desejo de transformar as teorias econômicas e métodos quantitativos em ações a serem desenvolvidas para o bem-estar da sociedade e na interação dela com o ambiente econômico. Nesse ínterim, há um campo de estudo a ser desbravado para atender às demandas e aos interesses da sociedade global e local. Na busca dessas soluções, é possível trilhar um caminho com infinitas possibilidades.

Isso só é possível quando utilizadas metodologias de ensino-aprendizagem que permitam ao corpo discente construir caminhos em que o bem-estar social seja o objetivo final de qualquer intervenção na esfera econômica. Para isso, faz-se importante a interação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Assim, as metodologias de ensino aproximam as teorias e os métodos (instrumentos) do seu objeto de estudo (sociedade no ambiente econômico).

No Curso de Ciências Econômicas são adotadas diversas estratégias no processo de ensino- aprendizagem. Entretanto, as principais metodologias utilizadas no Curso são a aula expositiva e a expositiva dialogada, aulas desenvolvidas, em geral, com utilização de projetor de multimídia e demonstração em quadro branco, de modo que esta permita aos

discentes assimilarem mais facilmente os desenvolvimentos teóricos apresentados nos livros, como apresentadas a seguir:

- *Aula expositiva dialogada*: essa estratégia caracteriza-se pela exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo. Em uma aula expositiva dialogada, o professor precisa contextualizar o tema de modo que mobilize as estruturas mentais do estudante para que este articule informações que já trazem consigo com as que serão apresentadas. O ponto forte dessa estratégia é o diálogo entre alunos e professor, com espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões, cujo conhecimento possa ser sintetizado por todos. Nessa estratégia, a avaliação pode ser realizada pela participação dos estudantes, contribuindo na exposição, questionando, respondendo, enfim, no diálogo da aula e/ou por atividades complementares, tais como sínteses escritas, produção de mapas conceituais, esquemas e resoluções de situações problema.
- *Aula expositiva*: caracteriza-se pela exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor, sem levar em conta o conhecimento prévio dos estudantes e espaços para questionamentos. Nessa estratégia, o foco é o professor, enquanto o aluno é um agente passivo, que recebe as informações transmitidas pelo professor. A avaliação pode ser feita com atividades de fixação, uma vez que não há espaço para reflexões e (re)construções no conjunto professor/aluno. Dessa maneira, o conteúdo inúmeras vezes é apenas decorado/reproduzido.

Entretanto, as demais metodologias utilizadas permitem que o discente aprofunde conhecimento teórico, domine instrumentos para a verificação empírica e utilize, concomitantemente, os conteúdos de várias disciplinas. Como exemplos, podem ser elencados:

- Leitura dirigida, exercícios e estudos de casos, que permitem ao aluno aprofundar os conteúdos teóricos ministrados em sala de aula, bem como dominar instrumentos para resolução de questões pertinentes a tais conteúdos.
- Trabalho em grupo, debates e seminários, que possibilitam a interação entre os alunos e o desenvolvimento da capacidade de argumentação, permitindo uma interação interdisciplinar, dado que, no processo de argumentação, são utilizados os conteúdos apreendidos em todas as disciplinas cursadas. Além disso, na apresentação dos resultados, são utilizadas técnicas apreendidas na disciplina de Metodologia e, não necessariamente, na disciplina foco do estudo.
- Laboratório, trabalho de campo e execução de pesquisa, que permitem a aplicação de todos os conteúdos apreendidos em sala de aula, ou seja, incitando novamente a interdisciplinaridade.

Em síntese, as disciplinas da área de Economia Aplicada permitem a interdisciplinaridade ao exigirem do corpo discente os conteúdos apreendidos nas disciplinas teóricas, de métodos quantitativos e de metodologia científica.

10.2 Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A Resolução UFRPE/CEPE nº 494, de 21 de outubro de 2010, regulamenta a avaliação do corpo discente da UFRPE, estabelecendo que os alunos dos cursos de graduação sejam avaliados pela frequência e pelo desempenho acadêmico.

Quanto à frequência, é exigido que o aluno compareça no mínimo a 75% da carga horária de cada disciplina. Vale salientar as seguintes excepcionalidades:

- *Abono de faltas*: a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, estabelece que os militares em exercício obrigatório de manobra terão direito ao abono das faltas;
- *Tratamento excepcional de faltas*:
  - Pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, a incapacidade física relativa;
  - Pela Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a estudante em estado de gestação.

Com relação à avaliação de desempenho, os discentes serão submetidos a duas avaliações de desempenho, dentre as três avaliações que são oferecidas na disciplina, sendo facultativo ao aluno submeter-se às três avaliações, com eliminação da menor nota para o cômputo da média. Não será permitida a realização das avaliações de aprendizagem se o aluno atingir o limite máximo de faltas para a disciplina. A nota máxima de cada avaliação é 10,0 (dez) e, com base na média aritmética, o discente pode ser enquadrado em uma das seguintes situações:

- Média igual ou superior a 7,0 (sete) em duas verificações de aprendizagem, ficando dispensado de prestar o exame final: o aluno é classificado como aprovado por média;
- Média final superior a 5,0 (cinco) entre a média de duas verificações de aprendizagem e a nota do exame final: o aluno será classificado como aprovado.

A terceira verificação de aprendizagem e a avaliação final abordará todo o conteúdo da disciplina e, para obter aprovação, o aluno deverá obter média, considerando soma da média das duas VA's com a nota da prova final, de no mínimo cinco pontos.

Será reprovado na disciplina o aluno que se enquadre nos seguintes casos:

- Frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%) da carga horária da disciplina;
- Deixar de realizar duas das três verificações de aprendizagem;
- Obtiver média inferior a 3,0 (três) após a realização de duas verificações de aprendizagem;
- Obtiver média inferior a 5,0 (cinco) após a média de duas verificações de aprendizagem e a nota do exame final.

De acordo com o art. 4º da Resolução UFRPE/CEPE nº 494/2010, dentre as metodologias utilizadas para a avaliação do desempenho acadêmico, podem ser utilizadas

uma única prova escrita ou de avaliações parciais sob a forma de testes escritos, orais ou práticos, trabalhos escritos, relatórios de trabalhos de campo, seminários ou de quaisquer outros instrumentos de avaliação, dependendo da natureza da disciplina e da orientação docente.

O aluno poderá solicitar revisão de prova/trabalho mediante solicitação ao departamento ao qual a disciplina está vinculada, no prazo de dois dias úteis após a divulgação das notas.

Os alunos que apresentarem dificuldade de rendimento serão acompanhados pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA), a qual é integrada pelo Coordenador do Curso, dois professores e um estudante. A Resolução UFRPE/CEPE nº 154, de 22 de maio de 2001, em seu art. 5º, destaca que a COAA deve acompanhar os alunos com mais de 70% do prazo de integralização, emitir parecer sobre rendimento insuficiente e dilação de prazo, propor oferta de disciplinas visando recuperação pedagógica dos alunos e orientar os alunos no período anterior à matrícula.

10.3 Mecanismos de Avaliação do Curso

A avaliação como um processo participativo inclui a análise não só do produto, mas, especialmente, da metodologia e, ainda, dos próprios instrumentos avaliativos. Nesse ínterim, visa-se melhorar a qualidade do Curso, aperfeiçoar o processo de formação dos estudantes e ampliar o autoconhecimento institucional sobre as condições de desenvolvimento do Curso.

As avaliações pertinentes ao Curso referem-se ao Acompanhamento de Indicadores Institucionais Internos (CPA), ao Diagnóstico Acadêmico Discente/Docente, à Avaliação dos Cursos e ao Acompanhamento da Adequação aos Padrões de Qualidade dos Cursos Superiores do MEC.

Assim, o Programa de Autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas subsidiará o planejamento e a gestão do Curso, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação à comunidade acadêmica. Para isso, tornar-se-á necessário que se promova a conscientização

sobre a necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos, que se reconheça a legitimidade e a pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados, e que haja envolvimento direto de toda a comunidade acadêmica na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo do desempenho do Curso.

A autoavaliação no Curso pretenderá ampliar o autoconhecimento e favorecer a tomada de decisão. Dessa maneira, o autoconhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo Curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os efeitos das situações verificadas e permitindo que o Curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o Curso desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado na avaliação interna da UFRPE, através dos dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões/relações didático-pedagógico-acadêmicas; ao contrário, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos e alternativas. Dessa maneira, um dos instrumentos utilizados na busca de informações pertinentes ao Curso será o Boletim CPA, que trata de dados referentes às Políticas Acadêmicas da instituição e como elas são reconhecidas, ou não, pela comunidade acadêmica.

O Diagnóstico acadêmico discente/docente também será utilizado como instrumento para a busca de informações com o objetivo de avaliar o cumprimento, ou não, das normas referentes às políticas acadêmicas adotadas pela instituição. Dessa maneira, o objetivo da avaliação discente/docente é garantir ao discente a qualidade do ensino e, ao docente, o resultado de sua prática didático-pedagógica, a fim de que as avaliações culminem em melhoria contínua do Curso.

Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

Assim, serão feitas avaliações de desempenho semestrais que ficarão sob a responsabilidade de um Comitê de Avaliação, formado por membros do CCD, o qual se

responsabilizará pela elaboração/atualização do questionário, assim como tabulação dos dados e devolutiva (privada) ao docente, ao Diretor do Departamento e ao Coordenador do Curso. A proposta do questionário deverá considerar itens apenas referentes à prática pedagógica do docente e às normas relacionadas às politicas acadêmicas adotadas pela instituição.

Esse programa procurará adequar-se à realidade do Curso, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não punição, valorização, compromisso, sistematização e continuidade.

Em conjunto com os dados elencados no parágrafo precedente, serão utilizadas informações mais específicas dos discentes e docentes do Curso de Ciências Econômicas para identificar entraves/gargalos característicos do mesmo. Mais especificamente, serão montadas bases de dados coletados no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIG@), possibilitando o cálculo dos indicadores de índice de aprovação por disciplina e nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso no Curso. Para esse acompanhamento, a COAA tem um papel fundamental, visto que sua principal função é acompanhar os alunos que apresentam dificuldades e que correm risco de ultrapassar o tempo limite para integralização do Curso.

Assim, esta Comissão ficará responsável pela geração dos indicadores obtidos a partir da base de dados disponibilizada no SIG@. Para geração de tais dados, a COAA utilizará de toda a infraestrutura da Coordenação de Economia. Nesse sentido, esse conjunto de informação permitirá:

- Realizar diagnóstico acerca das disciplinas nas quais o corpo discente tem apresentado mais dificuldade para obter a aprovação;
- Identificar disciplinas que requerem a oferta de turma extra.

A partir disso, será possível verificar a evolução histórica do desempenho dos discentes por disciplina, por tipo de ingresso ou quaisquer outros aspectos que sejam identificados como relevantes para aperfeiçoamento do PPC.

Também serão considerados, no âmbito da avaliação do Curso, os dados da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME), a qual tem como objetivo desenvolver a política de acompanhamento e monitoramento dos egressos, levando

em consideração as oportunidades de formação profissional e educação continuada, de inserção no mundo do trabalho e de implementação de ações institucionais para atender às exigências científicas, mercadológicas, econômicas e sociais.

Assim, esta Comissão busca, a partir de suas avaliações, interagir com o egresso para obter informações sobre o curso finalizado na instituição. A cada ano, a CAME desenvolve um instrumento que busca identificar a visão desse ex-aluno, a partir da sua vivência acadêmica, sobre a relação entre ensino e mercado de trabalho, onde é possível avaliar a matriz curricular, a relação ensino/prática, dentre outros aspectos. Os resultados apresentados podem contribuir para a autoavaliação do Curso, para que as demandas do egresso que está no mercado de trabalho sejam consideradas em seu planejamento interno.

Tais avaliações também serão discutidas com o NDE e com o CCD, para que os resultados apresentados possam ser aproximados do processo de planejamento e possam fomentar mudanças e/ou atualizações do Projeto Pedagógico do Curso.

O Programa de autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas encontra-se no Apêndice “E” desse documento.

11 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 65, de 16 de fevereiro de 2011, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem por finalidade a atualização e a revitalização do mesmo.

O NDE do Curso de Ciências Econômicas é constituído por sete professores e tem as seguintes atribuições:

- Estabelecer o perfil profissional do egresso;
- Atualizar periodicamente o PPC;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para a aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso, definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de graduação em Ciências Econômicas.

O NDE do Curso de Ciências Econômicas se reúne mensalmente e, extraordinariamente, sempre que o Presidente do NDE (Coordenador do Curso) convocar, sendo as suas decisões tomadas por maioria simples dos votos, com base no número de presentes.

12 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD)

O Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do Curso de Ciências Econômicas, seguindo as regras presentes no Estatuto e no Regimento da UFRPE, é composto pelo Coordenador do Curso, seu Substituto Eventual, por um ou mais docentes de cada Departamento que participa do ensino no Curso e de um representante discente.

Considerando o conjunto de disciplinas que integram a matriz curricular do Curso, o CCD do Curso de Ciências Econômicas é integrado por:

- Um docente de cada um dos seguintes Departamentos: Administração, História, Ciências Sociais, Informática e Matemática;
- Cinco docentes do Departamento de Economia, dentre os quais o Coordenador e seu Substituto Eventual, que se constituem membros natos;
- Um representante estudantil do Curso.

Seguindo o art. 53 do Regimento Geral da UFRPE, aprovado pela Resolução UFRPE/CONSU nº 96, de 09 de setembro de 1975, o CCD do Curso de Ciências Econômicas desempenha as seguintes atribuições:

- Elaborar modificações ao currículo pleno do Curso, propondo-as ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o elenco de disciplinas optativas do Curso;
- Promover, através de propostas devidamente justificadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a melhoria contínua do Curso;
- Propor à Câmara competente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, modificações nos planos dos respectivos cursos;
- Estudar e analisar, em cada período letivo, os planos de ensino das disciplinas do currículo pleno do Curso, fixados pelos respectivos Departamentos, sugerindo a estes as modificações julgadas necessárias;
- Deliberar acerca do aproveitamento de estudos e adaptações, ouvidos os respectivos Departamentos;

- Eleger as listas tríplices para Coordenador e Substituto Eventual do Curso;
- Aprovar o Regimento do Diretório Acadêmico do Curso, submetendo-o depois à homologação do Conselho Universitário;
- Exercer as demais funções que lhe são, explícita ou implicitamente, deferidas em lei, no Estatuto e no Regimento Geral da UFRPE;
- Deliberar sobre os casos omissos, na esfera de sua competência.

O Colegiado de Coordenação Didática do Bacharelado em Ciências Econômicas realiza uma reunião ordinária por mês e, extraordinariamente, sempre que o Coordenador convocar.

13 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

Segundo o Artigo nº54 do Estatuto e Regimento Geral da UFRPE são atribuições do Coordenador:

> ART. 54 - A coordenação didática de cada curso de graduação e de pós-graduação é exercida por um Colegiado de Coordenação Didática, constituído pelo Coordenador do Curso, como presidente, pelo Vice-Coordenador, como vice-presidente, por um ou mais docentes de cada Departamento, que participe do ensino do Curso, e por representante(s) do corpo discente de graduação e de pós-graduação, escolhidos na forma da legislação vigente, com mandato de um (1) ano, permitida uma recondução.
> § 1º - Os Departamentos responsáveis por mais de cinco (5) disciplinas obrigatórias em um Curso de Graduação, têm maior representação no Colegiado correspondente, de acordo com normas constantes do Regimento Geral.
> § 2º - O Coordenador e o Vice-Coordenador de cada Curso são designados pelo Reitor, de lista tríplice, eleita pelo respectivo colegiado.
> § 3º - As eleições dos componentes das listas tríplices, referidas no parágrafo anterior, bem como a designação dos integrantes do Colegiado de cada Curso, são disciplinadas no Regimento Geral.

Ademais, o Coordenador do Curso busca gerir o bom funcionamento do Curso buscando asseguras as atividades didáticos-pedagógicas desenvolvidas pelos discentes.

14 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Dois Irmãos, em linha com as diretrizes constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2013-2020, registra, desde sua criação, um forte compromisso com a formação integradora e reflexiva de cidadãos críticos, éticos e inovadores. O Curso tem amplo retrospecto e crescente potencial para parcerias e cooperações institucionais com entidades públicas e privadas, convergindo com os esforços da UFRPE pela construção e pela popularização de saberes científicos, tecnológicos e culturais.

Em linha com as políticas institucionais de permanência, o Curso tem inovado com projetos especiais de acolhimento aos novos discentes, assim como na oferta de oficina de reforço à formação matemática, reconhecida causa de retenção e evasão no passado. Ao contar com a colaboração de professores de outros departamentos e do próprio Diretório Acadêmico nessas iniciativas, o Bacharelado em Ciências Econômicas revela desde cedo aos discentes ser pautado pela responsabilidade social e pela busca da excelência na educação superior pública.

O Curso está, ainda, pronto e determinado a contribuir com a ampliação de oportunidades para cooperação internacional, por um lado, e com os esforços para melhor atendimento de discentes com necessidades especiais, por outro. São desafios que a UFRPE reconheceu e abraçou para seu desenvolvimento nos próximos anos, com os quais discentes e servidores do Bacharelado em Ciências Econômicas muito se identificam e, portanto, pretendem contribuir decisivamente.

15 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

A principal via de integração do Bacharelado em Ciências Econômicas com a Pós-Graduação refere-se ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), que, desde 2010, inaugurou uma política para integrar as graduações da UFRPE de áreas afins ao mesmo. Trata-se do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação, que promove os seguintes objetivos específicos:

- A familiarização dos alunos de graduação com as técnicas e as várias etapas do desenvolvimento de pesquisas;
- O desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais relevantes para os futuros profissionais de ciências humanas e sociais, despertando e ampliando habilidades de comunicação interpessoal e apresentação pessoal dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e Administração da UFRPE.

Esta integração promoveu a participação de mais de 40 alunos da graduação em atividades de pesquisa. Outra forma de integração do PADR com a graduação refere-se à carga horária dedicada pelos professores do Programa à docência: todos os docentes do corpo permanente do PADR ministram, em média, duas disciplinas de 60 horas/aula na graduação. No que se refere ao Programa de Iniciação Científica e projetos de pesquisa, docentes e alunos das graduações de áreas afins à linha temática de pesquisa do mestrado participaram de pesquisas do PADR subsidiadas por instituições financiadoras (CNPq, FACEPE e UFRPE).

16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSIONISTA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO

A formação do corpo discente, no âmbito da universidade pública deve considerar o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Nesse contexto, há várias ações que determinam o eixo fundamental da indissociabilidade entre essas funções básicas. No Bacharelado em Ciências Econômicas, exemplos de tal integração são pontuados a seguir:

- *SEMECO – Semana de Economia (DA/Coordenação)*: com iniciativa do DA de Economia e apoio da Coordenação do Curso, a SEMECO visa fomentar debates e discussões sociais, econômicas e políticas, bem como promover o Bacharelado em Ciências Econômicas na região. Esse evento ocorre anualmente e promove palestras, debates e minicursos com ampla participação do corpo discente e docente. Nesse evento também há espaço para apresentação de trabalhos científicos, onde são discutidos os resultados de pesquisas e extensões desenvolvidas pelos estudantes ou pelos professores.
- *Workshop de Economia (Coordenação/DA)*: com iniciativa da Coordenação do Curso e apoio do DA, o Workshop de Economia tem por objetivo promover a integração dos discentes com os egressos do Curso, assim como dar publicidade às atividades acadêmicas, com a apresentação de artigos premiados, teses e outros formatos de produção científica e extensionista da comunidade acadêmica do Curso e da UFRPE. Nesse evento também há espaço para o trabalho desenvolvido pela Empresa Júnior, em parceria entre os Bacharelados de Ciências Econômicas e Administração, e também para a apresentação do trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME).
- *Recepção dos calouros*: no início de cada semestre, a Coordenação faz uma atividade de recepção dos calouros, com a apresentação da Universidade (Aula Magna), bem como a exposição das instalações físicas do Curso, do funcionamento do mesmo, dos direitos e dos deveres do estudante (Manual do Estudante), das linhas de pesquisa do Curso, dos programas de apoio aos

discentes, além da apresentação do DA. Essa é uma forma de integrar os alunos ingressantes à nova rotina universitária, criando laços entre calouros e veteranos.

- *Participação na JEPEX/UFRPE*: a Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE tem como objetivo oportunizar à comunidade acadêmica a troca de ideias e experiências, com a apresentação de trabalhos acadêmicos, mesas-redondas, seminários e minicursos. Como há a integração dos três pilares da educação superior, ensino, pesquisa e extensão, o Curso de Ciências Econômicas sempre está presente nessa atividade, seja na participação discente, com apresentação de trabalhos científicos e de extensão, seja na participação do corpo docente na organização do evento, com participação em mesas-redondas ou oferta de minicursos.
- *Feira de Profissões da UFRPE*: a feira de profissões tem por objetivo socializar as informações sobre a vida acadêmica e o mundo do trabalho para quem deseja ingressar no ensino superior e identificar sua vocação profissional. A feira tem como principal público-alvo os discentes do Ensino Médio, onde lhes são apresentados em *stands* os diversos cursos de graduação oferecidos na instituição, além de oferecer palestras de orientação profissional, atividades culturais e de lazer. O Curso de Ciências Econômicas também participa da feira em um *stand* com apresentação do mesmo, áreas de atuação e práticas exercidas nas disciplinas do Curso. Na feira há parceria com o CORECON, o qual participa com minipalestras e envio de material de divulgação sobre a área de Economia.
- *Parcerias com o CORECON*: o Conselho Regional de Economia realiza diversas atividades que contribuem para a formação complementar do discente, dentre as quais a realização de eventos e palestras, em especial na Semana do Economista; a realização da gincana de conhecimentos, no qual o corpo discente é incentivado a participar e os discentes vencedores da etapa regional representam o Estado de Pernambuco na etapa nacional; além do Prêmio Pernambucano de Monografia Dirceu Pessoa. Tais atividades, além de buscarem integrar a teoria e a prática, contribuem para a formação complementar do discente.

- *Nivelamento de Matemática*: a Coordenação, em parceria com uma equipe formada por docentes e discentes dos Departamentos de Economia e Matemática, oferece semestralmente um Curso de Nivelamento para os ingressantes no Bacharelado em Ciências Econômicas, com 40 vagas. O Curso tem como objetivo revisar os conteúdos de cálculo ministrados no Ensino Médio, o que possibilita que o ingressante no Curso melhore seu desempenho nas disciplinas de Cálculo e naquelas que exigem conteúdos quantitativos. O Curso é oferecido em dois módulos ministrados sequencialmente, mais especificamente:
    - *Módulo I*: aborda os conteúdos ministrados no Ensino Médio, tendo como objetivo principal o nivelamento do conhecimento do corpo discente;
    - *Módulo II*: discorre sobre funções, assunto que constitui o primeiro tópico do conteúdo programático de Cálculo NI. Como o Curso é ministrado no primeiro mês de aula, este módulo serve de reforço ao conteúdo ministrado em sala.

17 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

No mundo contemporâneo, torna-se imprescindível a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e a UFRPE não poderia estar fora desse processo de transformação e mudança em nível global. Nesse aspecto, o *site* institucional da UFRPE torna-se o principal canal de comunicação e informação para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, na divulgação de suas ações (www.ufrpe.br).

A utilização de tais tecnologias nas instituições de ensino está cada vez mais integrada ao processo de ensino-aprendizagem, assim como torna mais fluído os canais de comunicação interno. Na UFRPE, o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) apresentou para a comunidade acadêmica o serviço de Ambiente Virtual de Suporte à Aprendizagem (AVA-UFRPE) no ano de 2015, uma plataforma institucional para apoio ao ensino e à aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação presencial e à distância. O AVA-UFRPE permite que os professores dos cursos de graduação e pós-graduação utilizem um ambiente padronizado e customizado para apoiar as suas atividades de ensino, bem como favorece as interações extraclasse com os alunos matriculados nas disciplinas.

No Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, o AVA-UFRPE vem sendo cada vez mais utilizado por seus professores. Para o efetivo uso da ferramenta, a CAP/PREG (Comissão de Aperfeiçoamento da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação) oferece cursos de atualização e uso do sistema.

Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, o AVA-UFRPE vem sistematicamente sendo utilizado pela Comissão de TCC como um canal de acompanhamento e comunicação com os discentes matriculados nesta disciplina, com disponibilização de todo material pertinente à finalização do TCC, como manual de orientação, modelos, cartas de aceite etc.

Outra importante ferramenta de comunicação entre a comunidade acadêmica do Bacharelado em Ciências Econômicas é o *site* da Coordenação do Curso (www.bce.ufrpe.br). Neste ambiente virtual estão disponibilizadas informações pertinentes ao Curso, como matriz curricular, disciplinas, calendário acadêmico, eventos, entre outras. Além disso, dispõe de contatos diretos com a Coordenação, via e-mail e telefone institucional, aproximando cada

vez mais os discentes da Coordenação. Além desses canais, a Coordenação dispõe de horário específico para atendimento discente, de forma presencial.

Embora não seja institucional, as redes sociais configuram outro importante canal de comunicação da comunidade acadêmica, em especial para os discentes. Assim, o Bacharelado em Ciências Econômicas possui um grupo dentro da rede social *Facebook* (https://www.facebook.com/groups/Economiaufrpe/), em que se disponibilizam todas as informações pertinentes ao Curso, mas também de outras comissões institucionais, como CPA, Coordenação de Estágios (oportunidades de estágio), CAME e Coordenação do Curso. Além disso, também é utilizada como um importante canal de divulgação de notícias institucionais e comunicação interna entre os discentes e entre docentes-discentes.

18 APOIO AO DISCENTE

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) visa o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da UFRPE, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, e do aumento permanente da sua eficácia institucional e sua efetividade acadêmica e social. Isso se dá através do desenvolvimento de políticas que garantam a igualdade de oportunidades, proporcionando aos acadêmicos da UFRPE condições para sua permanência e conclusão do Curso, objetivando atender o aluno em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil para um pleno desenvolvimento acadêmico.

Para tanto, utiliza-se de diversas ações de apoio:

- Programa de Apoio ao Discente (PAD, Res. UFRPE/CONSU nº 21/2017): bolsa de apoio acadêmico, auxílio transporte e alimentação;
- Programa de Apoio à Gestante (Res. UFRPE/CONSU nº 112/2014): auxílio creche e tratamento especial de faltas (120 dias após o nascimento da criança);
- Programa de Apoio ao Ingressante (PAI, Res. UFRPE/CONSU nº 23/2017): bolsa de apoio acadêmico com duração de três meses após a matrícula;
- Auxílio Moradia (Res. UFRPE/CONSU nº 62/2012): aprova e define normas para concessão de auxílio moradia para discentes de graduação;
- Programa De Volta ao Lar (Res. UFRPE/CONSU nº 228/2013): concessão de ajuda de custo para discentes residentes nas casas do estudante;
- Auxílio recepção/hospedagem (Res. UFRPE/CEPE nº 81/2013): auxílio recepção/hospedagem de discentes provenientes dos programas de Cooperação Internacional;
- Ajuda de custo (Res. UFRPE/CEPE nº 188/2012): concessão de ajuda de custo para congresso (discente da graduação de cursos presenciais da UFRPE);
- Aulas de nivelamento (Res. UFRPE/CEPE nº 486/2010): concessão de Bolsas Especiais de Auxílio Acadêmico para alunos de graduação da UFRPE;

- Bolsa de Informática (Res. UFRPE/CEPE nº 488/2010): concessão de Bolsa de Informática para alunos de graduação da UFRPE;
- Auxílio Manutenção (Res. UFRPE/CONSU nº 27/2017): concessão de ajuda de custo para promover a permanência de discentes residentes e com vulnerabilidade social da UFRPE;
- Bolsa Coral Universitário (Res. UFRPE/CEPE nº 204/2015): Programa de Incentivo à Cultura para concessão da Bolsa Coral Universitário, visando atender aos discentes de graduação da UFRPE;
- Ajuda de custo – Jogos Estudantis (Res. UFRPE/CEPE nº 184/2007): concessão de ajuda de custo para discente de graduação da UFRPE para participação em jogos estudantis, regionais e nacionais;
- Restaurante Universitário: parte integrante dos Programas de Assistência Estudantil, tem como objetivo oferecer refeições a preços reduzidos aos discentes regularmente matriculados na UFRPE;
- Programa de Residência Estudantil (Res. UFRPE/CONSU nº 108/2016): assegurar residência, manutenção, alimentação e assistência médica, odontológica e psicológica a estudantes carentes e que não moram na Região Metropolitana do Recife, durante o curso de graduação.

O atendimento ao discente também tem o apoio do Programa de Monitoria. O Programa Institucional de Monitoria (Res. UFRPE/CEPE nº 262/2001) é uma atividade que visa despertar nos discentes o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e do desenvolvimento das disciplinas, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas. São selecionados alunos que demonstram capacidade para realizar tarefas que auxiliem os discentes no melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados e na realização de trabalhos pedagógicos. A Monitoria é organizada em duas modalidades: remunerada e voluntária. Na remunerada, o estudante recebe uma bolsa, em valor previamente fixado pela UFRPE e proporcional ao

número de dias letivos em atividade. Na voluntária, o monitor enquadrado recebe, a título de incentivo, declaração para comprovação de atividades complementares.

A UFRPE preocupa-se também com o acompanhamento dos egressos. A Política de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos da UFRPE segue as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, foi criada a Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos (CAME), que tem como objetivo, com base no PDI e no PPI da UFRPE, desenvolver uma política de acompanhamento dos egressos por meio de projetos que visem à realização de estudos, análises, parcerias e eventos temáticos, educação continuada, dentre outras ações que possibilitem o retorno do ex-aluno à UFRPE, objetivando avaliar o grau de inserção desses profissionais no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, verificando a qualidade do ensino e a eficácia dos currículos na formação de profissionais e na demanda da própria sociedade.

Ademais, o apoio à saúde é ofertado pelo Departamento de Qualidade de Vida (DQV), que tem a missão de desenvolver ações de saúde voltadas à população da UFRPE, estudantes, funcionários e seus dependentes, assim como comunidade circunvizinha. Também oferece campanhas de saúde preventivas como vacinação e prevenção ao câncer de mama. Outros serviços oferecidos são os tratamentos odontológicos e psicológicos.

Por fim, vale citar a ação da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), que tem a finalidade de ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFRPE. Esta foi estabelecida no ano de 2007, a partir da necessidade crescente de unificar ações existentes de cooperações internacional vigentes na Universidade, bem como estabelecer novos convênios, de acordo com as necessidades de cada departamento.

Para o Curso de Ciências Econômicas, a ACI, através do Brasil França Agricultura (BRFAGRI), promove o Programa de Intercâmbio para os discentes da UFRPE com instituições francesas de ensino. O principal objetivo é contribuir para a qualidade de ensino de graduação nas instituições participantes, estimulando a troca de experiências internacionais a estudantes e a docentes. Além disso, o programa consiste em projetos de parcerias universitárias nas áreas de Ciências Agronômicas, Agroalimentares, Veterinária e Economia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os

países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

19 ACESSIBILIDADE

Com a finalidade de atender a discentes, docentes, técnicos-administrativos e terceirizados com deficiência ou mobilidade reduzida, quanto a seu acesso e permanência na Universidade, a UFRPE instituiu o Núcleo de Acessibilidade (NACES) em 2013, iniciando os projetos e procedimentos estratégicos e operacionais, a partir da identificação do público-alvo das ações de acessibilidade a serem desenvolvidas na instituição. No entanto, na UFRPE, o conceito de acessibilidade é entendido em um contexto mais amplo, visando atender questões referentes à acessibilidade pedagógica, referente à prática de ensino-aprendizagem de forma inclusiva e à acessibilidade atitudinal, referindo-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

No que concerne à acessibilidade pedagógica, o Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações para provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das mesmas, conforme as características da deficiência.

Das práticas desenvolvidas pelo NACES para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência e a inclusão pedagógica e atitudinal, são destacadas as seguintes ações:

- *Acessibilidade Física/Arquitetônica*: diagnóstico arquitetônico de acessibilidade da UFRPE (sede) e Unidades Acadêmicas, com obras para adaptação de estruturas com fins de acessibilidade em diversos órgãos, Centros Acadêmicos e Departamentos na Universidade. É importante destacar que a Transrural (via interna recentemente pavimentada) contempla calçadas acessíveis, com adequação de largura, colocação de piso tátil e rebaixamento de piso. Outra importante ação refere-se à colocação de piso tátil nas calçadas da via principal. Além disso, ainda no campo da acessibilidade física/arquitetônica, o NACES mapeou os banheiros acessíveis, as vagas nos estacionamentos para portadores de deficiência e idosos, e dos veículos para transporte acessível, existentes na UFRPE. Vale destacar também a aquisição de mobiliário acessível.

- *Acessibilidade pedagógica, de comunicação e informação*: após a estruturação do NACES, foi composta uma equipe mínima de trabalho para iniciar ações de apoio pedagógico e oferecer recursos de acessibilidade aos discentes. Nesse aspecto, a UFRPE já conta com a presença de tradutores intérpretes de Libras e pedagogos. Há a perspectiva, via liberação de disponibilidade de vagas pelo MEC, de ampliação da equipe de pedagogos, bem como absorver braillistas para trabalhar com os estudantes com baixa visão e/ou cegueira. Também há a perspectiva de aquisição de tecnologias assistivas para implantação do projeto piloto de sala de recursos em sua Biblioteca Central. Com a implantação da sala de recursos, será iniciado o trabalho de produção de material acessível para os discentes acompanhados pelo NACES. Além disso, o NACES oferece cursos de capacitação em Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sobre Acessibilidade e Inclusão.

Como o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da sede está instalado no Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE), vale ainda destacar que este tem se beneficiado da maioria das ações de acessibilidade e inclusão, seja na acessibilidade física/arquitetônica, seja das ações de acessibilidade pedagógica, de comunicação e de informação.

Atender as necessidades especiais de cada estudantes demonstra ser um desafio a ser superado por todos os cursos, em qualquer nível da educação. Para o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/SEDE esse desafio se apresenta como uma forma de promover condições de igualdade, bem como a conquista da autonomia do estudante. Nesse contexto, o docente deve entender e buscar se especializar às especificidades inerentes a cada tipo de condição especial que o discente venha apresentar, seja ela: visual, auditiva, entre outras. Assim, cursos devem ser realizados antecipadamente pelo docente, objetivando atender uma demanda possivelmente relacionada a qualquer tipo de condição especial que o discente venha a apresentar. O docente também pode solicitar a presença de intérpretes de Libras, por exemplo, até que as necessidades possam ser superadas pelo mesmo na condução da disciplina.

Como já dito, a prática da educação inclusiva se faz necessário e com ela algumas tecnologias assistivas devem ser implementadas a fim de promover condições equitativas entre os discentes. Assim, o discente Bacharel em Ciências Econômicas da UFRPE/SEDE pode fazer uso de conteúdos programáticos adaptados, tradução e interpretação em Libras, leitores de tela, softwares ampliadores de comunicação alternativa, aquisição de livros em Braille, texto impresso e ampliado, descrição de slides, envio de materiais de forma antecipada, entre outros. A UFRPE vem desenvolvendo o Laboratório de Acessibilidade para Adaptação e produção de materiais em braile, em fonte ampliada, formato digital e conversão em áudio.

Quanto aos métodos avaliativos, os docentes podem fazer uso de diversos métodos, pelos quais devem atender as especificidades de cada deficiência, sejam eles: dilatação de tempo de avaliação, apresentações de trabalhos em dupla, em equipes ou individual, prova oral, individualizada, sinalizada, ampliada, em Braile, em Libras, com recurso de tecnologias assistivas, permanência de profissional de apoio ou intérprete de Libras em sala, entre outros.

20 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos corresponde à dispensa de cumprimento de disciplinas regulares do curso, quando a mesma ou uma equivalente em conteúdo e carga horária são cumpridas em outro curso superior, seja no âmbito da UFRPE ou de outra instituição.

Na UFRPE, a dispensa de disciplinas encontra-se normatizada pela Resolução CEPE/UFRPE nº 442/2006. Para que sejam creditadas, as disciplinas cursadas deverão:

a) Ser equivalentes em, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do conteúdo programático às correspondentes disciplinas que serão dispensadas;

b) Ter carga horária igual ou superior àquela das disciplinas a serem dispensadas;

c) ser oferecidas regularmente pela Instituição onde foram cursadas como integrantes do currículo de um curso devidamente reconhecido.

O pedido de dispensa da disciplina será dirigido ao coordenador do curso do solicitante, através de requerimento, acompanhado de histórico escolar ou declaração e do programa da disciplina a ser creditada. No requerimento deverão ficar esclarecidos códigos e denominações da disciplina a ser creditada e da disciplina a ser dispensada. Os pedidos de dispensa serão analisados por docentes representantes dos cursos e homologados pelo CCD.

Em se tratando de disciplina cursada na UFRPE, a dispensa será analisada e decidida diretamente pelo Coordenador, que informará ao CCD das dispensas, sendo obrigatório o registro em ata. Existe a possibilidade de abreviação do tempo de formação para os alunos que demonstrem extraordinário aproveitamento nos estudos, como previsto na Lei nº 9.394/96, no Art. 47, § 2º. Este aparato legal ainda está em processo de regulamentação pela UFRPE com base na Resolução CFE nº 1/94 e na Resolução CES/CNE 02/2015.

21 INFRAESTRUTURA DO CURSO

A estrutura física do DECON foi herdada da divisão do antigo Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH). Deste departamento, desmembraram-se inicialmente os Departamentos de Administração (DADM), Educação Física (DEFIS), Ciências Sociais (DECISO) e História (DEHIST). Em 2014 o Departamento de Letras (DL) foi desmembrado do DLCH, restando apenas o Departamento de Economia (DECON), que passou a ser assim identificado somente a partir da Resolução UFRPE/CONSU nº 45, de 09 de abril de 2014, a qual aprovou a criação do Departamento e deu providências para que as antigas instalações do DLCH passassem ao uso exclusivo do DECON.

Dessa divisão, ficaram então acordados que alguns espaços remanescentes do DLCH ficariam sob a administração do DECON, sobretudo nos prédios DLCH-1, DLCH-3 e DLCH-4. Nesses espaços, funcionam as áreas administrativas do Departamento e do Curso de Ciências Econômicas, como Direção, Coordenação, Apoio Didático, Diretório Acadêmico, dentre outros. As salas de aulas disponibilizadas para o Curso ficam localizadas no Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE), contando com oito salas de aula equipadas com quadro branco, carteiras e equipamentos de ar-condicionado e audiovisual, como televisores e projetores de multimídia.

O CEGOE também conta, em sua infraestrutura, com oferta de banheiros, sala de seminários, auditório e acessibilidade para a comunidade acadêmica com mobilidade reduzida. No Quadro 9, a seguir, apresenta-se a descrição dos prédios e seus respectivos usos:

Quadro 9: Descrição dos prédios e usos do DECON.

Prédio	Descrição	Uso e administração
DLCH-1	01 pavimento de 200 m^2	Destinado ao **DECON**, nele funcionam seu Apoio Didático e sua Secretaria, seis salas de professores, Diretoria, almoxarifado, além de copa e área de WC. O prédio ainda dispõe de duas salas destinadas a Diretórios Acadêmicos, uma para o D.A. de Ciências Econômicas e outra para o D.A. de História.
DLCH-3	01 pavimento de 280 m^2	Utilizado por vários Departamentos, nele funcionam os Apoios Didáticos do DECISO e do DL, o **Laboratório de Informática do DECON** e salas do DADM (Coordenação do PROFIAP), DECISO (Laboratório) e DEHIST (Laboratório).
DLCH-4	01 pavimento	Nele funcionam a Coordenação do **Bacharelado em Ciências**

	de 280 m^2	**Econômicas** e o D.A. de Administração. O prédio ainda conta com três salas de aula ociosas por falta de condições de uso.
Bloco C	03 pavimentos de 450 m^2	Utilizado por vários Departamentos, o térreo conta com salas de aula destinadas ao Curso de Bacharelado em Administração. Já o primeiro andar é utilizado pelo **Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural**. Por fim, no segundo andar, há nove salas ocupadas por professores (compartilhadas) e grupos de pesquisa do **DECON**, do DECISO e do DADM.
Nupesq	01 pavimento de 300 m^2	Abriga salas de apoio a pesquisas desenvolvidas por **DECON**, DECISO e DEHIST, mas sua estrutura necessita de reforma em boa parte de suas salas.
CEGOE	Térreo, 1º e 2º Andares	Espaço compartilhado com vários cursos de graduação. Abriga um auditório no térreo, áreas de WC, oito salas de aula no 1º andar **(destinadas o DECON)** e sala de seminários.
Biblioteca Central	Térreo, 1º e 2º andares	Com acervo na área de Ciências Econômicas e demais cursos da UFRPE.

Fonte: elaboração própria.

21.1 Laboratórios

Salienta-se que o DECON conta com um laboratório de informática, com quatro máquinas em funcionamento e com ponto de internet. Desta feita, é utilizado para atividades acadêmicas dos discentes e não tem uso para prestação de serviço à comunidade.

22 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/INEP. Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC Nº 14. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Brasília, 07/02/2014.

BRASIL., Ministério da Educação. **Portarias**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/18977-portarias>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____, _____. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília: MEC/SES, 2010. 99 p.

_____, _____, Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Resoluções**. Disponível em: <http://seg.ufrpe.br/resolucoes>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____, _____, Universidade Federal Rural de Pernambuco. **O livro dos 100 anos**: memorial fotográfico da UFRPE. Recife: UFRPE, 2013. 111 p.

_____, Presidência da República. **Portal da legislação**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DANTAS, J. A. M. O ensino de Economia no Brasil: velho tema e novas discussões. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 13, n. 17, p. 51-54, jun. 1998. Apud: NERY, F. R. B. **Um estudo sobre o papel da "monografia para economistas" no contexto do currículo de Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Educação, 2006. 241 p.

UFRPE. **Taxa de Sucesso na Graduação. Relatório 2016**. Disponível em> http://proplan.ufrpe.br/content/taxa-de-sucesso-na-gradua%C3%A7%C3%A3o-tsg Acesso em: 20 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE A: REGULAMENTO DE TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória, requisito para a conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Essa atividade está apresentada na matriz curricular sob o formato da disciplina TCC (360 h), a qual pertencem ao Ciclo Formação Profissional Pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso. O TCC constitui um trabalho individual, apresentado perante uma Banca que será composta por três professores em período previamente estabelecido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC) em calendário no início de cada semestre letivo.

1.1 Objetivos do Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso tem por objetivo geral exercitar o bacharelando nas práticas e condutas de pesquisa cientifica, bem como na formatação e apresentação de trabalhos acadêmicos. Tal objetivo deve se realizar na produção de um projeto de pesquisa.

Com relação aos objetivos específicos, podem ser elencados:

- Desenvolver habilidade para trabalhar em conjunto, através da prática da orientação, em que se estabelecem diálogos entre professor/orientador e estudante/orientando;
- Exercitar o gerenciamento do tempo de trabalho e o cumprimento de prazos;
- Desenvolver capacidade de produção autoral;
- Desenvolver capacidade de argumentação oral.

1.2 Orientação Acadêmica

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A orientação acadêmica do TCC do Bacharelado em Ciências Econômicas constitui atividade docente com computação de carga horária e declaração da Coordenação do Curso. Poderá orientar docente efetivo da UFRPE, lotado no Departamento de Economia ou em quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Bacharelado em Ciências Econômicas. Em casos excepcionais, a decisão será da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC).

A orientação acadêmica é um contrato entre orientando e orientador que tem como objetivo a produção de dois trabalhos acadêmicos, a saber: o projeto de pesquisa e o TCC. Tal contrato é firmado formalmente, entre as partes interessadas, através de documento padrão disponível na Coordenação do Curso. É necessária a entrega do contrato e do projeto de pesquisa até o prazo máximo de 30 dias após o início do semestre letivo. Alunos que se matricularem na disciplina e não entregarem o contrato e o projeto de pesquisa, não poderão defender o TCC naquele semestre. Casos extraordinários deverão ser analisados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC).

Qualquer das partes pode desfazer o contrato, desde que a outra parte seja comunicada primeiramente e depois se proceda à comunicação bilateral à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, por escrito. Caso o orientando não apresente as devidas atividades à CTCC, esta deverá informar ao orientador e realizar as devidas punições, conforme tratado nas normas da disciplina.

A expectativa é que a proposta de parceria para orientação surja do estudante, uma vez que, ao longo das disciplinas do Curso, este terá contato com vários professores e suas temáticas de estudo. Desse modo, a Coordenação do Curso, os Supervisores de Áreas e os grupos de estudo e pesquisa atuarão como incentivadores para que o estudante, ao entrar no ciclo básico do Curso, comece a amadurecer seus interesses de pesquisa e desenvolva afinidades com linhas e projetos de pesquisa de forma que professores/pesquisadores possam vir a lhe orientar.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2 NORMAS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem como finalidade normatizar as atividades acadêmicas relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso do currículo mínimo do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/Sede).

SEÇÃO II – DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O trabalho final do Curso pode ser constituído por um TCC, que pode ser em formato de monografia ou artigo publicado em revista específica.

Parágrafo Único: O trabalho final de curso é uma atividade de natureza acadêmica que pressupõe a alocação de parte do tempo de trabalho dos professores do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, na atividade de orientação teórica, metodológica e empírica dos alunos.

Art. 3º A disciplina TCC é uma atividade do currículo mínimo do Curso de Ciências Econômicas e consiste na formulação de um projeto de pesquisa e no seu desenvolvimento, na forma de um trabalho escrito e individual de pesquisa, elaborado sob a orientação de um professor do Departamento de Economia, ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas.

Art. 4º O objetivo geral da disciplina TCC é o de propiciar ao aluno a oportunidade de elaborar um trabalho escrito, de acordo com as normas técnicas e com os princípios e práticas da pesquisa científica em Economia. Nas pesquisas de caráter

teórico e aplicadas tem-se como finalidade aproximar o aluno da bibliografia especializada, induzindo-o à leitura, à atualização e ao aprimoramento de seu senso crítico e de interpretação. O TCC deve familiarizar o aluno com as fontes de informação mais importantes da economia e favorecer o desenvolvimento da capacidade de expor argumentos econômicos, de maneira clara, articulada, pertinente, consistente, lógica e, formalmente, correta.

Parágrafo Único: Os trabalhos escritos que se resumam a simples compilação de relatórios de projetos de pesquisa, bolsas, diagnósticos e similares não serão aceitos como substitutos para o TCC.

Art. 5º O estágio curricular não obrigatório com relatório final escrito poderá ser validado como substituto da monografia. Mas, o relatório deverá ser apresentado no modelo estabelecido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: Os alunos que optarem pela realização do Estágio Não Obrigatório serão supervisionados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e terão as mesmas obrigações elencadas para aqueles alunos matriculados na Disciplina TCC.

SEÇÃO III – DA COMISSÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º Compete ao Colegiado de Coordenação Didática (CCD) designar 6 (seis) professores para comporem uma Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, que devem ser indicados no final do semestre letivo, após as defesas das monografias e relatórios de estágio, por um período de 1 (um) semestre, podendo ser reconduzido por mais um semestre.

§ 1º Apenas professores do Departamento de Economia – DECON poderão integrar a Comissão de Trabalho Conclusão de Curso (CTCC)

§ 2º A carga horária da disciplina TCC será dividida entre os membros da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 7º São atribuições da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso:

- Zelar pelo cumprimento das normas de monografia e do estágio supervisionado/relatório de estágio;
- Supervisionar os projetos aprovados para evitar duplicação ou repetição temática;
- Indicar professor orientador a alunos que estejam sem professor orientador;
- Informar periodicamente à Coordenação do Curso o andamento das atividades relacionadas à monografia ou estágio supervisionado/relatório de estágio;
- Designar, no início do semestre letivo, o calendário de atividades a serem desenvolvidas no semestre;
- Realizar reuniões mensais com os alunos matriculados em TCC e, se necessário, com o orientador;
- Compor Banca Examinadora ao final de cada semestre;
- Inserir as notas, ao final do processo, no SIGA;
- Julgar os casos omissos.

Art. 8º A Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso contará com o suporte da Coordenação do Curso para o desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO IV – DOS PRÉ-REQUISITOS E DO PROJETO

Art. 9º Os pré-requisitos da disciplina TCC são os seguintes: integralização de pelo menos 60% dos créditos necessários à conclusão do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, e entrega do projeto à Comissão de TCC, em até 30 dias após o início do semestre letivo de defesa do TCC.

§ 1º O projeto de TCC de que trata o *caput* deste artigo deve estar devidamente assinado pelo professor.

§ 2º A assinatura do professor orientador no projeto de TCC pressupõe a sua concordância em assumir a orientação.

Art. 10. Caberá à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso supervisionar os projetos aprovados, para evitar duplicação ou repetição temática. Caso isto ocorra, os projetos serão devolvidos aos seus autores para as devidas reformulações.

SEÇÃO V – DO CONTEÚDO E DA FORMA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11. O TCC pode ser apresentado no formato previsto pela ABNT ou, ainda, no formato de um artigo científico.

Art. 12. O TCC deverá ser elaborado de acordo com os seguintes requisitos, quanto ao conteúdo:

- O tema deverá ter vinculação direta com as Ciências Econômicas. Cada trabalho deverá inserir-se em uma das áreas de conhecimento das Ciências Econômicas, conforme as áreas do CNPq.
- O desenvolvimento do tema deverá constituir-se de análises, avaliações, comparações, críticas e discussões, conclusões e generalização de conhecimentos.

Art. 13. O TCC deverá estar constituído dos seguintes componentes: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

§ 1º Obrigatoriamente, o TCC deverá conter os elementos pré-textuais que se constituem dos seguintes itens (em ordem de apresentação):

- Capa: deve conter nome da instituição, curso, autor, título do trabalho, cidade e ano.
- Folha de rosto: deve apresentar nome do autor, título, cidade e ano, e uma breve nota descritiva, que deve conter o objetivo do trabalho e o nome do orientador.
- Ficha catalográfica: deve ser inserida no verso da Folha de Rosto.
- Folha de avaliação: deve apresentar espaço para expor a nota e os nomes dos professores membros da Banca Examinadora.
- Agradecimentos: espaço para o discente agradecer e/ou prestar homenagens a todos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.
- Resumo: texto de 150 a 500 palavras que sintetiza, em um único parágrafo, as ideias do trabalho. Este deve ser escrito em língua portuguesa e em língua inglesa, acompanhado de, no mínimo, três palavras-chaves.
- Lista de ilustrações: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de tabelas e quadros: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de anexos: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de apêndices: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Sumário: título dos capítulos e das seções com os respectivos números das páginas.

§ 2º O corpo do TCC poderá ser apresentado em diversos capítulos, entre os quais: um introdutório (apresentação do tema, objetivos, metodologia e da estrutura de desenvolvimento do TCC); um ou mais capítulos referentes ao desenvolvimento teórico, analítico, de resultados, etc.; e um capítulo de conclusão. A redação dos capítulos deverá respeitar as normas de produção de textos técnico-científicos relativamente às citações e às notas, conforme as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 3º Os elementos pós-textuais serão compostos pelas referências, anexos e apêndices.

§ 4º O TCC deverá ser digitada em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento de 1,5 entre as linhas, impressa em folha tamanho A4 e encadernada para a entrega à Banca Examinadora. As margens da folha deverão ser de 3 cm nas margens superior e esquerda e de 2 cm nas margens inferior e direita.

Art. 14. O aluno que apresentar artigo científico completo, com aceitação definitiva, em revista científica com corpo editorial, pode aproveitá-lo como substituto da monografia, sendo exigida a defesa do artigo.

Parágrafo Único: O artigo deverá ser apresentado no seguinte formato: máximo de 20 páginas, incluindo as referências bibliográficas e anexos, tamanho do papel no formato A4, fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento simples entre as linhas, margens laterais em pelo menos 1,5 cm, margens inferior e superior em pelo menos 2 cm, resumo em português e inglês, e classificação JEL do trabalho.

SEÇÃO VI – DOS ORIENTADORES E DOS ORIENTANDOS

Art. 15. A elaboração do projeto e o desenvolvimento do TCC será orientado por professor do Departamento de Economia ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas. Os orientadores serão de livre escolha dos discentes.

Parágrafo Único: O professor tem liberdade de escolher aceitar ou não o discente como orientando.

Art. 16. O professor que, por motivos legais, ficar impedido de prosseguir ou desistir da orientação de seus orientandos deverá comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

§1º Nos casos de rompimento do acordo de orientação, caberá à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso julgar se as atividades desenvolvidas até aquele momento permitem substituição de orientação sem prejuízo para o aluno.

§2º Nos casos em que a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso julgar inviável a conclusão do trabalho no prazo remanescente, o aluno estará reprovado.

Art. 17. O professor deve observar a frequência dos alunos nas reuniões com a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 18. Cada professor assumirá, no máximo, até 3 (três) orientações de TCC. Em casos excepcionais, o professor deverá solicitar à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso a anuência formal para mais orientandos.

Art. 19. A designação dos professores orientadores será realizada através de um processo de livre escolha entre alunos e professores.

§ 1º Caso o aluno não consiga um professor orientador, a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso fará a indicação, observando a carga de orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso de cada professor.

§ 2º A indicação dos professores orientadores deverá atender à área de interesse dos professores.

Art. 20. A responsabilidade pelo resultado final do trabalho final do Curso é do aluno que o elaborou, o que não exime o professor orientador de desempenhar as suas atribuições acadêmicas.

Art. 21. Os alunos em fase de elaboração do TCC terão, junto à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, os seguintes deveres:

- Comparecer às reuniões convocadas pela CTCC, bem como as convocadas pelo seu orientador para fazer jus à frequência mínima da disciplina TCC. As frequências e as faltas deverão ser registradas pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e o professor orientador, em formulário próprio;
- Comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, as mudanças de projeto ou de professor orientador, se houver.
- Cumprir com o calendário divulgado pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso para a entrega do projeto e da versão final do TCC;
- Procurar a Coordenação da Biblioteca Central para a emissão da ficha catalográfica da monografia.
- Apresentar a versão do TCC de acordo com o presente regulamento em meio digital para a Comissão de Trabalho de Conclusão Curso, de acordo com o calendário vigente.

Art. 22. A versão final do TCC deverá ser entregue em 3 (três) cópias físicas e/ou em meio digital para os membros da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 23. O orientador é responsável pela verificação do plágio, antes da submissão à Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso. Caso a Comissão detecte a existência do plágio, o aluno será sumariamente reprovado com nota zero na disciplina.

Art. 24. O prazo final para depósito do TCC será definido de acordo com o calendário acadêmico da UFRPE.

Art. 25. O prazo para a realização da defesa do TCC será definido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme calendário pré-estabelecido.

Art. 26. Após a defesa, o aluno terá 5 (cinco) dias para entregar uma nova versão digital e uma versão em capa dura.

Art. 27. Os professores orientadores terão, junto à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, as seguintes obrigações referentes ao processo de desenvolvimento do TCC:

- Entregar, semestralmente, a lista de frequência da disciplina TCC, devidamente assinada;
- Assinar o projeto e a versão final do TCC dos seus orientandos nos prazos definidos pela CTCC;
- Receber seus alunos-orientandos;
- Preencher e assinar, junto com os demais membros da Banca Examinadora, a ficha de avaliação do TCC;

- Comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, a desistência ou o impedimento de orientar o aluno.

SEÇÃO VII – DA AVALIAÇÃO

Art. 28. A versão final do TCC será julgada por uma Banca Examinadora e de acordo com este regulamento.

§ 1º A Banca será composta por três membros nomeados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, a qual será presidida pelo professor orientador.

§ 2º A Banca será formada pelo professor orientador e dois componentes da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso ou pelo orientador, um componente da Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso e outro participante indicado pelo orientador.

Art. 29. A Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso divulgará o seu calendário semestral, de acordo com o calendário acadêmico da UFRPE, no início do semestre. O calendário fixará as datas para entrega dos TCC's, designação das Bancas e data limite para defesa oral e determinação dos resultados. A Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso dará conhecimento do seu calendário à Coordenação do Curso.

Art. 30. Se a entrega e defesa oral do TCC não forem realizadas no período determinado pelo calendário acadêmico, esse fato resultará em reprovação. A disciplina TCC será regulada pelo limite de tempo de conclusão e de quantidade de reprovações, onde os discentes poderão ser penalizados, conforme a Resolução UFRPE/CEPE nº 154, de 22 de maio de 2001.

Parágrafo Único: Os TCC's entregues à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso após os prazos estipulados pelo calendário em curso serão examinados de acordo com as datas estabelecidas no calendário do semestre letivo seguinte e o discente deverá fazer uma nova matrícula na disciplina.

Art. 31. Após o recebimento dos trabalhos, a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso divulgará a composição das Bancas, conforme sugestão do orientador, e a data para defesa oral em local e horário previamente fixado e divulgado pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, em sessão aberta ao público.

§ 1º O tempo de defesa é de, no máximo, 20 (vinte) minutos.

§ 2º Somente os membros da Banca Examinadora poderão arguir o discente após sua apresentação.

§ 3º Concluída a sessão de defesa e arguição, a Banca Examinadora se reunirá isoladamente para proceder ao julgamento do TCC.

Art. 32. O julgamento do TCC será efetuado individualmente por cada membro da Banca Examinadora e dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

- Criatividade e importância do trabalho no âmbito das Ciências Econômicas;
- Conteúdo técnico-científico;
- Apresentação e redação.

Art. 33. O discente que obtiver nota menor que 7,0 (sete) ou que uma das notas de algum dos membros da Banca Examinadora seja zero, terá seu trabalho de TCC reprovado.

Art. 34. A atribuição da nota final dar-se-á pelo cálculo da média das notas atribuídas por cada membro da Banca Examinadora em sua ficha de avaliação.

Art. 35. Os TCC's serão colocados à disposição do público em geral, através dos canais de publicação e divulgação institucionais.

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, mediante parecer da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AUTOR(A)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Não pode ser o assunto: escolha um título atraente para o trabalho, que esteja relacionado com o que está se estudando.

Local: mês e ano.

AUTOR(A)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Projeto de pesquisa apresentado pelo(a) aluno(a) **COLOCAR NOME COMPLETO DO(A) ALUNO(A)** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, sob a orientação do(a) **Professor(a) COLOCAR TITULAÇÃO E NOME COMPLETO DO(A) PROFESSOR(A)**.

Local: mês e ano.

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. Problemática ..... pg
2. Hipóteses ..... pg
3. Objetivos ..... pg
   3.1 Objetivo Geral ..... pg
   3.2 Objetivos Específicos ..... pg
4. Justificativa ..... pg
5. Referencial Teórico ..... pg
   5.1 Seção I ..... pg
   5.2 Seção II ..... pg
6. Metodologia ..... pg
7. Cronograma ..... pg

Referências ..... pg
Anexo ..... pg
Apêndice ..... pg

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. Problemática

Nesta página, deve-se apresentar o contexto no qual o problema da pesquisa está inserido. Deve-se lembrar que a função desta parte do TCC é justamente situar o problema que se deseja estudar. Sugere-se elaborar um texto partindo do geral para o específico e, ao final, apresentar em negrito seu problema para destacá-lo.

O texto deve ser elaborado com lógica (começo, meio e fim) e é preciso apresentar evidências (demonstrar que o problema existe: onde e como). Além disso, cópias não são admitidas! Assim, deve-se escrever um texto baseado nas informações que você possui, apresentando dados, citações e evidências que comprovem a existência daquilo que se deseja pesquisar.

Sugere-se ainda escrever um texto com no mínimo uma página, não se admitindo uma problemática com menos que isso.

2 Hipótese

A hipótese ou hipóteses da pesquisa são respostas provisórias a questão da pesquisa. Por isso, deve-se analisar bem sua questão e tentar estabelecer uma relação de causa e efeito para a hipótese de trabalho.

Além disso, deve-se lembrar que a hipótese precisa ser clara, objetiva e exequível, bem como precisa ter relação com a pergunta elaborada na seção anterior.

3. Objetivos

3.1 Objetivo geral

Exprime o que se deseja com o trabalho, especificamente com a questão. Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto. Deve iniciar com um verbo de ação, no infinitivo. Como sugestão, pode-se utilizar a própria questão, antecedida de um verbo que exprima o que se deseja fazer.

3.2 Objetivos específicos

Diz respeito a como atingir o objetivo geral e também é expresso em verbos no infinitivo. Apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicar este a situações particulares.

Sugere-se a construção de, no máximo, três objetivos específicos, não se esquecendo de que estes precisam contemplar as variáveis presentes na hipótese.

4. Justificativa

A justificativa consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa.

Deve enfatizar: i) o estágio em que se encontra a teoria respeitante ao tema; ii) as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer, como confirmação geral, confirmação na sociedade particular em que se insere a pesquisa, especificação para casos particulares, clarificação da teoria, resolução de pontos obscuros etc.; iii) a importância do tema do ponto de vista geral; iv) a importância do tema para casos particulares em questão; v) possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto; e vi) a experiência ou relação do pesquisador em relação ao que se está estudando.

A justificativa difere da revisão da bibliografia e, por este motivo, não apresenta citações de outros autores. Além disso, a justificativa não deve ultrapassar duas páginas, porém não pode ter menos de uma.

5. Referencial teórico

O referencial teórico é o trecho da monografia onde o autor, com suas próprias palavras, reproduz os conhecimentos já existentes na literatura e serão fundamentais para o entendimento do estudo realizado.

A ciência lida com conceitos, isto é, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenômenos perceptíveis na natureza, no mundo psíquico do homem ou na sociedade, de forma direta ou indireta. Para que se possa esclarecer o fato ou fenômenos que se está investigando, de forma não ambígua, é necessário defini-lo com precisão.

Os termos precisam ser especificados para a compreensão de todos. Para definir esses termos, é preciso observar quais são os conceitos dentro da questão, das hipóteses e dos objetivos que devem ser esclarecidos e discutidos no trabalho. Para fazer isso, é necessário saber quais são os autores que discutem esses termos.

Deve-se ainda lembrar de fazer referência às ideias desses autores, conforme orientam as normas da ABNT. Cuidado com os plágios! Outro lembrete importante é que cada conceito ou termo que for necessário discutir deve ser feito através de seções, ou seja, criar subtítulos que exprimam o que se quer discutir com aquele conceito. Por fim, deve-se lembrar que não existe referencial teórico sem citação.

6. Metodologia

Metodologia é o conjunto de métodos e técnicas utilizados para a realização de uma pesquisa. Nessa etapa, o pesquisador indica como pretende executar a pesquisa.

Existem duas abordagens de pesquisa: a qualitativa, quando enfoca a interpretação do fenômeno estudado, dando mais importância ao contexto do objeto pesquisado e à aproximação do pesquisador ao fenômeno; e a quantitativa, quando testa hipóteses através de medidas objetivas e numéricas (as hipóteses e as medidas devem ser definidas rigorosamente). Porém é possível abordar o problema da pesquisa utilizando as duas formas.

O pesquisador deve apresentar o método a ser utilizado para a execução da pesquisa. Conforme área de atuação, utilizar os seguintes:

6.1 Local da pesquisa

Descrever o local onde será realizada a pesquisa, características etc.

6.2 Sujeitos da pesquisa

Definir quem são os sujeitos da pesquisa, quantos, quais os critérios de escolhas para seleção destes sujeitos etc.

6.3 Instrumentos de coleta de dados

Coleta de dados: são os instrumentos específicos que ajudam no alcance dos objetivos almejados. As técnicas de coleta mais comuns são: i) questionários, instrumento de coleta que dispensa a presença do pesquisador; ii) formulários, instrumento de coleta de dados com a presença do pesquisador; e iii) entrevistas, sendo estruturadas ou não estruturadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

7. Cronograma

Atividade	Mês 01	Mês 02	Mês 03

Organizar as atividades a desenvolver no decorrer da pesquisa e estipular o cronograma de realização.

Referências

Todo documento citado no texto deve ser descrito neste espaço, conforme as normas da ABNT.

Exemplo:

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Anexo

Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

Os anexos são elementos pós-textuais nos quais o autor apresenta um conteúdo que não foi confeccionado por ele. São exemplos de anexo: formulários de pesquisa, resultados de pesquisas alheias, normas, catálogos, mapas, fotografias cedidas etc.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Apêndice

Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.

Os apêndices são os elementos pós-textuais nos quais o autor apresenta o conteúdo que ele mesmo compôs, mas não considerou oportuno adicioná-lo no texto. São infindáveis os conteúdos que podem vir em apêndices. Alguns exemplos são: formulários de pesquisa, respostas de questionários, memorial de cálculo, detalhes de projeto etc.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE C: ROTEIRO PARA TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AUTOR(A)

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

Não pode ser o assunto: escolha um título atraente para o trabalho, que esteja relacionado com o que está se estudando.

Local: mês e ano.

AUTOR(A)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo(a) aluno(a) **COLOCAR NOME COMPLETO DO(A) ALUNO(A)** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do(a) **Professor(a) COLOCAR TITULAÇÃO E NOME COMPLETO DO(A) PROFESSOR(A)**.

Local: mês e ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

AUTOR(A)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota ____ apresentado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof.(a) Titulação Nome do(a) Orientador(a)

_____
1º Examinador: Prof.(a) Titulação Nome do(a) examinador(a)

_____
2º Examinador: Prof.(a) Titulação Nome do examinador(a)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Dedicatória

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AGRADECIMENTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Epígrafe

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RESUMO

ABSTRACT

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISTA DE TABELAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISTA DE QUADROS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SUMÁRIO

1. Introdução ..... pg
2. Referencial Teórico ..... pg
   2.1 Seção I ..... pg
   2.2 Seção II ..... pg
3. Metodologia ..... pg
   3.1 Seção I ..... pg
   3.2 Seção II ..... pg
4. Resultados e discussão ..... pg
   4.1 Seção I ..... pg
   4.2 Seção II ..... pg
5. Conclusões ..... pg
Referências ..... pg
Anexo ..... pg
Apêndice ..... pg

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE D: QUADRO DE SUGESTÃO PARA AVALIAÇÃO DO TCC E DE SUA APRESENTAÇÃO

Sobre o TÍTULO

Descreve adequadamente o conteúdo?	*É claro?*	*É longo demais?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim) (sugira novo título abaixo) ( ) Não
Sugestão de título (se pertinente):		

Sobre o RESUMO

Possui resumo?	*Inclui objetivos, métodos, resultados e conclusões?*	*É longo demais?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Sobre a REVISÃO DE LITERATURA

Descreve o estado atual de conhecimento sobre o assunto?	*Abrange títulos e autores clássicos e atuais?*	*Está bem organizada?*	*Justifica os objetivos?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Os objetivos são claros?	*Os estudos são mencionados criticamente?*	*A redação é boa?*	*Cita artigos de revistas científicas suficientes?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Sobre a METODOLOGIA

É descrita adequadamente?	*Faltam informações?*	*Inclui considerações éticas?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

Sobre os RESULTADOS/DISCUSSÃO

Relacionam-se com a metodologia adotada?	*São apresentados claramente?*	*Cabe mais análise?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Relacionam-se com os objetivos?	*Relacionam-se com a revisão de literatura?*	*Apontam limites do trabalho?*
( ) Sim	( ) Sim	( ) Sim

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

( ) Não	( ) Não	( ) Não

Sobre as CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

São claras?	*São relevantes?*	*Relacionam-se com o caso estudado?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Sobre as REFERÊNCIAS

São pertinentes?	*São atualizadas?*	*São suficientes?*	*A formatação é adequada*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Sobre REDAÇÃO E FORMATAÇÃO

O texto obedece ao tamanho máximo exigido?	*Há coerência e clareza?*	*As seções dividem adequadamente o texto?*	*É necessária uma revisão ortográfica e gramatical?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Legendas e títulos de tabelas, ilustrações e afins são adequados?	*Fontes de tabelas, ilustrações e afins são mencionados no corpo do texto?*	*Tabelas, ilustrações e afins são pertinentes?*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Sobre APRESENTAÇÃO

Clareza e propriedade no uso da linguagem?	*Domínio dos conteúdos*	*Comunicação/clareza/objetividade*
( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE E: PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRPE/SEDE

1 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação como um processo participativo, inclui a análise não só do produto, mas, especialmente, da metodologia e, ainda, dos próprios instrumentos avaliativos. Nesse processo, busca-se melhorar a qualidade do curso, aperfeiçoar o processo de formação dos estudantes e ampliar o autoconhecimento institucional sobre as condições e as oportunidades para o desenvolvimento do mesmo.

Seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e das exigências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), faz-se necessário, nas avaliações externas do curso, que o Bacharelado em Ciências Econômicas se reconheça em suas fragilidades e potencialidades. Desse modo, o INEP/MEC, através de suas Notas Técnicas nº 14/2014 e nº 8/2015, preconizam que os resultados da autoavaliação institucional sistematizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) devem auxiliar o processo de autoavaliação dos cursos de graduação.

Assim, as avaliações pertinentes ao Bacharelado em Ciências Econômicas referem-se a: Acompanhamento de Indicadores Institucionais, Diagnóstico Acadêmico Discente/Docente, Avaliação do Curso e Acompanhamento da Adequação aos Padrões de Qualidade dos Cursos Superiores do MEC. Essas atividades de avaliação ficarão a cargo da Coordenação do Curso, que as planejará conjuntamente com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado de Coordenação Didática.

1.1 Programa de Autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE/Sede

A autoavaliação no curso pretenderá ampliar o autoconhecimento e favorecer a tomada de decisão. Dessa maneira, o autoconhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os efeitos das situações verificadas e permitindo que o curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o curso desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado na avaliação interna da UFRPE, o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões e das relações didáticas, pedagógicas e acadêmicas. Ademais, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos e alternativas.

Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, julgar e sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

Dessa forma, serão consideradas as percepções, as preocupações, as construções e os valores dos envolvidos na avaliação, tais como a integridade e a privacidade, para garantir a participação ampla na elaboração de métodos e abordagens do processo. Assim, esse programa procurará adequar-se à realidade do curso, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não punição, reconhecimento e valorização, compromisso, sistematização e continuidade.

Para que haja legitimidade, será necessário haver um acordo entre os membros da comunidade acadêmica, com relação à institucionalização do processo de avaliação e aos critérios adotados. Por participação, entende-se a atuação de todos os segmentos do curso nas fases do processo de avaliação. Integração constitui a incorporação dos esforços e das experiências existentes na avaliação institucional global. Os princípios da não punição, do reconhecimento e da valorização substituem o conceito de “caça” aos autores de eventuais equívocos, pela identificação de falhas e das formas de corrigi-las. Compromisso, por sua vez, constitui o empenho individual e coletivo em busca do melhor para o curso e, finalmente, os

princípios de sistematização e continuidade da avaliação são formas de se garantir a reflexão e, sempre que necessária, a redefinição de objetivos e metas a serem atingidas.

Tem-se como 1) **objetivo geral** desta proposta de autoavaliação do curso: acompanhar e avaliar o curso, fomentando a melhoria permanente e a pertinência das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e 2) **objetivos específicos**: diagnosticar as atividades acadêmicas; avaliar a gestão do curso; repensar objetivos e modos de atuação, considerando um curso mais adequado ao momento histórico; e identificar e recomendar mudanças necessárias, no sentido de contribuir com o aperfeiçoamento do mesmo.

1.2 Metodologia de Avaliação

Aqui são apresentados os critérios de avaliação a serem adotados pelo curso, a fim de buscar uma melhoria contínua. Serão considerados para fins de autoavaliação o desempenho discente, a avaliação discente-docente, a avaliação externa da instituição e do curso, a taxa de sucesso do curso, a avaliação dos egressos e sua percepção em relação ao curso.

1.2.1 Avaliação Externa do Curso

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu SINAES, o qual, conforme descrito no §1º de tal legislação, tem como finalidade:

> [...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Por meio da valoração de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional [...].

Para atingir as finalidades elencadas, o SINAES propõe mecanismos externos e internos para avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho do corpo discente; devendo tais mecanismos subsidiar as estratégias de

planejamento da Instituição. Nesse sentido, as avaliações devem servir para fins de planejamento e para melhoria contínua da instituição e dos cursos de graduação.

O INEP é o órgão responsável pela geração de indicadores externos de avaliação dos cursos de graduação. A Portaria Normativa MEC/INEP nº 40-INEP, de 29 de dezembro de 2010, ressalta que os Cursos de Ensino Superior serão periodicamente avaliados e em seu Art. 33-A destaca que: "As avaliações do ciclo avaliativo serão orientadas por indicadores de qualidade e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo INEP [...]".

Sobre os indicadores gerados, a mesma Portaria, em seu art. 33-B, ressalta:

> São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC [...]:
> I – de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) [...];
> II – de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) [...];
> III – de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Os resultados do processo avaliativo do INEP, mensurados através do CPC, IGC e ENADE, permitem verificar se os resultados são satisfatórios, ou seja, não sendo necessária a visita *in loco* no próximo ciclo avaliativo do INEP. Adicionalmente, os resultados permitem também o confronto do desempenho de alunos/instituição vinculados ao Curso de Ciências Econômicas com aquele apresentado em outros cursos de graduação em Economia.

1.2.2 Avaliação Institucional Interna

Para atender à solicitação do Ministério da Educação e avaliar as condições dos cursos foi implementada na UFRPE a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Portaria UFRPE/GR nº

313, de 14 de junho de 2004, e tem como principal atividade o estabelecimento de mecanismos que permitam a geração de indicadores de avaliação internos.

De acordo com a normativa do SINAES, a avaliação institucional é realizada pela CPA, que deve coordenar os processos internos de avaliação institucional com o objetivo de sistematizar informações advindas de pesquisas avaliativas, as quais visam fornecer subsídios para o processo de planejamento da Universidade e dos cursos de graduação.

Na publicação da Nota Técnica nº 14/2014-CGACGIES/DAES/INEP/MEC, a qual descreve orientações sobre o novo instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES, o ciclo avaliativo considera cinco eixos: 1. Planejamento e avaliação institucional; 2. Desenvolvimento institucional; 3. Políticas acadêmicas; 4. Políticas de gestão; 5. Infraestrutura. Esses eixos avaliativos nos levam a uma evolução do processo de avaliação, que é o planejamento institucional. Esse novo instrumento expressa a relação que deve existir entre avaliação e planejamento.

Assim, os dados e informações advindos do ciclo avaliativo da CPA, composta pelos cinco eixos, serão utilizados para fins de autoavaliação do curso, em especial, os eixos relacionados às Políticas Acadêmicas e à Infraestrutura. Esses resultados devem ser discutidos com a CPA/UFRPE nos encontros de autoavaliação do curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e com o Colegiado de Coordenação Didática (CCD) para que sejam utilizados no processo de planejamento do curso. Essa devolutiva dos resultados com a utilização de estratégias para o planejamento propicia uma cultura de autoavaliação eficaz, pois culmina em resultados que podem ser percebidos pela comunidade acadêmica.

1.2.3 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Com o objetivo de apresentar à sociedade os resultados das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) definiu alguns indicadores, por meio da Decisão Nº 408/2002-TCU, a serem incluídos no relatório de gestão das IFES. Dentre os indicadores tem-se a Taxa de Sucesso da Graduação (TSG).

A TSG possui a capacidade de explicitar problemas ou dificuldades no processo de formação na Universidade, além de desempenhar um importante papel na construção da Matriz Orçamentária. Esse indicador é calculado pela relação entre os alunos diplomados e os ingressantes.

A partir dos resultados da TSG, pode-se perceber, facilmente, a existência de problemas como evasão ou retenção nos cursos. Por isso, trata-se de um indicador importante para a realização de diagnósticos quanto às dificuldades encontradas pelos discentes para a finalização do curso de Ciências Econômicas.

A partir desse indicador é possível acompanhar a evolução do curso e, por meio da análise da série histórica desses indicadores, pode-se acompanhar a evolução de aspectos relevantes, o que pode indicar a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas ou mesmo a correção de eventuais disfunções. As informações gerenciais extraídas desse acompanhamento podem servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade e viabilizar o planejamento interno do curso (UFRPE. TSG, 2016).

Os dados extraídos da TSG podem ser utilizados pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) para identificação das retenções e dificuldades dos discentes para a finalização do curso.

1.2.4 Avaliação dos Egressos

A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME), criada pela Resolução UFRPE/CONSU nº 263/2012, tem como objetivo desenvolver a política de acompanhamento e monitoramento dos egressos, levando em consideração as oportunidades de formação profissional e educação continuada, de inserção no mundo do trabalho e de implementação de ações institucionais para atender às exigências científicas, mercadológicas, econômicas e sociais.

Assim, a Comissão busca, a partir de suas avaliações, interagir com o egresso para obter informações sobre o curso finalizado na instituição. A cada ano, a CAME desenvolve um instrumento que busca identificar a visão desse ex-aluno, a partir da sua vivência

acadêmica, sobre a relação entre ensino e mercado de trabalho, onde é possível avaliar a matriz curricular, a relação ensino/prática, dentre outros aspectos. Os resultados apresentados podem contribuir para a autoavaliação do curso para que as demandas do ex-aluno, que está no mercado de trabalho, sejam consideradas no planejamento interno do curso.

Tais avaliações também serão discutidas com o NDE e o CCD do curso para que os resultados apresentados possam ser aproximados do processo de planejamento.

1.2.5 Avaliação de Aprendizagem Discente

Em conjunto com os dados elencados no parágrafo precedente, serão utilizadas informações mais específicas dos discentes e docentes do Curso de Ciências Econômicas para identificar entraves e gargalos característicos do curso. Mais especificamente, serão montadas bases de dados fundamentadas em informações disponíveis no SIGA, calculando-se os indicadores: índice de aprovação por disciplina; nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso no curso; índices de reprovação por faltas e por insuficiência de desempenho.

Para o acompanhamento de referidos indicadores nas disciplinas do curso, a COAA teria um papel fundamental, visto que sua principal função é acompanhar os alunos que apresentam dificuldades e que corram risco de ultrapassar o tempo limite para integralização do Curso.

Assim, a COAA ficará responsável pela análise semestral dos indicadores obtidos a partir da base de dados disponibilizada no SIG@, podendo, a seu critério, emitir pareceres e recomendações ao CCD do Curso. Para a geração de tais dados, a COAA utilizará da infraestrutura da Coordenação de Economia.

A partir desse conjunto de informações será possível verificar a evolução histórica do desempenho dos discentes por disciplina, por tipo de ingresso ou quaisquer outros aspectos que sejam identificados como relevantes. Referido conjunto permite, entre outras ações estratégicas: i) realizar diagnóstico acerca das disciplinas nas quais o corpo discente tem

apresentado mais dificuldade para obter a aprovação; e ii) identificar disciplinas que requeiram a oferta de turma extra.

1.2.6 Avaliação Discente-Docente

Para a avaliação discente-docente serão estabelecidos critérios para evitar avaliações subjetivas e apontar o que deve ser melhorado. Os itens a serem avaliados referem-se às normas e políticas acadêmicas adotadas na Instituição, a saber: 1. Plano de ensino; 2. Prática de ensino; 3. Processos e critérios de avaliação; 4. Frequência e pontualidade.

O objetivo da avaliação discente-docente é garantir ao discente a qualidade do ensino e, ao docente, o resultado de sua prática didático-pedagógica, a fim de que as avaliações culminem em melhoria contínua do curso.

Os docentes serão avaliados individualmente, a cada semestre e a cada disciplina. Essa avaliação de desempenho ficará sob a responsabilidade do Comitê de avaliação designada entre os membros do CCD, a qual se responsabilizará pela elaboração, análise e atualização do questionário, assim como pela devolutiva (privada) ao docente, ao diretor e ao coordenador. Em casos extremos, as particularidades poderão ser discutidas com a gestão do curso na busca de estratégias de resolução.

O Comitê de avaliação discente-docente terá as seguintes atribuições:

1. Desenvolver ações, em conjunto com o CCD e o NDE, para sensibilizar os agentes envolvidos da necessidade de avaliação discente-docente;
2. Propor eventuais mudanças no questionário para avaliação discente-docente, o qual deverá ser apreciado pelo Pleno e, posteriormente, aprovado pelo CCD do Curso;
3. Verificar com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) a forma mais adequada de programar o processo autoavaliativo com uso do SIG@;
4. Sistematizar as respostas pertinentes a cada disciplina e enviar o relatório aos professores responsáveis pelas mesmas (a depender do sistema);

5. Elaborar relatório destacando os aspectos positivos e negativos identificados para o grupo de forma geral;
6. Apresentar os resultados gerais para os docentes envolvidos no processo avaliativo.

A seguir, a síntese do Programa de Autoavaliação do curso, onde serão apresentados os eixos avaliativos, a obtenção dos dados e responsáveis pela obtenção dos dados em cada eixo:

Quadro 10: Síntese do Programa de Autoavaliação BCE

Eixo avaliativo	Obtenção dos dados	Responsáveis
Avaliação externa do curso	CPC ICG ENADE	Coord. BCE
Avaliação institucional interna	Eixos avaliados pela CPA	Coord. BCE Encontros de Autoavaliação
Taxa de Sucesso da Graduação	TSG PROPLAN	Coord. BCE
Avaliação dos Egressos	Pesquisa com Egressos da CAME	Coord. BCE Encontros com a CAME
Avaliação de Aprendizagem discente	Índice de aprovação por disciplina Nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso Índice de reprovação por falta ou por insuficiência de desempenho	COAA
Avaliação discente-docente	Questionário semestral por professor e por disciplina	Comitê de Avaliação - CCD

Fonte: elaboração própria.

1.3 Planejamento do Bacharelado em Ciências Econômicas

As informações levantadas na autoavaliação servirão de subsídio para o planejamento do Curso e do Departamento de Economia. Os pontos frágeis identificados deverão ser temas de discussão dentro das comissões que pensam a estrutura do curso (NDE/CCD), assim como na comissão que avalia o desempenho acadêmico discente (COAA).

No entanto, temas que apresentem significativa discrepância para o bom andamento e avaliação do curso podem e devem ser temas a serem discutidos nos Seminários Pedagógicos e de Planejamento. Esses seminários ocorrerão periodicamente e poderão compreender as seguintes temáticas:

- Planos de ensino
- Didática e avaliação de conteúdo
- Apresentação dos resultados dos processos avaliativos
- Discussão temática – entraves e discrepâncias
- Encontros de autoavaliação (Avaliação interna, CPA, CAME)
- Planejamento de atividades conjuntas: seminários de pesquisa/extensão, workshop de economia, semana do economista etc.

Esses seminários deverão ser planejados pela Coordenação do Curso e pela Comissão de Planejamento do Departamento de Economia. Esses espaços podem ser utilizados para apresentação das boas práticas e resultados positivos que contribuem para a melhoria contínua do curso.

Assim, nesse processo de avaliação e planejamento pretende-se, no cotidiano acadêmico do curso, implementar na sua prática a busca pela excelência na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão, através dos resultados alcançados em suas avaliações externas e internas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE F: MODELO DE QUESIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DISCENTE-DOCENTE

1.A) Plano de Ensino – Nas Questões 1 e 2 Responda S (Sim) e N (Não)

Questões	**Código/Nome da Disciplina**				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
1. O Plano de Ensino foi entregue?					
2. O Plano de Ensino foi cumprido?					

1.B) Frequência e Pontualidade – Nas Questões 3 – 4 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	**Código/Nome da Disciplina**				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
3. Frequência do docente às aulas.					
4. Pontualidade do docente às aulas					

1.C) Prática de Ensino – Nas Questões 5 – 13 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	**Código/Nome da Disciplina**				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc.. 5
5. Clareza e objetividade.					
6. Procedimentos didáticos					
7. Adequação da metodologia de					

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

aprendizagem.					
8. Domínio do conteúdo pelo docente					
9. Importância da disciplina para formação profissional					
10. Transmissão do conteúdo pelo docente					
11. Adequação e atualização das fontes de consulta bibliográfica (livros, apostilas, artigos etc.)					
12. Disponibilidade e adequação das referências para a disciplina					
13. Relação entre teoria e prática					

1.D) Processos e Critérios de Avaliação – Nas Questões 14 – 17 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	**Código/Nome da Disciplina**				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
14. Adequação do conteúdo das avaliações aos objetivos da disciplina.					
15. Diversificação dos instrumentos avaliativos					
16. Registro da nota no SIGA					
17. Orientação do docente para superação dos erros cometidos nas avaliações.					.

II – AUTOAVALIAÇÃO – Nas Questões 18 – 21 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	**Código/Nome da Disciplina**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
18. Estudo e faço as atividades exigidas pelo professor?					
19. Tenho apresentado um bom desempenho no curso?					
20. Sou assíduo às aulas?					
21. Sou pontual às aulas?					

III – COORDENAÇÃO – Nas Questões 22 – 23 Responda Sim (S) ou Não (N)

Questões	Sim	Não
22. Meios de comunicação da coordenação atendem aos discentes		
23. Resolução de problemas apresentados pelos discentes		